
EMPRESAS FRANCESAS NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DA SUA IMPORTÂNCIA

José L. Carvalho
Claudio R. Contador
Março de 2016

Resumo executivo

I – Introdução

II – França e Brasil : passados distintos e futuros convergentes

Breve comparação da história econômica

Razões econômicas para a parceria

III – De corsários a parceiros

Corsários e invasores, mas também civilizadores

Imigrantes

Investidores e inovadores

Diplomatas, comerciantes e sua rede de informações

As desavenças entre franceses no Brasil

Consumo e concorrência : oportunidades e desafios

A vinda dos bancos franceses

A concorrência de outros países

O exemplo da Casa Boris Frères

Expansão e declínio

O ambiente econômico do Império

As empresas pioneiras

IV – A consolidação da parceria

Os investimentos diretos

Os investimentos recentes

A contribuição tecnológica e as inovações

A rentabilidade das empresas francesas

A geração de empregos

V – Olhos para o futuro

Anexos estatísticos

I - Introdução

As atividades econômicas dos países caminham para uma integração nunca antes observada, independente de diferenças ideológicas, políticas, estágios de desenvolvimentos, idiomas e atritos seculares. O mercado financeiro, quer seja de aplicações financeiras de curto prazo quer seja como canal de investimentos em atividades produtivas a prazo mais longo, é o grande vetor deste processo e substitui com vantagens o que antes era obtido com as armas e a força. As movimentações de capitais entre países sofrem cada vez menos restrições, embora estejam sujeitos a um conjunto de normas que vão da simples proibição a restrições de natureza tributária para as diversas formas de capital. Os governos locais usam esse poder regulatório para estimular ou reprimir os investimentos, conforme o viés ideológico dos governantes ou segundo às exigências da conjuntura econômica.

Se, por um lado, os investimentos favorecem o país hospedeiro por desenvolverem atividades econômicas que geram emprego e renda para os locais, por outro lado é do interesse das empresas se tornarem multinacionais por meio de investimentos, principalmente para minimizarem os efeitos de uma conjuntura local economicamente adversa às suas atividades e como forma de diversificar o risco dos mercados em que atuam. Essa parece ter sido a estratégia adotada pelas empresas francesas que têm se estabelecido no Brasil desde o século XIX, então, estimuladas, em parte, pela crise econômica por que passava a Europa e, em parte, pelas amplas oportunidades disponíveis e pelos benefícios concedidos pelo governo brasileiro, em determinadas ocasiões. Neste sentido, as duas economias – França e Brasil – atuam de forma complementar.

O exemplo mais recente é dado pela crise econômica internacional com início em 2007. Embora a Europa tenha sido afetada comercial e financeiramente, o Brasil sofreu em seu comércio exterior os efeitos da crise sobre seus parceiros comerciais, tornando-se, naquele momento, o quarto destino de maior procura

pelos investimentos diretos estrangeiros (IDEs), em especial os de origem francesa. Em 2007, havia 343 empresas de origem francesa estabelecidas no Brasil. Em 2010 esse número elevou-se para 437 tendo atingido, em 2013, a marca de 600 empresas, operando nos mais diversos setores: automobilístico, químico, informática, comércio varejista, materiais de construção, serviços e bancos de negócio. A presença de empresas francesas no Brasil, por meio de IDE gera benefícios mútuos, pois por um lado é importante para o investidor francês - como se depreende do fato de que 37 das 40 sociedades cujas ações compõem o índice CAC-40 possuem pelo menos uma sucursal no Brasil¹ - e por outro, favorece a modernização do setor produtivo, amplia a capacidade de produção e o desenvolvimento do mercado de trabalho do Brasil.

Este trabalho aborda diversas questões do relacionamento França-Brasil, resumindo os fatores históricos principais e suas consequências. Apresenta principalmente informações econômicas e uma análise pioneira. A seção II discute alguns aspectos econômicos das duas economias e as vantagens da parceria França-Brasil, com uma análise do crescimento econômico comparado. A seção III apresenta a evolução do relacionamento dos dois países na visão histórica, desde o século XVI até as décadas recentes do Brasil moderno. A análise dos investimentos diretos, a contribuição tecnológica e nas inovações e a geração de emprego são temas da seção IV. Apresentamos ainda resultados sobre o retorno médio do patrimônio líquido das maiores empresas instaladas no Brasil, onde as empresas francesas recebem destaque. A seção V resume o trabalho e lista itens importantes para o fortalecimento da parceria, com os olhos voltados para o futuro. Os anexos reproduzem as informações e estatísticas básicas que suportam a análise quantitativa do trabalho.

¹ CAC-40 é um índice de variação diária de uma carteira teórica composta por 40 ações de empresas francesas, negociadas na bolsa de valores de Paris, escolhidas por sua representatividade no mercado e por sua liquidez.

II – França e Brasil : passados distintos, futuros convergentes

• Breve comparação da história econômica

A análise histórica da evolução econômica da França e Brasil revela conclusões importantes e pouco conhecidas. Com as estatísticas históricas disponíveis sobre a população e o Produto Interno Bruto, é possível desenvolver uma análise comparada do que teria sido em linhas gerais o processo de crescimento e desenvolvimento econômico dos dois países. A Tabela 1 resume as taxas médias de crescimento real do PIB, da população e da renda per capita em períodos escolhidos e as Figuras 1 a 3 reproduzem a evolução das três variáveis ao longo do tempo, desde o século XIX até os dias de hoje.

Tabela 1 – Crescimento econômico e renda per capita, França e Brasil
Taxas médias de crescimento anual no período, %

Períodos	Produto Interno Bruto real		População		Renda per capita	
	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil
1820-50	1,12	...	0,51	1,39	0,61	...
1851-70	2,43	0,52	0,28	1,55	2,14	-0,91
1871-1900	1,71	0,61	0,05	2,00	1,68	-1,35
1901-14	1,22	4,16	0,15	3,07	1,06	1,05
1915-20	-2,22	4,84	-0,30	2,36	-1,93	2,43
1921-38	2,32	5,10	0,41	1,47	1,90	3,58
1039-45	-7,70	3,28	-0,78	2,00	-7,09	1,26
1946-50	0,32	7,64	1,05	2,58	-0,73	4,93
1951-72	5,36	7,25	0,97	2,93	4,35	4,20
1973-85	2,68	5,41	0,55	2,35	2,12	2,98
1986-90	3,22	1,95	0,54	1,76	2,66	0,19
1991-2000	1,97	2,51	0,43	1,60	1,53	0,89
2001-14	1,13	3,21	0,62	1,16	0,51	2,02

Fonte dos dados : Anexo 1. Elaboração SILCON Estudos Econômicos.

A Figura 1 mostra a evolução do PIB em US\$ bilhões de 2010, com a linha mais grossa retratando a série da França e a mais fina, a do Brasil, notação adotada nas demais figuras. Crescimento econômico mais sustentado é um processo

iniciado no Brasil no final do século XIX, após a proclamação da República, enquanto a França já ostentava uma expansão econômica acelerada e figurava como uma potência mundial. Nos anos 1850, quando os dados do Brasil são disponíveis, o PIB da França atingia US\$ 175 bilhões (sempre a preços de 2010), quase 16 vezes os US\$ 11 bilhões do Brasil. Nas décadas seguintes a disparidade aumenta, e no raiar do século XX, o PIB da França havia crescido para quase US\$ 440 bilhões, enquanto o do Brasil rateava nos US\$ 12 bilhões. A partir deste período, a disparidade diminui de forma acentuada. No início da Segunda Guerra Mundial, o PIB brasileiro era 10 % do PIB francês; nos anos 1950, um terço e mais recente em 2014, 88 %. As perdas sofridas pela França nas duas guerras mundiais são visíveis na figura, e inexistentes no Brasil.

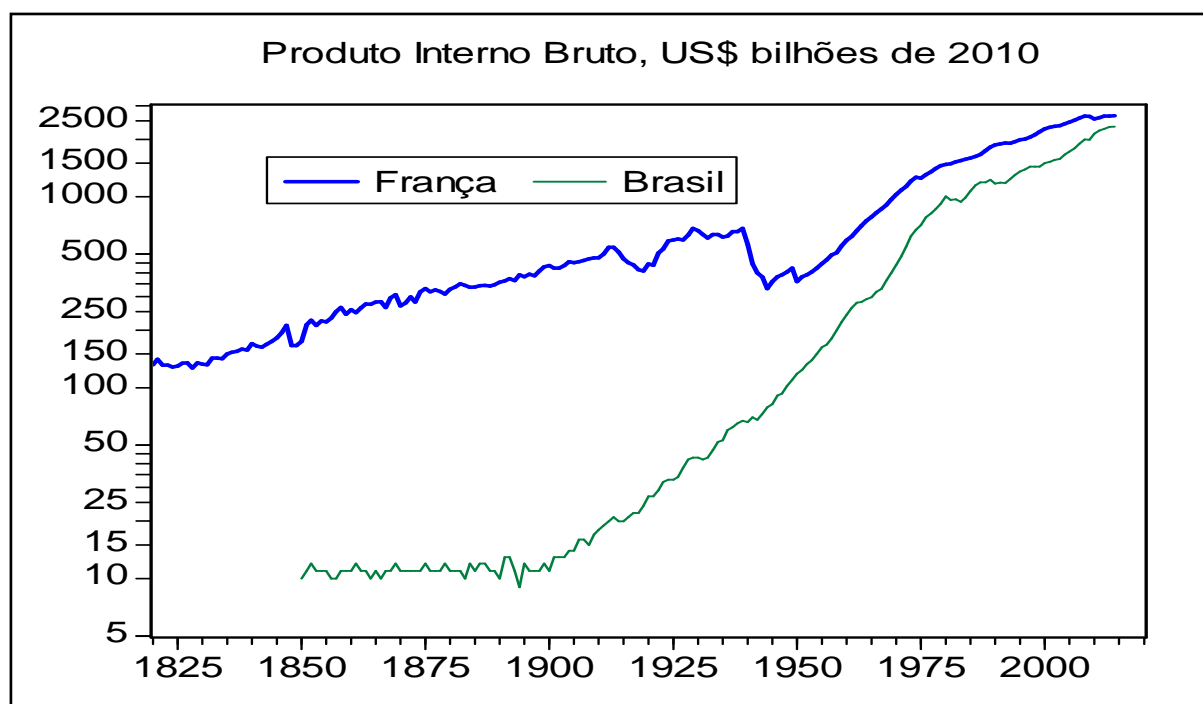


Figura 1 – Comparação das duas economias segundo o PIB

A mudança econômica ocorrida no Brasil a partir do século XX, junto com o amadurecimento institucional e expansão da infraestrutura, serve como vetor importante para a nova forma de relacionamento entre os dois países, como visto mais adiante.

O segundo fator básico de diferenciação entre os dois países é a demografia. A Figura 2 reproduz a evolução da população, o forte crescimento no Brasil, partindo de 4,7 milhões de habitantes em 1820 contra 32 milhões na França, igualando no início dos anos 40 em 41-42 milhões até atualmente com 200 milhões no Brasil e 66 milhões na França. Salvo nos anos logo após a Segunda Guerra Mundial, a taxa média de crescimento populacional não superou um por cento, enquanto a do Brasil sempre supera esta taxa.

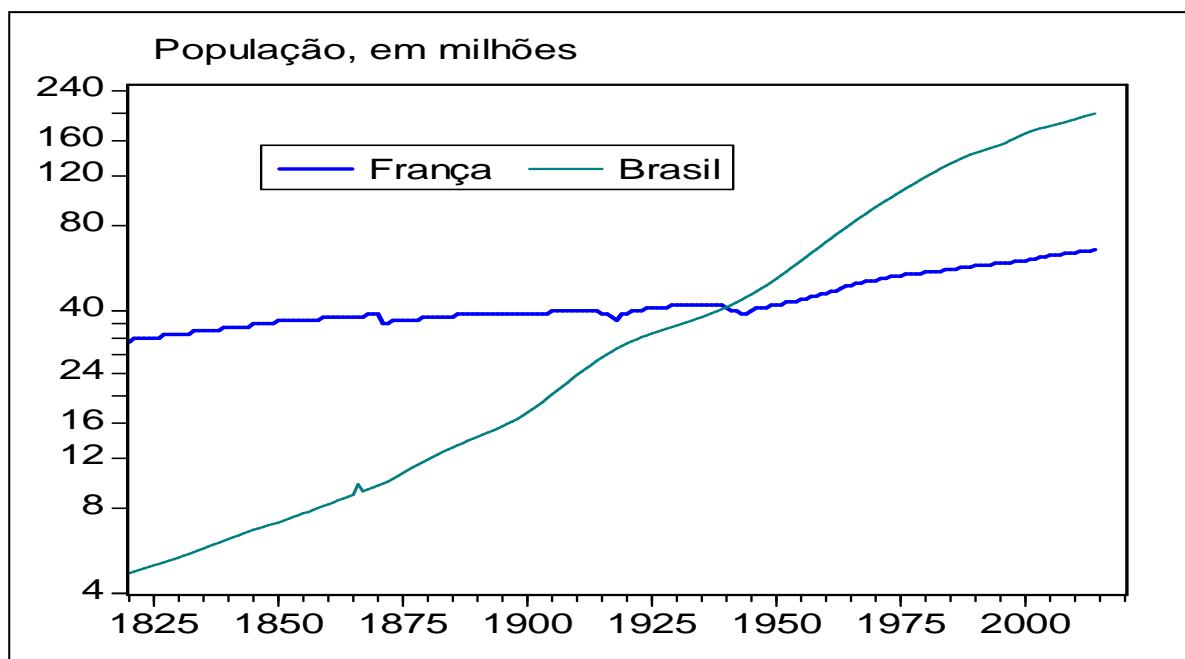


Figura 2 – A diferença demográfica.

O resultado nas tendências diferentes do PIB e da população se reflete na evolução da renda per capita na Figura 3, que sintetiza em linhas gerais o processo de desenvolvimento. Agora as diferenças são mais marcantes e visíveis. O processo de crescimento econômico em bases estáveis relevantes é um fenômeno recente no Brasil que data da segunda década do século XX, enquanto o da França já era visível na segunda década do século XIX. A queda da renda per capita da França é marcante durante as duas guerras mundiais. No Brasil, a perda de dinamismo a partir da década de 80 provoca a queda no ritmo de expansão da renda per capita.

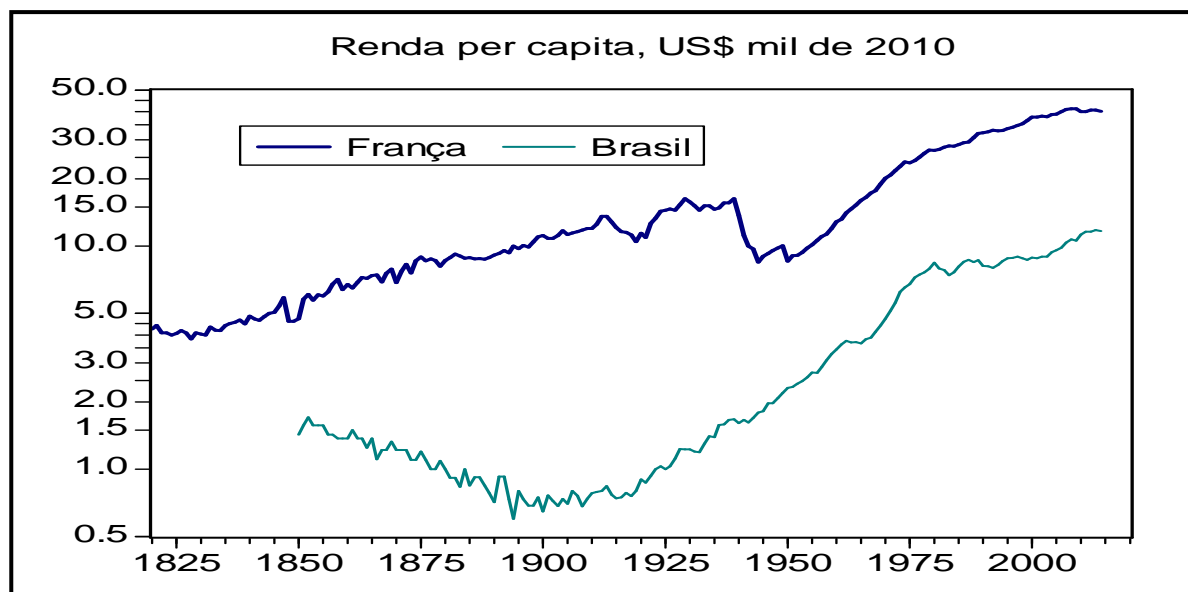


Figura 3 – Comparação da renda per capita dos dois países.

Em resumo, apesar de passados distintos no aspecto econômico e demográfico, os dois países são hoje economias importantes, dinâmicas, com renda agregada superior a US\$ 5 trilhões e população de 270 milhões, e com mercados de consumo crescentes.

- **Razões econômicas para a parceria**

Ainda que importantes, as tendências favoráveis de longo prazo não revelam todos os aspectos que devem ser considerados no fortalecimento da parceria comercial. Os benefícios de parcerias são tão maiores quanto maior a complementaridade entre as economias. Explorando as estatísticas históricas dos dois países, observamos que os ciclos de crescimento² da renda per capita – que sintetiza as flutuações nos mercados de consumo – têm na maioria dos períodos movimentos opostos, vale dizer, as taxas de crescimento mostram fases opostas. A Figura 4 reproduz a evolução das taxas de crescimento da renda per capita a partir de 1960 e é evidente a cronologia oposta dos ciclos principalmente a partir da década de 80. Quando a renda per capita de um país se acelera, o outro está

² Para melhor visualização, foi aplicada uma média-móvel de cinco anos nas taxas de crescimento da renda per capita.

em fase de desaquecimento e vice-versa. A parceria entre as duas economias permite que as empresas multinacionais localizadas no outro país explorem as fases diferenciadas de ciclo e diversifiquem o risco. A parceria comercial através de empresas multinacionais atua como válvula de escape no caso de uma conjuntura doméstica adversa.

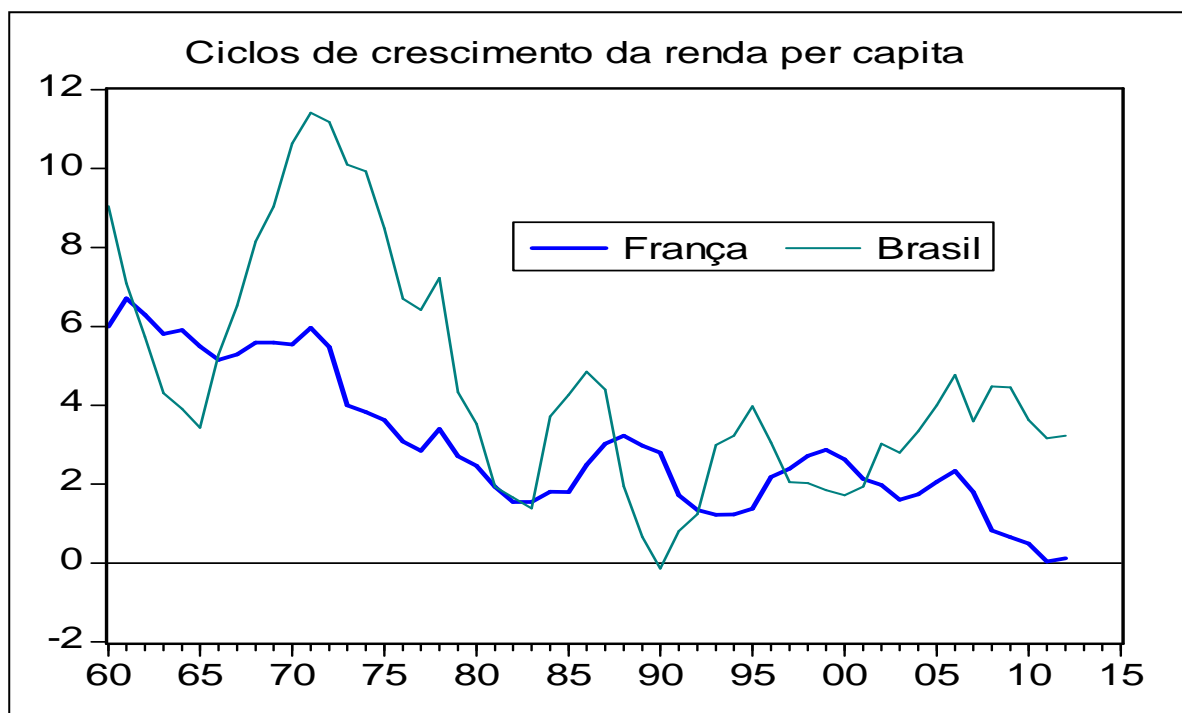


Figura 4 – Os ciclos de crescimento da renda per capita da França e Brasil

III – De corsários a parceiros

Esta seção apresenta um breve relato histórico do relacionamento da França com o Brasil, baseado em fontes secundárias. Como toda releitura da história, o relato pode conter algumas imprecisões históricas, devido a deficiências de registros, mas ainda assim não ofuscam a riqueza das contribuições relatadas.³

As relações entre França e Brasil foram sempre dominadas pelos aspectos econômicos, que podem ser divididas em três períodos, na classificação de Mariz e Provençal⁴ a qual acrescentamos uma quarta fase:

1. Aventureiros e negociantes, de 1503 até os meados do século XVI
2. Colonizadores, até 1614
3. Corsários, até 1712
4. Investidores e emigrantes, até os dias atuais.

- **Corsários e invasores, mas também civilizadores**

A presença registrada de franceses no Brasil data de 1503, quando seis armadores de Honfleur equiparam a nau L'Espoir, de 120 toneladas com 60 marinheiros e quatro canhões, comandada por Palmier de Gonneville. Na sua viagem para as Índias, desviou-se e alcançou a costa brasileira, onde erigiu uma cruz e fez amizade com o chefe indígena local. O registro da sua estada no Brasil não tem maior importância e possivelmente sua história seria perdida se Gonneville não tivesse levado o filho do chefe e outro índio para a França. Graças a este fato exótico para os padrões da época, a saga de Gonneville foi relatada por um religioso num livro publicado na França em 1663. Mais recente surgiram

³ Cipolla, CIPOLLA, Carlo M., Between Two Cultures: An Introduction to Economic History. New York: W. W. Norton & Company, 1988.

⁴ Mariz, Vasco e Lucien Provençal, Os franceses na Guanabara : Villegagnon e a França Antártica, (Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2015), Cap. 1

dúvidas sobre a veracidade dos relatos, mas é fato que os franceses estiveram por diversas vezes na costa brasileira, como corsários ou como simples aventureiros. Índios brasileiros levados para a Europa incendiavam a imaginação de nobres e as cortes. Relatos de visitantes, muitos fantasiosos, geravam a paixão pelo exotismo e pelas aventuras oferecidas nas terras brasileiras.

A presença francesa tem seu auge na tentativa de colonização do Brasil por Villegagnon com a criação da companhia França Antártica. Até então Portugal tinha seus interesses focados na África e Ásia, e a invasão teve o efeito de despertar o interesse pela sua nova descoberta. A expulsão dos franceses em 1567 teve o efeito de forçar Portugal a assumir definitivamente a colonização do Brasil e a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Mais tarde em 1612, La Ravardiere fundou São Luis e surgia a França Equinocial, de curta duração. O projeto fracassou, mas não impediu a crescente presença de colonos e o interesse comercial dos franceses nas terras brasileiras para extração de pau-brasil e de madeira. Mais uma vez, a tentativa francesa serviu para forçar Portugal a ocupar a região norte do Brasil, até então fora dos seus planos de colonização. No século XVIII, as cidades costeiras atraem a atenção de corsários como o ataque do corsário Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro. A presença de franceses, como exploradores, comerciantes, corsários e aventureiros, em terras brasileiras nos séculos XVI e XVII é tão intensa, que historiadores questionam se o Brasil da época seria português ou francês.⁵

Independente dos ataques de corsários, das invasões e tentativas de conquista de território, a influência da França sobre diversos aspectos da cultura brasileira é o evento mais ressaltado da relação entre as duas nações. Curiosamente, essa influência cultural toma corpo e visibilidade graças às ações imperialistas, na Europa, da França Napoleônica, o que provocou a fuga da Família Real portuguesa para o Brasil. Se, pelo lado comercial a abertura dos portos brasileiros

⁵ Mariz e Provençal, op.cit., p.40.

às nações amigas favoreceu economicamente a relação com a Inglaterra, pelo lado cultural a França foi consolidando sua influência. Com a restauração dos Bourbons e o desaparecimento do inimigo, a cultura francesa deixou seu confinamento palaciano e conquista o povo brasileiro.

Mais e mais vocábulos franceses foram absorvidos pelas pessoas independente-mente de sua situação econômica ou ocupação. O ensino nas escolas e colégios, fundados por religiosos franceses, seguia o currículo e adotava os mesmos livros usados no ensino na França. O sistema de ensino da França determinou o modelo de colégio adotado pelo governo brasileiro após a independência. Em 1837 é criado o primeiro colégio público (Imperial Colégio de Pedro II) com o objetivo específico de formar uma elite para o comércio, para a indústria e para o serviço público. Diferentemente do Liceu Pernambucano (1825) e do Ateneu Norte-Rio-Grandense (1834), o Colégio Pedro II foi concebido como parte de um programa civilizatório que incluía outros projetos, tais como o Instituto Histórico e Geográfico e o Arquivo Imperial. Em 1885 foi instalada, na cidade do Rio de Janeiro, a mais tradicional e longeva das instituições francesas no Brasil : a Aliança Francesa.

Visível e predominante no início no Rio de Janeiro, em Recife e em Salvador, esse monopólio cultural viria a se agigantar com o desenvolvimento da elite cafeeira de São Paulo. Ideias, livros, professores, profissionais das mais variadas áreas e artistas chegavam ao Brasil graças aos diversos acordos entre essas duas nações e a determinação do governo francês em recuperar sua importância econômica pela difusão de sua cultura.

- **Imigrantes**

A despeito da forte influência cultural, o número de imigrantes franceses tem sido, historicamente, pequeno. Entre 1884 e 1903, segundo informações oficiais do IBGE, chegaram ao Brasil cerca de 1,8 milhão de imigrantes, dos quais 57 % eram italianos, 18 % portugueses, 12,5% espanhóis, 5,6 % sírios e turcos, 1,6%

alemães e os restantes 6% compreendiam as demais nacionalidades, inclusive franceses. Entretanto, apesar do pequeno número de imigrantes franceses, sua contribuição cultural, econômica e de modernização para o País não deve ser desprezada, como ilustram os casos relatados a seguir.

A necessidade de ocupar tão vasto território, a severa escassez de profissionais qualificados em todas as atividades e as pressões pelo fim do trabalho escravo levaram o governo brasileiro a estimular a imigração de origem europeia. Os relatos em Vidal-Luca⁶ sobre a presença de imigrantes franceses no Brasil nos séculos XIX e XX fornecem revelações intrigantes. Num dos relatos⁷, em 1863 Charles Expilly ao caracterizar o perfil do imigrante francês identificou 2/3 desses como sendo gente sem escrúpulos que deixaram a França para fugir de suas responsabilidades ou como degredados, situação esta muito freqüente entre os imigrantes europeus para os mais variados destinos. O terço restante era formado por pessoas de bem, tais como comerciantes, operários, pais de família, todos em busca de melhores condições de vida, atraídos pelos incentivos do governo brasileiro ou pelas facilidades concedidas pelos empresários da imigração contratada, os quais financiavam todo processo.

A emigração de franceses para a América do Sul interessava também ao governo francês devido à longa crise econômica de 1873 a 1896, por que passava a Europa.⁸ Benjamin Pourcel, num estudo versando sobre os interesses recíprocos entre a Europa e a América e entre a França e a América do Sul, procurou induzir o Presidente da Segunda República, Carlos Luis Napoleão Bonaparte, a promover estímulos para a emigração de franceses para o novo continente. Caracterizando-a de *prudente*, entendia Pourcel que a emigração de europeus ociosos para as Américas deveria ser contínua, regularizada e fundada no trabalho da terra.

⁶ Vidal, Laurent e Tânia Regina de Luca (org.), Franceses no Brasil: Séculos XIX–XX. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

⁷ Vidal e Luca, op.cit., p.20

⁸ Vidal e Luca, op.cit., p.19

Curiosamente, seus argumentos com relação ao Brasil destacavam a importância da imigração europeia, não apenas pela extensão do território brasileiro, mas principalmente pelo seu conteúdo civilizatório de modo a evitar um *cataclismo iminente* devido às características de sua população, eminentemente mestiça.

A coletânea de Vidal e Luca contempla cinco aspectos da emigração francesa. O primeiro se refere à própria emigração para o Brasil: o que motivava o cidadão francês a deixar seu País e escolher o Brasil como destino. Aqui, os trabalhos além de destacarem as estratégias do governo brasileiro em seu esforço para atrair imigrantes qualificados, discutem as normas de emigração impostas pelo governo francês, cuja preocupação primeira era para com suas colônias na África; a procedência regional dos imigrantes, assim como sua competência profissional. O segundo aspecto considerado da imigração francesa está associado a duas visões do emigrante francês em relação ao Brasil. A primeira é a de um local seguro, um refúgio das ameaças locais, como ocorria com bonapartistas, socialistas e judeus. A outra era uma visão utópica, de que no Brasil, devido ao seu vasto território, grupos específicos poderiam se estabelecer em sociedade regida por seus valores, como os falantérios dos fourieristas (Charles Fourier) que se estabeleceram no município de Saí no Estado de Santa Catarina.

O terceiro aspecto da imigração francesa está associado às oportunidades urbanas de desenvolvimento profissional e empresarial do imigrante. O interesse está centrado nos mercados de trabalho urbanos, nos quais se estabeleceram imigrantes franceses como comerciantes, modistas, professores, cozinheiros e outras tantas profissões. O caso mais emblemático é o dos irmãos Boris que se estabeleceram na década de 70 do século XIX em Fortaleza, Ceará, inicialmente como importador-exportadores para, por meio da Casa Boris Frères, filial do grupo sediado na França construir um verdadeiro império empresarial.⁹ A

⁹ Vidal e Luca, capítulo 12

experiência da Casa Boris Frères voltou a ser estudada com mais detalhes em 1992, numa tese de doutorado na Universidade de São Paulo.¹⁰

Os Boris eram tradicionais comerciantes estabelecidos em Chambéry, na região da Alsácia-Lorena. Em 1869 Théodore e Alphonse Boris fundam em Fortaleza uma casa de comércio, Théodore Boris & Frères, com o objetivo de exportar produtos locais, essencialmente matérias primas, e importar produtos manufaturados primordialmente da França que apresentava desde 1850 um acelerado processo de industrialização. Desconhecidas as razões, dois anos depois os irmãos Boris encerram suas atividades comerciais em Fortaleza e retornam para a França. Possivelmente o abandono dos negócios nascentes em Fortaleza estava associado à guerra Franco-Prussiana que obrigou a família Boris a migrar para Paris. Em 1872, já em Paris, os Boris fundam a Sociète Boris Frères com o objetivo de promover o comércio comissionado de exportação e importação, com uma filial em Fortaleza, a Casa Boris Frères que também iniciou suas atividades no mesmo ano.

A maioria dos comerciantes imigrantes franceses tinha as cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife como destino final. Entretanto, Fortaleza era, na época, um grande centro exportador e, vários comerciantes franceses se instalaram em cidades menores da província como Aracati, por onde escoava toda produção do vale do Jaguaribe. Antes da fundação da Casa Boris Frères o comércio internacional em Fortaleza era conduzido por pelo menos três empresas de migrantes franceses que se instalaram na década de 60 do século XIX: Kalkmann & Cia, Brunn & Cia, ambas em Fortaleza e J. U. Graff & Cia, com matriz em Paris e filiais nas províncias do Rio Grande do Norte e do Ceará. Na

¹⁰ A tese foi resumida em Takeya, Denise Monteiro. *O capital mercantil estrangeiro no Brasil do século XIX: a atuação da Casa Boris Frères no Ceará*. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 15, (n. 1, 1994): 111-145. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/4630>

década de 70 desse mesmo século quando os Boris se estabeleceram em Fortaleza, quatro imigrantes franceses, todos provenientes da Alsácia-Lorena estabeleceram seu comércio na Província do Ceará: Gradvohl Frères e Lévy Frères que se estabeleceram inicialmente em Aracati e mais tarde se transferiram para Fortaleza; Weill & Cia e Habisreutinger & Cia que se estabeleceram em Aracati. Com a queda no preço do algodão e a forte seca de 1877 muitos comerciantes tiveram que fechar suas portas.

Os principais produtos exportados pela Casa Boris, em ordem de importância eram algodão, couro, penas de ema para a indústria de vestuário, cera de carnaúba usada na produção de velas, palha de carnaúba e plantas medicinais. Para ampliar as exportações, os Boris implantam indústrias beneficiadoras de produtos do setor agropecuário tais como açúcar, algodão, café e artigos de couro. A Casa Boris não importava apenas de sua matriz francesa, mas importava manufaturados da Inglaterra e dos Estados Unidos, de onde importava farinha de trigo. Da França importava peças de vestuário, perfumarias, objetos de decoração, vinhos, conservas, manteiga e artigos de armarinho.

Além dos produtos destinados à exportação, os Boris compravam de fornecedores locais cigarros, fumo, velas, cera de carnaúba, charque, gêneros alimentícios em geral e aguardente. A Casa Boris era na realidade o atacadista dos atacadistas. Sua estratégia de venda consistia em enviar ao cliente, em geral outro comerciante, outros produtos além dos que haviam sido encomendados, cujos valores eram debitados na conta do cliente. Essa prática era tão utilizada que mantinham seus clientes em endividamento crescente. Por isso mesmo acabaram por abrir uma Casa Bancária. A diversificação das atividades comerciais dos Boris se expandiu naturalmente pela cadeia produtiva à qual seu principal negócio, o comércio exterior, estava ligado. Assim, se tornam agentes de seguro e de navegação e passam a ocupar a função de cônsules da França na região, posição estratégica uma vez que era por meio do corpo consular no Brasil

que as informações sobre o mercado local e as oportunidades de comercialização de produtos franceses eram veiculadas aos interessados.

Em 1940, com a ocupação de Paris pelos nazistas e o conseqüente confisco das propriedades de judeus, a Soci te Boris Fr res foi extinta. A filial de Fortaleza continuaria suas atividades até seu fechamento em 1984. Sua antiga sede, hoje abriga o Consulado Francês em Fortaleza.

Os dois últimos aspectos tratados na coletânea são o das colônias agrícolas e o de trajetórias individuais e se referem a relatos de casos específicos. São relatadas três diferentes experiências de colônias agrícolas. As colônias agrícolas eram formadas por contratos específicos entre o governo brasileiro e um empresário, encarregado de arregimentar os colonos, no País ou no exterior, e prover toda logística para que os mesmos se estabelecessem na área da colônia (em geral uma fazenda) onde, ao chegarem, recebiam habitação, suprimentos, sementes, ferramentas e uma gleba de terra para iniciarem suas atividades agrícolas. O empresário da imigração contratada poderia ser de qualquer nacionalidade - por exemplo, a Colônia de Pedra Lisa (na região de Campos no RJ) foi administrada pelo francês Luiz José Maria Bergasse - embora a nacionalidade portuguesa fosse a mais comum. Estabelecida a colônia, o empresário era ressarcido dos gastos, descontados os adiantamentos concedidos pelo governo, ao longo do processo. Os colonos se obrigavam a trabalhar na fazenda até saldarem sua d vida.

De um modo geral, a imigração contratada para o estabelecimento de colônias agrícolas foi um completo fracasso. Em primeiro lugar pelo arranjo institucional, no qual os interesses do empresário responsável pela contratação de imigrantes não favoreciam o objetivo do Império de povoar seu vasto território por meio de colônias agrícolas.  vidos por realizarem lucros, os empresários procuravam arregimentar migrantes ao menor custo possível. Desse modo, miseráveis e bandidos eram seus principais alvos, embora alguns poucos

profissionais e eventualmente alguns agricultores, atraídos pelas promessas da propaganda, fizessem parte do grupo a ser assentado na colônia. Isso explica, em parte, o perfil do imigrante francês traçado por Charles Expilly. Com a chegada dos imigrantes em seu destino final eles descobriam que as facilidades de instalação tanto para um indivíduo quanto para uma família eram apenas peças de propaganda. Por isso mesmo, em sua maioria os imigrantes, após algum tempo, abandonavam a colônia e migravam para as zonas urbanas em busca de oportunidades compatíveis com suas habilidades profissionais, uma vez que os imigrantes agricultores eram em pequeno número. Assim, o principal interesse dos estudos sobre as colônias agrícolas se concentra nas dificuldades dos imigrantes assim como em identificar, de acordo com os poucos registros existentes, alguns casos de sucesso individual de imigrantes franceses.

Uma das nove colônias instaladas no atual Estado do Rio de Janeiro, a Colônia do Valão dos Veados - cujos registros compreendem o período entre 1847 e 1854 -, em São Fidelis, não foi constituída apenas por imigrantes franceses. Esses, inicialmente em número de trinta e três, eram superados apenas por portugueses (178) e brasileiros (62). A colônia se completava com belgas, alemães, espanhóis, e italianos. Além de alguns poucos agricultores, a colônia dispunha de pedreiros, canteiros (talhadores de pedra), oleiros, carpinteiros, ferreiros, alfaiates, barbeiro e um sangrador. Como o prometido suporte aos colonos não se consubstanciou, a despeito de todo esforço reivindicatório dos franceses junto ao Imperador, a colônia fracassou e os colonos migraram para zonas urbanas sem que deles se tenha qualquer informação.

A Colônia de Benevides foi concebida pelo governo da Província do Grão-Pará com o objetivo de, ao ocupar um território propício à agricultura, promover a produção de alimentos de modo a abastecer a população da região Belém –

Bragança.¹¹ Não existem registros sobre quem empreendeu a imigração europeia para a região, mas sabe-se que a Colônia de Benevides foi fundada em 1875 por 20 colonos, dos quais 16 eram franceses. Inicialmente, com condições climáticas favoráveis e a despeito do pequeno apoio governamental a colônia prosperou em seus dois primeiros anos. Em 1877 abrigava 364 indivíduos e havia gerado condições para atividades empresariais, tais como fábrica de tijolos e telhas, bem como produção de vinho e rum. Entretanto, devido às condições da região e às precárias condições oferecidas aos colonos em relação às que lhes haviam sido oferecidas, a colônia fracassou e os colonos se deslocaram para zonas urbanas.

O não cumprimento do contrato por parte do governo local provocou uma reação do governo francês que, por meio de um despacho ministerial, assumiu posição contrária à imigração para colônias agrícolas. Entretanto, há registros sobre franceses que, a despeito das dificuldades, tiveram sucesso na região adquirindo propriedades urbanas e operando engenhos. Félix Fanjas, colono francês que deu origem à família dos Fanjas de Benevides, foi proprietário do Engenho Santa Sophie, onde produzia açúcar e álcool e destilava cachaça, possuindo, também, muitos imóveis em Belém. Segundo relatos, além de uma vida social intensa, os Fanjas se mantiveram integrados à comunidade francesa. Outro colono francês bem sucedido foi François Paul Begot, um inovador senhor de engenho. Desenvolveu dois engenhos nos quais produzia cachaça sendo um desses engenhos movido à força hidráulica. Além disso, construiu na Colônia várias casas de alvenaria. Casou-se com uma filha de migrantes cearenses e participou ativamente da política local, abrindo caminho para que seus descendentes se dedicassem às atividades políticas. Em Benevides, embora esquecidas pela população local, a contribuição dessas famílias francesas está

¹¹ Nunes, Francivaldo Alves, A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará 1870 – 1889). Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA / Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, 2008

registrada em nomes de ruas e de logradouros públicos: Rua João Fanjas, Av. Paul Begot, Praça do Begot e o ginásio de esportes Nagibi Fanjas.

Françoise Massa relata a saga de Alexandre Bréthel, um imigrante francês farmacêutico e agricultor, que se estabeleceu na região do Rio Carangola (MG).¹² Bréthel chegou ao Brasil em 1862 e construiu, em Tombos do Carangola, sua nova vida, da qual se tem notícia por 69 cartas, descobertas em 1970, escritas por ele, inicialmente para seu tio e, com a morte deste, para sua prima. Tendo enfrentado severas dificuldades, Bréthel prosperou após ser reconhecido como farmacêutico pelas autoridades do Rio de Janeiro, o que lhe permitiu abrir a única farmácia de Tombos. Como havia estudado medicina, mas não conseguira se diplomar, a ausência de médicos na região era suprida pelo *doutor* Bréthel. Esse seu ofício não só lhe permitia um contacto mais próximo com a população local, ampliando seu círculo de amizades, inclusive entre os indígenas, mas, também proporcionou a ele e a sua família um substancial progresso financeiro. Com a morte de seu sogro, Joaquim Lannes Dantas Brandão, descendente de Jean Lannes, o Duc de Montebello e Marechal da França, títulos concedidos por Napoleão, a esposa de Bréthel, Guilhermina, herda a Fazenda São Joaquim. O bretão farmacêutico – médico torna-se um diligente empresário agrícola. Mesmo depois de perder os movimentos dos membros inferiores, Bréthel continuava empreendendo. Ao falecer em 1901 com 67 anos, Bréthel deixou, na Fazenda São Joaquim, um engenho de açúcar, uma destilaria, uma usina com capacidade para tratar o café da fazenda e o de seus vizinhos. A saga de Alexandre Bréthel está intimamente ligada à família Monlevade.

O primeiro Monlevade a chegar ao Brasil foi Jean-Antoine-Félix Dissandes de Monlevade. Engenheiro de minas, formado pela École Polytechnique de Paris, Jean-Antoine de Monlevade foi contratado para uma missão de dois anos no Brasil com a responsabilidade de fazer observações

¹² Vidal e Luca, op.cit., capítulo 17.

mineralógicas e geológicas em colaboração com o Senhor de Saint-Lambert. Segundo relatos, Jean-Antoine teria passado tão mal durante sua viagem para o Brasil que findos os dois anos de contrato preferiu se estabelecer no Rio de Janeiro para não enfrentar uma longa viagem marítima para sua terra natal. Como muitos outros franceses que escolheram se radicar no Brasil, Jean-Antoine casou-se, em 1827, com a brasileira Claire Sophie de Souza Coutinho, filha do Barão João Batista Ferreira de Souza Coutinho. No Brasil, além de exercer suas funções de engenheiro de minas e ter, constantemente, seus serviços requisitados devido à excelência de seu trabalho, popularizou o uso da forja catalã na metalurgia brasileira, foi empresário inovador nos ramos industrial, agrícola e de logística.

Em 1830, Jean-Antoine de Monlevade funda uma metalurgia às margens de um afluente do Rio Doce, próximo de São Miguel de Piracicaba, hoje cidade conhecida por sua indústria metalúrgica: João Monlevade. Sua preocupação em fazer o melhor levou Jean-Antoine a importar da Inglaterra o equipamento requerido para a instalação de sua metalúrgica. Seu sócio, Lourenço Achilles Lenoir estudou o Rio Doce que serviu de via para transportar o equipamento, planejando detalhadamente a empreitada. Mas, outro francês, Guido Marlière, desempenhou papel importante para que esse equipamento, pesando quase sete mil quilos chegasse, sobre cinco canoas, ao seu destino Rio Doce acima. Devido a existência de seis quedas d'água no curso do rio, os fortes braços dos índios pacificados por Marlière garantiram as ultrapassagens desses gigantes, para a época, obstáculos. Ao falecer em 1872, o patriarca dos Monlevades brasileiros deixou para seu filho João e para os filhos de sua filha Mariana: a empresa de fundição, terras agrícolas, a fazenda que estrategicamente fornecia alimentos para os que trabalhavam na forja (cerca de 500 negros) assim como para algumas centenas de animais de carga e, uma fazenda de café. Mariana era casada com um primo, Saint-Edme de Monlevade e foi por intermédio deste que os caminhos de Bréthel se cruzaram com os dos Monlevades.

Em Dun-le-Roi, convencido pelas circunstâncias, pois Bréthel havia perdido seu emprego, e pelo convite de Saint-Edme para que ele fosse trabalhar na fazenda de seu sogro e tio, Bréthel imigra para o Brasil. É de seu trabalho como contador que se tem conhecimento de que no ano de 1865 os negócios de Jean-Antoine de Monlevade produziram um lucro de 500 mil francos, uma fortuna inimaginável. Se por um lado Bréthel nutria uma grande admiração pelo patriarca dos Monlevades no Brasil, pela sua energia e capacidade empreendedora, Jean-Antoine lhe era grato por ter salvado a vida de sua esposa em um parto difícil.

Mas a imigração francesa para a região do Carangola não se limitou a essas duas famílias. Saint-Edme de Monlevade era natural da região francesa de Cher onde mantinha propriedades e negócios e isso o obrigava a constantes viagens entre o Brasil e a França. A antecipação da inevitável abolição de escravos levou os Monlevades a buscarem trabalhadores livres na Europa. As constantes viagens de Saint-Edme ao departamento de Cher fizeram dele o maior responsável pela imigração de franceses para a região do Carangola, ao longo de cerca de 20 anos.

A contribuição dos emigrantes franceses teve outros sete atores importantes.¹³ Guido Thomas Marlière, que já foi mencionado e participou decisivamente do transporte do equipamento importado por Jean-Antoine de Monlevade, nasceu na França, na província de Marche em 1767. Aos 18 anos iniciou sua carreira militar atingindo a patente de tenente-coronel do exército francês. Durante a Revolução e com a ascensão de Napoleão lutou para restaurar a monarquia. Exilou-se na Inglaterra por pouco tempo, tendo seguido para Portugal para ajudar na defesa do País. Estabelecido em Portugal Marlière casou-se com Maria Vitória, filha do Coronel Luiz L'Huylli Rozierres. Em 1807 foi transferido para o Brasil.

¹³ Vidal e Luca, op.cit., parte 5

Em meados de 1810 se estabeleceu com sua mulher em Vila Rica (hoje Ouro Preto) onde recebeu a patente de capitão diretamente das mãos do Governador da Capitania, o Conde de Palma. Além de viver modestamente era tratado com desconfiança pelos moradores locais que consideravam Marlière um espião de Napoleão. Por isso foi preso e, se não fossem os depoimentos e a determinação do Conde de Palma sua inocência não teria sido provada. Seus serviços de militar eficiente e humanista eram apreciados não só pelo governador da capitania, mas pelo próprio Secretário de Negócios Estrangeiros e da Guerra, o Conde de Linhares, o qual recomendou que o governador concedesse a Marlière alguma porção de terra para que ele a cultivasse, dando origem à fazenda Guidowald, onde ele passaria o resto de seus dias após se aposentar.

Em seu trabalho de pacificação dos índios sua estratégia era bem simples: usar a força da religião católica como poder de atração e consolidar esse relacionamento com os ganhos de comércio, especialmente de plantas medicinais. Como pacificador da Zona da Mata de Minas Gerais colaborou na formação de muitos municípios originários de aldeamentos indígenas, tais como: Cataguases, Conselheiro Pena, Governador Valadares, Guidoal, Marlièria, Miráí, Muriaé, Resplendor, São Domingos do Prata, São Geraldo, São João Nepomuceno e Visconde do Rio Branco. Guido Thomas Marlière faleceu em 1836 e foi enterrado em um cemitério indígena na Serra da Onça.

Claude Henri Gorceix veio para o Brasil em 1874 por indicação do professor Auguste Debrée, a quem o Imperador havia feito um convite para que visitasse o Brasil com o propósito de desenvolver o estudo da mineralogia no País. A Escola de Minas de Ouro Preto, então Vila Rica, foi totalmente concebida por Gorceix que usou como modelo a École de Mines de Saint-Étienne. A Escola, mantida pelo Estado, iniciou suas atividades em Outubro de 1876 sob a direção de Gorceix que a comandou até 1891. Desgostoso com o descaso com que a

Escola era tratada pelo governo da República, Gorceix retornou em 1902 para Paris, onde faleceu em 1919.

O bretão Auguste François-Marie Glaziou nasceu na cidade de Lannion em 1828. Aos 16 anos deixou sua casa e foi construir seu caminho. Trabalhou em várias cidades francesas sem, entretanto, descuidar de investir no seu ofício de jardinagem e cultivar sua fascinação pela botânica. Em 1858 Glaziou imigrou para o Brasil com sua mulher e um filho em busca de novas oportunidades. Com poucos recursos, os primeiros tempos de Brasil para a família Glaziou foram muito difíceis. A sorte de Glaziou mudaria ao conhecer Francisco José Fialho, a quem o Imperador havia comissionado a reforma dos jardins do Passeio Público. Contratado por Fialho, Glaziou trabalhou na reforma e concluída a obra ele assumiu a posição de diretor botânico do jardim e lá passou a residir. Seu trabalho paisagístico espalhou-se pela capital, embelezando o Rio de Janeiro urbano. Como jardineiro do Imperador foi responsável pelos projetos e construção do Campo de Santana e dos Jardins da Quinta Imperial, hoje Quinta da Boa Vista. Aposentou-se em 1897 e retornou a França, onde faleceu em 1906. Sua paixão pela botânica o levou a fazer centenas de expedições pelo Brasil. Seu herbário, doado pela família à sociedade Francesa de Botânica, totalizou 22.770 espécies catalogadas, o que o transformou em referência indispensável em estudos da botânica brasileira.

Antoine Hercule Romuald Florence, nascido em Nice em 1804, chegou ao porto do Rio de Janeiro em 1824 como voluntário da Marinha Real francesa. Não seguiu viagem com a embarcação capitaneada por Rosamel para se empregar como caixeiro na casa de roupas de um amigo de seu capitão, o imigrante francês Pierre Dillon. Desenhista com rara habilidade passa a trabalhar para outro francês, Pierre Plancher, exilado político e dono de uma tipografia e livraria, o qual funda o Jornal do Commercio para abrigar outros compatriotas exilados. Atraído por um anúncio de jornal se inscreve para participar da famosa Expedição

Lamgsdorff, na qual aparece nos registros como geógrafo, mas age como pintor, etnólogo e naturalista (registrou com notas musicais os cantos dos pássaros dando origem à bio-acústica). Em 1830, ao se casar em Porto Feliz com uma brasileira, Maria Angélica, filha do Cirurgião-mor e deputado liberal Francisco Alvares Machado e Vasconcellos, assenta residência em São Carlos (Campinas). A profunda admiração pelo sogro levou Florence a participar do movimento liberal, favorável à maioria de Dom Pedro II (então com 14 anos), que se opunha aos conservadores que representavam os interesses da cafeicultura escravagista do Vale do Paraíba e dos atacadistas do Rio de Janeiro. Essa atividade política levou Florence, em 1842, a fundar a primeira tipografia de Campinas e a editar *O Paulista* - cujo principal redator era Diogo Antonio Feijó - primeiro jornal do interior da província de São Paulo, mas de vida muito curta. Com a derrota do movimento liberal, Florence buscou refúgio para sua família em Porto Feliz, na casa de amigos do sogro. Essa seria a única experiência política de Florence no Brasil do Segundo Reinado. Após a morte de sua esposa, Florence vem a se casar, em Campinas em 1854, com a alemã Carolina Krug transferindo sua residência para a Fazenda Soledad que havia herdado de seu sogro. A preocupação com a educação dos filhos levou Hercule e Carolina a fundarem a Escola Florence, com uma nova pedagogia trazida dos estudos de Carolina na Europa, em particular no Instituto Madame Niederer da Suíça, de pedagogia intimamente associada à de Johan H. Pestalozzi. Em 1928 o Colégio Florence foi transformado em Escola Normal Livre. Hercule Florence morreu em 1879.

Em 1844 desembarcou no Rio de Janeiro como imigrante, o francês da Normandia, Baptiste Louis Garnier. Caçula de quatro irmãos, tradicionais livreiros em Paris, envolvidos com alguma frequência em escândalos policiais, quer pela venda de obras proibidas por serem consideradas eróticas, quer pela publicação de impressos de conteúdo político, Baptiste Louis viria a ser o livreiro-editor da família no Brasil. Responsável pela fundação da Livraria Garnier no Rio

de Janeiro, filial da Garnier Frères de Paris, Baptiste via nesse novo mercado a possibilidade de explorar o gênero de livro mais lucrativo, o erótico. Nos primeiros anos da década de 70 do século XIX fundou a Tipografia Franco-Americana que lhe permitiu editar escritores como Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Aluisio Azevedo, Olavo Bilac e Machado de Assis. Batiste Garnier inovou no mercado editorial ao estabelecer vínculos contratuais com tradutores e autores por ele editados. Faleceu em sua residência no bairro de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro em 1893. Entretanto, apesar de sua morte a Livraria Garnier não fechou suas portas. Hippolyte, o único irmão sobrevivente, herdou os bens de Batiste Louis e conseqüentemente a livraria, a qual, apesar da crise da nascente república, sobreviveu no comércio carioca (Rua do Ouvidor 71) até 1934, sob a direção de vários outros imigrantes franceses empregados da matriz parisiense.

Anatole Louis Garraux chegou ao Rio de Janeiro em 1850 com apenas 17 anos e foi trabalhar na Livraria Garnier. Embora tenha sido livreiro-editor foi como comerciante que fez fortuna. Mudou-se para a cidade de São Paulo em 1858 e abriu um balcão de vendas ao lado do Pândega, um popular livreiro entre os estudantes de direito, e se apresentava como agente de Garnier. Em 1863 fundou, juntamente com os sócios Guelf de Lailhacar e Raphael Suarèz, a Livraria Acadêmica, no Largo da Sé (atual Rua XV de Novembro), a qual mais tarde, pela diversificação dos produtos comercializados passou a ser conhecida como Casa Garraux. Anatole Louiz fazia fortuna com seu estabelecimento comercial, que pela sofisticação do ambiente e pela variedade dos produtos comercializados – de artigos de desenho a espelhos de cristal, de caixas de costura a penas de ouro, de quadros a charutos, de vinhos superiores a livros – atraía os diversos seguimentos da clientela paulistana. Garraux retornou a Paris onde faleceu em 1904 deixando para seus herdeiros uma fortuna avaliada, a preços de 2000, em três milhões de euros, dos quais 68% eram de capital financeiro (ações, no México e no Brasil,

de empresas dos setores de mineração, metalurgia e transportes ferroviário e fluvial), 27% eram de capital industrial e 5% em bens imobiliários e domésticos [Vidal-Luca (1999, p. 436)]. A Casa Garraux fecharia definitivamente suas portas em 1935.

No final do século XIX, o decreto republicano de naturalização, promulgado após a queda da Monarquia no Brasil e o advento da República teve a função de unir representantes franceses, ingleses e portugueses. Declarava que seriam considerados cidadãos brasileiros todos os estrangeiros que, dentro de um período de seis meses, não manifestassem desejo de manter sua nacionalidade original. *“Não há dados precisos sobre os efeitos da lei. Pelos relatórios diplomáticos dos representantes inglês, francês e português, percebe-se que houve reação geral contra a lei. As pequenas colônias, como a inglesa, a francesa e a alemã tinham melhores condições de resistir à naturalização, tanto por seu tamanho quanto pela força política de seus governos. A Itália era também particularmente agressiva na defesa de seus nacionais. Como é sabido, o governo italiano chegou a suspender a emigração para o Brasil. Juntamente com a França, ela promoveu intensa campanha entre seus cônsules para conseguir o maior número possível de declarações de manutenção de nacionalidade.”*¹⁴ O intento de naturalização “por default” acabou fracassando devido as reações contrárias, e deu força ao processo de imigração .

- **Investidores e inovadores**

Provavelmente, os primeiros capitais investidos no Brasil por franceses não imigrantes – retratados acima - estavam associados à *Brazil Railway Company*, empresa registrada em 1906 no Estado do Maine, Estados Unidos, com recursos levantados nos mercados de capitais da Europa. Embora grandes instituições

¹⁴ Franceses no Brasil: Século XIX-XX, capítulo de Jorge Luís Mialho, p. 57, citando Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi, da autoria de J.M de Carvalho, p.81-82.

francesas tivessem aportado substanciais recursos para a constituição da *Brazil Railway*, elas não detinham nenhum controle sobre a gestão da companhia.¹⁵ Esses primeiros investimentos franceses, ocorreram em decorrência da moratória brasileira de 1898 e da vigorosa crise enfrentada pela economia brasileira devido à queda dos preços internacionais do café. Ao longo da primeira década do século XX, a exportação de capitais franceses para o Brasil ocorreu intensamente pela emissão de títulos colocados na Bolsa de Paris.

No XI Congresso de História Econômica realizado na Universidade de Bocconi (Milão, Itália) em 1994, o Professor Frédéric Mauro apresentou dois trabalhos sobre as contribuições das empresas francesas na América Latina. Um desses trabalhos se referia às empresas francesas na América Latina no período 1850 - 1930.¹⁶ Outro trabalho, específico sobre as empresas francesas e o financiamento da industrialização do Brasil, retoma a história dos investimentos franceses no Brasil desde o século XIX,¹⁷ mas passando ao largo das questões macroeconômicas, examinadas em 1984, para se concentrar nos aspectos microeconômicos e empresariais, sem enveredar pelo lado comercial. Desse modo, assenta sua análise nos aspectos financeiros do capital francês no Brasil: em quais atividades os investidores franceses aplicavam seus capitais? Para tanto, o autor divide o lapso de tempo considerado em três períodos; antes de 1914, entre 1914 e 1960 e depois de 1960.

¹⁵ Saes, Flávio A. M. de, *Os Investimentos Franceses no Brasil: o caso da Brazil Railway Company (1900-1930)*. *Revista de História*, n.119, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (1988): 23 – 42.

¹⁶ Mauro, Frédéric, *La Préindustrialisation du Brésil: essais sur une économie en transition, 1830/50-1930/50*. Paris: CNRS - Centre national de la recherche scientifique, 1984. Frédéric Mauro, falecido em 2001, foi professor da Universidade de Paris X – Nanterre, dirigiu um grupo de pesquisas sobre a América Latina no laboratório Credal, associado ao CNRS, publicou 25 livros, os quais em sua maioria sobre a América Latina. Devido ao seu interesse pela América Latina visitou várias universidades da região, em especial a Universidade de São Paulo, a qual visitava com frequência.

¹⁷ Mauro, Frédéric, *As Empresas Francesas e o Financiamento da Industrialização do Brasil*. *Revista de Economia Política*, v. 19 (Jul-Set, 1999): 82 – 91.

Como já destacado, até meados do século XIX os investimentos franceses no Brasil estavam associados à presença física do investidor como prestador de serviços, como comerciante ou como empresário, seja na agricultura, seja na indústria. Entre 1873 e 1896, a Europa passou por uma aguda depressão econômica com os sintomas clássicos de queda de preços, queda nas taxas de juros e aumento de desemprego. A queda nas taxas de juros na França e o insipiente sistema de financiamento do mercado brasileiro direcionaram os interesses dos capitais franceses para o Brasil, agora já sem a presença física do investidor direto.

A precariedade do sistema bancário brasileiro no atendimento dos comerciantes franceses é constatada pela queda no número das grandes empresas comerciais francesas que passaram, no Rio de Janeiro, de 650 em 1886 para 64 em 1896, a despeito da criação pelo governo francês do Banque Française du Brésil em 1872. Assim o investimento no setor bancário brasileiro se revelava atrativo. Em 1893 foi criado o Banque Nationale du Brésil; em 1907 o Crédit Foncier du Brésil et de l’Amérique du Sud, como parte de um conglomerado financeiro, Caisse Commerciale et Industrielle de Paris, o qual deu origem à empresa Bouilloux-Lafont; esse mesmo grupo adquiriu uma casa bancária brasileira para criar o Banque de Crédit Hypothécaire de l’État de Bahia, banco esse que apoiou o setor cacauero; em 1909 o Banque Française et Italienne pour l’Amérique du Sud, o qual originou o banco Sudameris, mais tarde incorporado pelo Banco Real, hoje parte do Banco Santander.¹⁸

A necessidade de investimentos em infraestrutura de transportes levou o governo brasileiro a criar incentivos para que investidores internacionais alocassem seus recursos em projetos de ferrovias sob a forma de investimentos. Para tanto, o governo brasileiro garantia um rendimento sobre o capital aplicado, superior às taxas de juros praticadas no exterior. Esse estímulo produziu o efeito

¹⁸ Mauro, 1999, op.cit., p.84

almejado e investimentos franceses se concentraram em seis empresas ferroviárias e outra (da empresa Bouilloux-Lafont) específica para construção de estradas de ferro no estado da Bahia. Com relação a portos, além das atividades da empresa Bouilloux-Lafont a serem destacadas a seguir, foram fundadas, em 1908, as seguintes empresas francesas: Société de Construction du Port de Pernambouc, Société Française du Port de Rio Grande do Sul e a Compagnie du Port de Rio de Janeiro.

A empresa Bouilloux-Lafont é considerada como *um grande investimento direto*. Foi entre 1907 e 1914 que o grupo financeiro Caisse Commerciale et Industrielle de Paris construiu seu conglomerado empresarial no Brasil. Como prova da sua importância, em 1914 seu capital correspondia a 10% dos investimentos franceses no Brasil. Com o resultado das concessões das obras portuárias sob sua responsabilidade a empresa Bouilloux-Lafont criou a Compagnie Aéropostale e a Société Générale d'Aviation. Em 1932 o capital do grupo no Brasil era de 1,2 bilhão de francos franceses e mais 180 mil contos de réis. Os investimentos do grupo seguiram o mesmo padrão dos investimentos estrangeiros no Brasil: bancos, ferrovias e portos.

Na atividade bancária, a Bouilloux-Lafont concentrou suas ações em dois bancos conforme mencionado anteriormente: a filial do Crédit Foncier – banco criado em Paris pela fusão de três outros bancos –, a qual se transformou no mais importante estabelecimento bancário francês em operação no Brasil e o Banque de Crédit Hypothécaire de l'État de Bahia. Em 1927 expandiu sua atividade bancária adquirindo o Banco Estadual de Sergipe. Na atividade ferroviária a Bouilloux-Lafont criou e operou duas empresas: a Compagnie de Fer Fédéraux de l'Est Brésilien – única empresa de transporte ferroviário, em operação no Brasil, com 100% de capital francês – e a Société Franco-Sud-Américaine de Travaux Publics, responsável pelos trabalhos de infraestrutura. Embora não

fossem bons negócios, a garantia de retorno concedida pelo governo brasileiro manteve a atividade ferroviária da Bouilloux-Lafont em expansão até 1920.

No setor de portos, a Bouilloux-Lafont iniciaria suas atividades em 1916 assumindo o porto de Salvador em decorrência da falência da concessionária anglo-francesa que havia adquirido a concessão da Bahia Docks Ltda, criada por brasileiros em 1817. A Bouilloux-Lafont abria uma larga avenida para sua expansão com a criação, em 1923, da Compagnie Brésilienne de Ports com o objetivo de executar obras de melhorias nos portos brasileiros. Os contratos de melhora das condições dos portos do Rio de Janeiro, de Niterói e de Angra dos Reis, além do contrato de melhoria do porto de Vitória promoveram os recursos para a expansão da Bouilloux-Lafont até o encerramento de suas atividades em 1931. A falência da Bouilloux-Lafont está associada a três fatores: a grande depressão de 1929 a 1933; as discordâncias de Marcel Bouilloux-Lafont, de forte personalidade, com o regime inaugurado por Getúlio Vargas; e um erro de estratégia empresarial – em decorrência da sua estrutura organizacional arcaica – em manter a deficitária Compagnie Aéropostale.

Em 1912, surgiria um investimento francês que teria impacto importante e pioneiro na prática do comércio varejista, com a instalação no Rio de Janeiro de uma filial da firma Mestre & Blatge, de Paris, para o comércio de máquinas e equipamentos. Em 1924, o empreendimento transformou-se na Mesbla – combinação das sílabas iniciais de Mestre & Blatge, que marcou o pioneirismo como loja de departamentos e como líder nas vendas do comércio varejista no Brasil. Nos anos 80, a Mesbla tinha 180 pontos de venda espalhados pelas principais capitais e cidades do interior, com lojas amplas, vendendo artigos diversos, desde roupas, mobiliário, utensílios domésticos até lanchas, automóveis, e aviões, e dotada de financeira própria. Nos anos 90, a Mesbla passou por seguidas dificuldades, financeiras e de administração até fechar em 1999. Mas deixou um legado de práticas modernas para o comércio varejista no

Brasil. Os investimentos franceses no comércio varejista brasileiro permanecem fortes em outras empresas, bem sucedidas e em expansão.

Qualificadas por Mauro de “*monstros sagrados*” dos investimentos industriais franceses, a Pont-à-Mousson e a Rhône-Poulenc talvez sejam os primeiros investimentos diretos franceses a continuarem frutificando até os dias de hoje. A Pont-à-Mousson iniciou suas atividades comerciais com o Brasil em 1911 exportando, por meio da Casa Boris, toda tubulação de ferro fundido utilizada no abastecimento de água na cidade de Fortaleza. Sua história no Brasil está ligada à cooperação acidental entre dois engenheiros, um brasileiro, Fernando Árens Júnior e um francês, Dimitri Sensaud de Lavoud.

Em 1910, pilotando um pequeno avião Lavoud passaria por uma situação difícil devido à fusão do motor da aeronave. Saindo ileso do acidente Lavoud, ao abrir o motor encontrou em seu interior um pequeno anel de estanho. Ao comentar esse fato com Árens atribuiu a formação desse anel à centrifugação a qual o motor havia sido submetido. Assim, Lavoud sugeriu que Árens construísse uma máquina para produzir anéis de segmento, intensivamente usados na nascente indústria automobilística. Árens concluiu que seria possível então, criar uma máquina para fundição de tubos pelo processo de centrifugação. Da ideia à ação, Árens realizou com sucesso a empreitada e o novo processo de produção de tubos de ferro fundido, Lavoud-Árent, foi patenteado inicialmente no Brasil e, posteriormente nos Estados Unidos, Canadá e Europa.

O novo processo de produção de tubos de ferro fundido foi implantado por Árens, em 1913, por meio da Companhia Brasileira de Metalurgia, por ele fundada. Em 1932 Baldomero Barbará viria a comprar a empresa de Árens e fundi-la com a metalúrgica Barbará. Em 1937 a Pont-à-Mousson inicia suas atividades produtivas no Brasil criando a Companhia Ferro Brasileiro e a Brasilit, para em 1951 adquirir a Barbará, já então sinônimo de tubos de ferro fundido em todo Brasil. Em 1970, ocorre a fusão da Pont-à-Mousson, líder na produção de tubos de ferro fundido com a Saint-

Gobain, líder da indústria de vidros dando origem à Compagnie de Saint-Gobain. Desde então o grupo vem diversificando suas atividades e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil, primeiro país não europeu a receber investimentos do grupo.

A Rhône-Poulenc travou seu primeiro contacto comercial com o Brasil por meio de sua antecessora, a Société Chimique du Rhône (SCRU) estabelecida em Lyon. Esse primeiro contacto se deu pela exportação, para o Brasil, de lança-perfume, intensivamente usado nos carnavais do Rio de Janeiro e em muitas outras cidades. Enfrentando dificuldades desde 1912 a SCRU teria sua situação empresarial agravada pelo aumento das tarifas de importação impostas pelo Brasil em 1914. Com dificuldades para manter suas exportações a SCUR enviou uma missão ao Brasil com o propósito de instalar uma fábrica em São Bernardo do Campo, nas proximidades da capital paulista para produzir, no Brasil, o lança-perfume que já não tinha condições de exportar. Entretanto, esse projeto só viria a ser realizado em 1919 devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial. Assim surgiu a Companhia Química Rhodia Brasileira, da qual 80% das ações eram da SCUR e 20% de empresários brasileiros. Além do lança-perfume e da *rhodine* (ácido acetilsalicílico), a fábrica produzia ácido sulfúrico. Em 1925 a SCUR se fundiu com a Société Poulenc, dando origem à holding de um conglomerado de empresas, a Rhône-Poulenc.

A expansão comercial francesa no Brasil, no século XIX “... *foi um processo histórico articulado à evolução da própria economia francesa como um todo, mas especialmente à evolução da indústria e do comércio exterior na França no século citado*¹⁹” Neste sentido, há certo consenso em torno de três fases na relação comercial franco-brasileira: 1815-1860, 1860-década de 1890 e anos 1890-1914, que correspondem aproximadamente às fases do crescimento,

¹⁹ Takeya, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: Origens do Capital Estrangeiro no Brasil**. São Paulo – Natal. Editora Hucitec – Editora UFRN. 1995. Página 24.

da desaceleração (ou estagnação) e da retomada do crescimento na França. A França começou a expansão comercial rumo ao Brasil de forma mais agressiva provavelmente nos anos 1850. Foi fundamental, na França, para o advento de um mercado nacional unificado, a expansão do transporte ferroviário. Esta constituiu uma vantagem da França perante seus concorrentes. Takeya cita Lévy-Leboyer, M. e Bourguignon, F. “... os meios industriais e financeiros de que o país se dotou para criar sua rede ferroviária lhe permitiram, depois de 1856, investir largamente no estrangeiro para construir as primeiras estradas de ferro mediterrânicas, abrir o canal de Suez, valorizar o Egito, cuja produção algodoeira era indispensável uma vez interrompido o fornecimento americano, durante a guerra civil, mas também para desenvolver novos mercados de exportação. Daí decorre que as vendas efetuadas aos países onde os principais investimentos tinham sido realizados (a Espanha, a Itália, a Turquia e o Egito) atingiram mais de meio bilhão de francos em média em 1863-1865, um quinto da cifra dos negócios realizados nos mercados exteriores, contra 14,7% em 1853-1855; e os bens de equipamento figuraram pela primeira vez entre os produtos exportados, 62% dos fornecimentos de material ferroviário, durante este período, tendo sido reservado a esses quatro países. Um novo setor, foi, portanto, aberto à exportação.²⁰”

Às vésperas da eclosão da Primeira Guerra Mundial, a França é o segundo maior “banqueiro” do mundo. Para granjear tal posição, foi fundamental “... a produção industrial das mercadorias e o acesso ou controle de áreas onde se dessa sua distribuição, através do comércio exterior – via fornecimento de matérias-primas e consumo dos manufaturados -, tiveram inegavelmente um papel fundamental. Engendraram etapas seguintes e constituíram, pois, partes inseparáveis de um processo global.²¹”

²⁰ Takeya op.cit, p. 26.

²¹ Takeya,, op.cit., p. 37.

E o Brasil foi participante importante neste processo, posto que no âmbito da peleja por posições no mercado global no século XIX, o país ocupou lugar destacado na América Latina. Por longo tempo, a França foi a segunda potência em termos de importância nas relações de comércio exterior do Brasil.

A abertura dos portos brasileiros em 1808 – com a vinda da Família Real em fuga da ameaça de Napoleão Bonaparte - foi a semente do que se tornaria a expansão comercial francesa no Brasil do século XIX, embora efetivamente e em maior volume só deslanchasse depois que a paz na Europa foi restabelecida em 1814.²²

- **Diplomatas, comerciantes e a sua rede de informações**

Para fundamentar as decisões dos empreendedores, era necessário dispor de informações adequadas. Numa época em que não existiam instituições criadas para este objetivo, as redes de representações francesas assumiram este papel. voltadas para franceses - Com a normalização das relações, a diplomacia por meio das representações consulares assume papel fundamental. “*Era na teia da representação consular francesa que se encontrava a maior e mais sistemática fonte de informações sobre o Brasil.*”²³ Tal representação originou-se no tratado de amizade, navegação e comércio, assinado a oito de janeiro de 1826, que confirmava o reconhecimento da independência, regulava a representação diplomática e fixava as bases de transações comerciais de acordo com as cláusulas do tratado britânico.

Contudo, mesmo antes do estabelecimento de representantes oficiais e permanentes do governo da França em 1826, já havia, naquela nação, relatórios detalhados sobre o Brasil. O primeiro conhecido é do ano de 1823 e está nos Archives Nationales de Paris. Chama-se “*Informações sobre o Brasil*” e era da

²² Takeya,, op.cit., citando Guilherme Deveza

²³ Takeya, op.cit, p. 40.

responsabilidade da Direção do Comércio Exterior, que pertencia ao Ministério da Agricultura, do Comércio e Obras Públicas. O relatório já antevia o interesse comercial da França no Brasil, declarando que o comércio franco-brasileiro poderia ser considerado vantajoso para a França, posto que o Brasil, de acordo com ele, trocava, de forma majoritária, apenas artigos manufaturados por produtos agrícolas, e que tal troca se dava por navios que pertenciam à França.²⁴

Vale frisar que a representação consular da França no Brasil cresceu – ou foi responsável – com o aumento das relações comerciais franco-brasileiras. Tal representação estava ligada a importância de mercados regionais e aos interesses estratégicos para a nação francesa. Deste modo, cidades como o Rio de Janeiro, Salvador e Recife foram as primeiras a ter consulados permanentes. O Ceará é um adequado exemplo a respeito da questão da expansão da representação consular por causa do crescimento econômico, tal e qual como a respeito do exercício, por parte de comerciantes de nacionalidade francesa, de cargos de representação.

Assim, quando proclamada a República, em 1889, o Ceará contava com cônsules, vice-cônsules e agentes consulares de 22 nações, a saber: “... *França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Bélgica, Holanda, Espanha, Itália, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega, Áustria, Hungria, Dinamarca, Argentina, Uruguai, Chile, Venezuela, Bolívia, Paraguai e Peru.*”²⁵ A representação consular francesa enfrentava dificuldades em sua missão de obter e enviar informações. Uma queixa recorrente era a ausência de um trabalho de estatística fidedigno e regular. Deste modo, os representantes, em muitas ocasiões, se viam desprovidos de informações a respeito de produção e comércio. Um cônsul, ao queixar-se de Alagoas, declarou: “*Eu não conheço nenhum trabalho estatístico sobre esta província; o tamanho da população é mesmo desconhecido e incerto;*

²⁴ Takeya., op.cit.,

²⁵ Takeya., op.cit., p.42.

*qual é a parcela de seu solo disponível para a agricultura e qual o valor de seus produtos? Eis aí questões insolúveis.*²⁶” Com o pouco interesse pela coleta, registro e tratamento das estatísticas que havia no Brasil, quem costumava fornecer números em base informal e de amizade para os agentes consulares eram funcionários alfandegários, associações comerciais (quando havia), comerciantes e franceses contratados por governos provinciais para realizar trabalhos públicos.

Quando se foram estreitando as relações comerciais franco-brasileiras, agentes consulares passaram a enviar relatórios com maior frequência e com maior atenção a detalhes. Nos anos 1880, exigia-se um relatório comercial anual, além de boletim de informações comerciais, quinzenal ou mensal.²⁷

As informações enviadas para a França diziam respeito, principalmente, ao movimento comercial e marítimo dos principais portos do Brasil, que eram os do Rio de Janeiro, Salvador, Rio Grande, Belém, Fortaleza, Santos e São Luís. Outras informações contidas nos boletins tratavam de *“meios de transporte existentes, as formas de compra e venda de mercadorias, condições da marinha mercante no Brasil, estado geral da agricultura, incluindo notícias sobre plantação e perspectivas de colheitas, problemas climáticos, impostos, concorrência de mercadorias estrangeiras, mercados de consumo regionais para determinadas mercadorias francesas, mercados regionais fornecedores de matérias-primas, preços, câmbio, etc.”*²⁸ Os boletins eram bastante detalhados. Além disso, relatórios mais específicos atendiam a pedidos vindos do Ministério de Negócios Estrangeiros. Um exemplo ocorreu em 1888, quando o Ministério solicitou informações sobre as casas comerciais francesas e estrangeiras que efetuavam o comércio de *“metais, ferros e produtos metálicos diversos”* em Pernambuco.

²⁶ Takeya, op.cit. p. 43.

²⁷ Takeya, op.cit.,

²⁸ Takeya, op.cit. p. 44.

O material que era produzido pelos cônsules no Brasil, na forma de boletins e em relatórios e mandados para a Direção dos Consulados e Negócios Comerciais do Ministério das Relações Exteriores, eram então transmitidos para a Direção do Comércio Exterior, que era órgão do Ministério da Agricultura, Comércio e Trabalhos Públicos. As informações eram destinadas para industriais, comerciantes e negociantes de modo geral, com o objetivo de incrementar relações entre produção de manufaturas francesas e o mercado consumidor do Brasil, além da necessidade de matérias-primas na França e a produção brasileira, para que houvesse a difusão de conhecimento e aproveitamento das possibilidades que eram ofertadas pela nação brasileira. Um interesse permanente era estreitar a ligação entre industriais e negociantes francesas com casas comerciais francesas atuantes no Brasil.

A partir de articulações para expansão das linhas de navegação da França operantes no Brasil, cresce muito a rede de relações que foram criadas pelo trabalho dos cônsules no Brasil e as suas observações quanto a necessidade de expansão do comércio francês. Eis um exemplo seminal em se tratando do referido assunto, posto que mostra a extensão do interesse da França em expandir sua atuação comercial no Brasil.

Em 1865, quando recebeu relatório (por parte do Ministério das Relações Exteriores) do cônsul residente no Rio de Janeiro, com questões sobre as linhas de vapores que ligavam o Brasil à França e à Inglaterra, o Ministro da Agricultura, do Comércio e dos Trabalhos Públicos da França o remeteu para o diretor da Cie. De Messageries Imperiales, que era uma companhia de navegação que funcionava no Brasil. O cônsul propunha uma nova linha, ligada ao Porto de Marselha. A Companhia respondeu afirmativamente, contanto que o Ministério das Finanças apoiasse a Companhia financeiramente em tal empreitada. Rapidamente, o Ministro das Relações Exteriores, que tinha respaldo nos interesses da Câmara de Comércio de Marselha, colocou pressão sobre o Ministro

das Finanças, “...em nome do interesse nacional envolvido na questão”, declarando ainda que “...o retardamento da aprovação poderia ter graves conseqüências, pois teme-se que a Itália retome antigos projetos e ponha o porto de Gênova em comunicação com a América do Sul.”²⁹ Na época, a navegação era indispensável, posto que a comercialização intercontinental de mercadorias dependia única e exclusivamente de transportes marítimos. Assim, a questão teve a intermediação dos cônsules, atuando internamente no Brasil, e eles articularam os interesses de produtores e comerciantes do Brasil aos interesses da França.

A estrutura consular, na sua missão de granjear informações a respeito de mercados para a expansão comercial francesa no século XIX, apontou diversos problemas. O primeiro adveio da distância entre mercados onde os cônsules estavam e a França, problema que era agravado pelo tempo que era necessário, na época, para a troca de correspondência. O segundo problema era a preparação inadequada de candidatos para a execução de cargos na representação consular. O terceiro problema era a ausência de conhecimento real, por parte do cônsul, da área sob sua jurisdição, posto que o Ministério não destinava verbas para tais viagens, então o que acontecia é que os cônsules raras vezes visitavam tais áreas. Resultava disso grave baque para os interesses de França, pois havia a falta de base, e em decorrência disso, reduzida confiança nos relatórios que eram elaborados. Paul Parsy declara no seu livro “*Le développement des exportations. L’information commerciale et le crédit à l’exportation en France et à l’étranger*” que “...o cônsul vive num círculo estreito, ele toma das anotações da estatística oficial e das folhas locais os elementos de seus relatórios. É talvez porque não se pode aí encontrar nenhum traço de opiniões fundadas sobre a observação pessoal, que esses documentos são raramente consultados (...) ele não sabe nada, ou pouca coisa sobre a atividade comercial e industrial de sua circunscrição que ele, aliás, não visitou. Este estudo da região deveria constituir, para o cônsul,

²⁹ Takeya, op.cit, p. 46.

*uma obrigação, prevista, aliás, no orçamento, sob a forma de um mínimo de verbas para viagens regulares para cada consulado e para cada ano.*³⁰” Parsy acreditava que os cônsules deveriam também de efetuar visitas periódicas a França, onde prestariam contas dos seus serviços, além de entrar em contato com comerciantes e industriais franceses que tivessem particular interesse na área de jurisdição do cônsul.

O quarto problema era o fato de que muitos agentes consulares eram, além disso, comerciantes. Assim, quando novos comerciantes franceses chegavam à área de sua jurisdição, havia a questão da concorrência e até certo ponto conflito de interesses. Na época imediatamente pós-abertura dos portos em 1808, tal questão não era preocupante, mas se agravou quando a expansão comercial francesa foi ocorrendo no Brasil. Desta forma, uma das funções consulares se via abatida, que era a de servir como apoio para a entrada do capital mercantil francês em vários mercados. Assim, quando um representante do comércio visitava um cônsul, desejando informações a respeito do mercado, o cônsul não disponibilizava o documento pedido. Em palavras fores, “...quanto à cortesia, à urbanidade de nossos cônsules, ela iguala a sua incompetência. Quando um representante do comércio desembarca em uma cidade qualquer da América do Sul, seu primeiro gesto é dirigir-se ao consulado para aí inscrever-se. Muito naturalmente, ele manifesta o desejo de ser informado sobre as condições do mercado, sobre a situação da praça, sobre a possibilidade de vendas dos artigos que ele representa e sobre a situação de tal ou outra casa comercial concorrente. A resposta do cônsul é invariavelmente: nós não possuímos nenhum documento de natureza a lhe interessar.”³¹

³⁰ Takeya, op.cit., p. 49.

³¹ Takeya, op.cit., p. 50. Citação de Geo, R.H., **Nos milliards au Brésil: Illusions & Réalités. Conquête des marchés sud-américains, conditions du succès commercial**, página 107 (1919).

- **As desavenças entre os franceses no Brasil**

Nem sempre as relações entre os franceses radicados no Brasil eram tranqüilas, o que não impediu que todos dessem sua contribuição a economia brasileira. Por exemplo, ocorreram conflitos entre associações francesas, como o ocorrido entre a Sociedade Francesa de Socorros Mútuos e a Sociedade Francesa de Beneficência. A Sociedade Francesa de Socorros Mútuos foi fundada no Rio de Janeiro, em setembro de 1856. Antes de seu advento, alguns membros fundadores faziam parte da Sociedade Francesa de Beneficência, fundada duas décadas antes.

Em junho de 1856, o jornal *Courrier du Brésil* publicou manifestações de desgosto em relação a ligação da Sociedade Francesa de Beneficência com a Confraria de São Vicente de Paulo. Adolphe Hubert teceu declaração contrária a Confraria, e seus comentários foram publicados no *Courrier du Brésil*, em 29 de junho de 1856: *“É certo que a maioria dos franceses do Rio de Janeiro, recusarão francamente a honra de fazer parte da sociedade de São Vicente de Paulo, porque em país livre, onde as ações não se impõem pela força, prefere-se espantar toda influência conventual, até mesmo a idéia. É legítimo também não substituir o nome de uma sociedade livre de beneficência pelo de uma confraria, que se respeita, sem, no entanto, ser dominado ao ponto de se misturar às suas distinções e se confundir as suas obras (...) é somente um aviso sobre o perigo que ameaça a sociedade atual de beneficência, se ela não se limitar a manter uma obra de família, da família de franceses exilados, em vez de se ligar a comunidades religiosas, que tiveram sempre tendências opostas àquelas que funcionam em nome da família e por toda a sociedade”*³²

Alguns membros da comunidade francesa não ficavam desgostosos apenas com o fato de as Sociedades de São Vicente de Paulo receberem subsídios do

³² *Courrier du Brésil*, Rio de Janeiro, 29 de junho de 1856.

governo de França. Incomodavam-se também, como vimos, com a influência conventual. Em 24 de agosto de 1856, o *Courrier du Brésil* publicou trecho de matéria elaborada por um jornal (sem citar o nome) que se dizia o mais inofensivo do mundo. Segue a citação: *“As sociedades de São Vicente de Paulo, como todos dizem, não são nada mais que congregações religiosas, que, para dissimular mais habilmente seu fim político resultante necessariamente dos princípios sobre os quais são fundadas, tomaram o abrigo da caridade. A filantropia para elas é um meio de exercer sobre o povo uma influência eleitoral que se faz sentir por todos os lados onde elas estão fortemente organizadas. Porém, elas não possuem de modo algum por toda parte esse poder de organização que coloca em suas mãos importantes somas provindas de numerosas contribuições. O ministério católico que nos governa julgou então útil à sua causa vir ao auxílio destas congregações, das quais a caixa mais ou menos vazia neutraliza os intentos dos comandatários políticos. Nesse sentido, o *Moniteur* de 19 de abril de 1856 nos informou que o governo concedeu subsídios às sociedades de São Vicente de Paulo.”*³³

O primeiro artigo da Sociedade Francesa de Beneficência de 1836 declarava que seu objetivo era socorrer os franceses que estivessem em necessidade, empreender atos úteis e honrosos para a França, através de ações de beneficência. A Sociedade Francesa de Beneficência teve uma reunião geral em 23 de julho de 1856, na qual expressou repúdio a estreita relação entre a sociedade e representantes do governo francês. Adolphe Hubert, de modo irônico, descreve o suposto descaso do ministro plenipotenciário francês, Cavaleiro de Saint-Georges, que, como ministro no Brasil, tinha a incumbência de presidir as reuniões gerais da Sociedade. *“...Como as altas funções nem sempre permitem satisfazer pequenas exigências, formalidades insignificantes, sr. De Saint Georges, usando de seu livre arbítrio, deferiu seus direitos honoríficos ao sr.*

³³ *Courrier du Brésil*, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1856.

Breuil, cônsul francês que também, sem dúvida por motivos particulares, acreditou dever colocar sua presidência a um outro, sr. Taunay, o honorífico cônsul honorário.”³⁴

Houve desacordo e dissidência. Em texto dirigido ao “Sr. Presidente do ex-comitê da Sociedade Francesa de Beneficência”, um Dr. Level, referindo-se a Taunay, declarou: *“Vós invoqueis, senhor, a estabilidade das instituições humanas as quais seriam para justificar vossa conduta arbitrária, e vós considereis como elemento subversivo da ordem, todo princípio que tende a destruir esta estabilidade; mas, diga-me, que seria de vós, e todos nós, se esta estabilidade não fosse interrompida; seja, então, coerente com vós mesmos, e consulte ao menos a história das revoluções humanas. (...) Esta palavra: ordem, senhor, como é geralmente compreendida foi mais fatal à humanidade que todos os flagelos destruidores. (...) A lei, senhor, é a fórmula da experiência. As leis sociais são como os homens, eles nascem, se desenvolvem e sofrem todas as transformações que reclamam a marcha progressiva do espírito humano. (...) Em vão os homens empregaram a astúcia e a força, a mentira e a calúnia, suas armas favoritas, contra as idéias novas; elas continuam a crescer, semeando por tudo a esperança e recolhendo as bênçãos daqueles que elas consolam.”*³⁵

Em relação aos desentendimentos, uma reunião, com o intuito de tomar uma decisão a respeito da Sociedade Francesa de Beneficência, foi marcada para o dia 1º de setembro de 1856. Hubert, porta-voz dos dissidentes, elaborou texto que selou o afastamento definitivo entre o grupo dissidente e a Sociedade Francesa de Beneficência: *“Consideramos a assistência como o primeiro dever entre nossos semelhantes, e repudiamos a esmola; que este meio humilhante de socorrer os desafortunados seja, sem nossa participação, o triste privilégio*

³⁴ Courier du Brésil, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1856.

³⁵ Courier du Brésil, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1856.

daqueles que trabalham em nome de Jesus para as confrarias cujo fim, repetimos, é alheio aos interesses gerais da sociedade.”³⁶

Enfim, a cisão era total e oficial, o que levou os dissidentes fundarem a Sociedade Francesa de Socorros Mútuos em 1856. O Dr. Level foi o encarregado de explicar o motivo da reunião. Disse ele que, por causa do estado precário em que estava a Sociedade Francesa de Beneficência, e se todos concordassem, estabeleceriam os alicerces de uma nova sociedade.

Até a religião entra na contenda. O Dr. Level refere-se a “Deus” como princípio que paralisa o homem, levando-o a orar ao invés de lutar. *“Deus é um princípio muito vasto para nossa inteligência, é um trovão sobre a consciência que nos força a nos prostrar e a orar; e os homens, que como nós, senhores, sabem chorar sobre as tumbas, enviam as armas ao Céu. Para nós, senhores, até o dia em que a extinção da miséria permanecer como um problema, nós chamaremos ao combate a cooperação de cada um em benefício de todos, e de todos em benefício de cada um, sem jamais suportar danos à dignidade, à liberdade individual. Hoje, senhores, os membros de toda sociedade devem ser, de algum modo, solidários; a desgraça não pode atingir uns sem que o contra-golpe não se faça sentir na casa dos outros; e aqueles que queriam recusar essa responsabilidade não são de nossa religião (...) queriam nos impor a vontade de uma minoria, nós quisermos impor-lhes a vontade geral .”³⁷*

Assim aconteceu a dissidência dentro da Sociedade Francesa de Beneficência, que levou a fundação da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos, o que mostra a existência de dificuldades na tentativa de conquistar eficiência total na estrutura consular, mas tais problemas não impediram que informações fossem devidamente produzidas.

³⁶ Courier du Brésil Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1856.

³⁷ Supplément au Courier du Brésil, 4 de setembro de 1856.

- **Consumo e concorrência : oportunidades e desafios**

Ao longo do século XIX, as funções de agentes consulares e cônsules permaneceram inalteradas. No entanto, o conteúdo dos relatórios que eram enviados passou por mudanças. O enfoque mudou devido a mudanças ocorridas no mercado mundial e no mercado brasileiro, que, naturalmente, estava ligado ao mercado global. A medida que o século XIX avançava, o conhecimento sobre o Brasil aumentou, ainda mais em relação às possibilidades oferecidas por diferentes regiões para os interesses franceses, em relação não apenas a ofertas de matérias-primas, como também de consumo das mercadorias francesas.

Tabela 2 – Principais mercadorias importadas da França pelo Brasil.

Ordem	Decênio 1847-1856	Decênio 1887-1896
1º	Tecidos (algodão, seda, lã)	Objetos de decoração em metal/ bijuterias
2º	Couros trabalhados	Couros trabalhados
3º	Papelaria/livros	Vestuário
4º	Artigos de armarinho	Objetos de decoração em tecidos
5º	Vidraçaria e cristais	Manteiga
6º	Vinhos	Bibelôs
7º	Manteiga	Artigos de armarinho
8º	Perfumaria	Vinhos

Fonte : Citação por Takeya, Tabela Decenal do Comércio da França, 1847 a 1856, primeira parte, p. 44 a 45, 1887 à 1896, primeiro volume, p. CXXXIX à CXLIX (139 à 149)..

O padrão do comércio se modifica ao longo do tempo, como mostram os registros disponíveis. No período 1847-56, as importações vindas da França eram dominadas pelos tecidos, couros trabalhados e livros. Em 1887-1896, o predomínio era de objetos de decoração, e bijuterias. Era um claro reflexo das

mudanças das necessidades e dos hábitos da sociedade brasileira em processo de sofisticação.³⁸

A atividade de comércio entre os dois países avança e existem registros que em 1905, oitenta e seis negociantes-comissários franceses tinham atividade no Brasil. Espalhados por diferentes regiões e cidades : Rio de Janeiro (que devia concentrar quase 30 % dos comerciantes franceses identificados); São Paulo (19 %); Ceará (10 %); Bahia (10 %); Manaus (10 %); Pará (7 %) e com menor número de representações em Porto Alegre, Campinas, Pernambuco e Vitória. O Anexo 2 reproduz os detalhes dos negociantes-comissários.

Relatórios consulares passaram a alertar para os problemas que existiam para a expansão do comércio francês no Brasil, como as características de tais mercadorias e do mercado consumidor. Havia as questões do trabalho escravo e da competição dentre potências imperialistas.

Dados estatísticos a respeito de população eram importantes para a mensuração do potencial de consumo da população brasileira, e assim para mensurar os limites dos negócios franceses. Havia até mesmo cálculos a respeito, conforme um relatório de 1844. Nele, o cônsul francês na Bahia tece comparação entre o grau de desenvolvimento da Bahia e de Pernambuco: “*A abundância de capitais em Pernambuco relativamente aos que dispõe a Bahia é fácil de provar; basta comparar os números do consumo respectivo de cada habitante das duas províncias: a Bahia, de fato, com 750.000 habitantes, consome apenas 27 milhões de produtos estrangeiros, ou seja, 36 francos por ano e por indivíduo, enquanto que Pernambuco, província povoada somente por 300.000 almas, consome por ano 26 milhões de produtos ou 87 francos por cabeça; é mais do que o dobro do que cabe anualmente a cada habitante da Bahia.*”³⁹ E o cônsul

³⁸ Takeya, op.cit.

³⁹ Takeya, op.cit., p. 54.

refere-se à província do Maranhão: *“De acordo com o último recenseamento, a população oficial desta vila sendo de 25.532 almas, das quais 11.840 livres – isto é, de vida leve, pois no Brasil a riqueza caminha junto com a liberdade – nós vemos como é fraca a porcentagem anual que cabe a cada indivíduo para o consumo em gêneros de necessidade absoluta, quanto aos escravos, o interesse de seus senhores é lhes garantir a existência e sua alimentação, composta unicamente de carne seca e de farinha de mandioca, é fornecida pelo solo do país. Como essa miséria deve ser ainda maior no interior da província!”*⁴⁰

Desta forma, a existência do trabalho escravo e a miséria de parte da população livre limitavam as possibilidades de consumo das mercadorias provenientes da França. Assim, é neste sentido que devemos a posição dos interesses franceses a respeito da abolição da escravidão e da imigração estrangeira. Um cônsul, em 1844, tecendo observações a respeito de pressões, por parte da Inglaterra, para a proibição do tráfico negreiro no Brasil, diz que *“...o fim do tráfico será sem dúvida um momento crítico para o Brasil, mas os resultados prováveis em geral para o próprio Brasil serão salutares (...) O problema de uma população condensada possível no Brasil é um dos maiores obstáculos ao seu desenvolvimento e é irremediável enquanto durar a escravidão: pois, sob esse regime, os grandes proprietários (e não há outros, por assim dizer, no Brasil) se recusam invariavelmente a dividir suas terras. Mas que apareça uma ordem nova das coisas que os obrigue a admitir trabalhadores brancos, pequenos proprietários, em volta deles e que os capitais que escorrem hoje para a costa da África venham estender sua ação fecundante sobre essa exploração agrícola dividida e, em poucos anos, a saudável impulsão, a qual já obedece o Rio de Janeiro, se estenderá a todo o Império.”*⁴¹

⁴⁰ Takeya, op.cit., p. 54.

⁴¹ Takeya, op.cit., p. 54.

A chaga da escravidão atingia os negócios franceses. Apenas um mercado de trabalhadores livres no Brasil, livres, a saber, para adquirir mercadorias manufaturadas, algo que ia ao encontro dos interesses da expansão comercial da França, estava ligada a condenação do trabalho escravo como sendo inferior. Tal opinião estava baseada em pressupostos etnocêntricos e determinismos geográficos. Assim, urgia que, para que os interesses comerciais franceses no Brasil fossem satisfeitos, fossem resolvidas as questões da substituição do trabalho escravo pelo livre e do crescimento da produção brasileira. Havia a ideia de que somente um país com produção crescente seria um bom parceiro comercial. Ou seja, um bom consumidor.

Em meados do século XIX, quando ocorreu o ponto alto das exportações francesas para o Brasil, o consumo cada vez maior de artigos franceses no mercado do Rio de Janeiro era motivo para alegria na França. Em 1852, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao falar sobre o expressivo acréscimo das importações francesas pela nação brasileira, declarou que “... *a superioridade de nossos objetos de luxo, e a fabricação cuidadosa de nossos produtos de consumo usual, tendem a lhes assegurar uma saída cada vez mais vantajosa no mercado do Rio.*”⁴²

No entanto, a França passava por dificuldades. Por exemplo, a concorrência da Inglaterra, que foi obstáculo para a nação francesa até a entrada em vigor da lei brasileira de 1828, que igualava todos os países exportadores de manufaturas para o Brasil em termos de taxas de importação.

O cônsul francês no Rio de Janeiro, no contexto da decretação da tarifa Alves Branco (1844) e na expiração do tratado de 1827 com a Inglaterra, que a tendência no Brasil era a baixa popularidade de qualquer tratado comercial e que “*O regime então atual de igualdade de tratamento comercial para todo o mundo*

⁴² Takeya, op.cit., p. 56.

(...) era defendido pela opinião dos homens esclarecidos e negociantes sábios de todas as nações.” Além disso, declarou ele, “... a França, depois da expiração das cláusulas comerciais de seu tratado (1826), não insistiu em negociar novas, pois ela sempre esperou, em atitude prudente e com concessões de reserva a fazer, de maneira a poder delas se servir, para ganhar os favores especiais que o Brasil poderia acordar aos outros, no caso dele mudar sua política.⁴³”

A partir da lei de 1828, um problema constante para os interesses franceses passou a ser uma tendência de elevação das taxas de importação. Tal problema era verificado na tarifa Alves Branco de 1844, que decretou taxas de importação de 30% para artigos importados sem similar nacional, e de 60% para produtos com similar nacional. .

A decretação da tarifa Alves Branco⁴⁴, ao tornar as importações mais caras, estimulou a aparição de algumas fábricas no Brasil. As medidas protecionistas causavam queixas em relatórios de cônsules franceses. Citamos palavras do cônsul da Bahia, em 1844, ao reclamar das iniciativas protecionistas no Brasil:

“Não é incrível, de fato, que num país puramente agrícola como o Brasil, e cuja única riqueza consiste nos produtos de seu solo, estes tenham taxas de exportação de 12% a 15% de seu valor? Perseguido, quase vencido, pela concorrência nascida do prodigioso desenvolvimento que teve a agricultura no mundo inteiro, graças à paz geral e ao crescimento que vive a Europa há 30 anos, o Brasil vê a cada dia seus produtos na eminência de serem excluídos, por rivais nascidos ontem, dos mercados estrangeiros onde eles tinham quase o monopólio há alguns anos; e, no entanto, nessas circunstâncias que seriam lições

⁴³ Takeya, op.cit., p. 59.

⁴⁴ O objetivo principal da Tarifa Alves Branco era reduzir o déficit fiscal, mas teve o efeito de estimular a substituições de importações e a instalação de fabricas no Brasil. Foi indiretamente um dos pilares da Era Mauá. Ver a respeito Villela, André. Política tarifária no II Reinado: evolução e impactos, 1850-1889, p. 38. Disponível em <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/novaeconomia/article/view/444/441>

de experiências no lugar de favorecer o escoamento de sua produção por uma exportação livre de direitos, como fazem os Estados Unidos, por exemplo, seus governantes se obstinam a perseguir o comércio estrangeiro, que eles acusam de enriquecer à custa de seu país, e para atingi-lo gravam a exportação de seus produtos com direitos quase proibitivos, onde, em boa lógica, o montante deduzido do preço da compra acaba sempre por recair sobre o produtor brasileiro, verdadeiro prêmio oferecido, assim, livremente e pelo próprio Brasil, a concorrência estrangeira⁴⁵”.

As mercadorias francesas exportadas para o Brasil eram artigos de luxo, como as sedas. O aumento da concorrência, com o surgimento de novos fornecedores, particularmente pela Alemanha, abalroaria a produção da França. Takeya dá exemplo de tal abalo, ao mencionar a questão da exportação de tecidos da França para o Brasil, no século XIX. Como tais tecidos eram finos, e deste modo, consumidos apenas por pequena parte da população, a parcela com suficiente poder aquisitivo para adquiri-los, concorrentes começaram a imitar tecidos da França, adulterando-os com etiquetas falsas. Tais falsificações eram fabricadas a custo reduzido e vendidas a preços competitivos.

Assim, os cônsules lamentavam que industriais e comerciantes franceses tentavam impor o gosto francês. Conforme a Tabela 2, um item importante na pauta de exportações da França para o Brasil eram os tecidos, como o algodão, a seda e a lã, que constituíam artigos de luxo, e eram exemplo do gosto francês. Conforme o tempo foi passando, interesses franceses no Brasil perceberam que insistir em exportação baseada em mercadorias de luxo significava, necessariamente, que teria de haver restrição em relação a entrada em mercados mais amplos. No início da década de 1880, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da França reclama: “*Nosso comércio apresentando ordinariamente*

⁴⁵ Takeya, op.cit., p. 61.

*produtos superiores, de um trabalho fino, elegante, artístico e de preço elevado, conservou a clientela das classes ricas e é por essa razão que os números de nossa exportação para o Rio de Janeiro se mantiveram. Mas, para a massa da população americana, composta de gente cujos recursos são mais limitados, o gosto pouco formado e que não são sempre capazes de apreciar a superioridade de uma obra, é necessário obter produtos que possam se vender a baixo preço.*⁴⁶”

Os cônsules lamentavam também que os industriais e comerciantes da França não tivessem o faro comercial de concorrentes, no que tangia a análise do mercado consumidor. Propunham, por isso, que se seguisse exemplo dos ingleses e dos alemães, que mantinham agentes especiais, cuja missão era passar informações para seus fabricantes. Declaravam que “... *desta maneira, os industriais e negociantes seriam instruídos por pessoas experimentadas, interessadas em sua prosperidade e colocadas convenientemente na sociedade brasileira, as quais se aplicaram a estudar o caráter do país e a satisfazê-lo.*”⁴⁷”

- **A vinda dos bancos franceses**

Em um questionário a respeito das causas da redução do comércio da França aplicado aos comerciantes franceses de São Paulo em 1896, ao responder a pergunta sobre quais seriam medidas indispensáveis para reerguer o comércio francês no Brasil, os comerciantes declararam que havia a necessidade da criação de um banco francês no Brasil, que apoiasse as suas transações comerciais. “*Com um capital de 5 a 10 milhões de francos poderia ser suficiente para todo o Brasil, com a condição de inspirar confiança pela personalidade de seus fundadores e diretores. A eles se confiariam os depósitos. Segundo os hábitos do Brasil, esses depósitos não pagavam taxas e punham assim, sem remuneração, à disposição do banco, capitais consideráveis.*”⁴⁸”

⁴⁶ Takeya, op.cit., p. 57.

⁴⁷ Takeya, op.cit. p; 65.

⁴⁸ Takeya, op.cit., p. 66.

Como registro, os três primeiros bancos franceses a funcionar no Brasil foram o Banque Française du Brésil, com sede social em Paris, com capital de 10 milhões de francos, sob os auspícios do Comptoir National d'Escompte e da Societé Générale, autorizado a funcionar pelo dec. 2423, de 2/1/1897, com agências no Rio de Janeiro, São Paulo e Santos; o Banque du Crédit Foncier du Brésil et l'Amérique du Sud, com sede social em Paris, com capital de 100 mil francos, sob os auspícios do Banque Muller de Paris, autorizado a funcionar pelo dec. 6593, de 1/8/1907; e o Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud, sede social em Paris, com capital de 25 milhões de francos, sob os auspícios do Banque de Paris et des Pays-Bas, autorizado a funcionar pelo dec. 8169, e 25/8/1910, com agências no Rio de Janeiro, São Paulo e Santos.⁴⁹”

- **A concorrência de outros países**

Não obstante a crescente participação da França no desenvolvimento do Brasil, é certo que a França começou a participar tarde do aparelhamento das primeiras instalações fabris do Brasil. Somente nos anos 1880, máquinas francesas começaram a ser exportadas para a nação brasileira. Mas não conseguiram superar os novos concorrentes externos. No término do século XIX, os interesses comerciais da França no Brasil já apostavam na supremacia dos Estados Unidos na América do Sul para as próximas décadas, eliminando as últimas esperanças francesas.

Em relação ao Brasil, havia rivalidade entre a Inglaterra e a França. O Brasil foi integrado ao comércio internacional em 1808, com a abertura dos portos e, sendo assim, houve o fim do monopólio de Portugal, com o aumento no número de navios que vinham aos portos brasileiros e a diversificação das nacionalidades. Sobretudo, era da Inglaterra que vinham as embarcações que traziam as mercadorias europeias. Neste aspecto, a Inglaterra detinha a supremacia, posto

⁴⁹ Takeya, op.cit., p. 66.

que os navios ingleses traziam a produção de uma variedade de centros manufatureiros da Europa, especialmente a produção inglesa. Em relação ao comércio direto entre o Brasil e a França: “...na primeira metade do século XIX, era feito, sobretudo, através dos portos de Havre e Marselha. Era do Havre- a região mais industrializada e povoada da França – que partia a única linha francesa de navios à vela então existente para o Brasil.⁵⁰”

Outro fator na rivalidade anglo-francesa era o reduzido interesse da França na importação do algodão do Maranhão. Tal algodão era constituído de fibras mais finas que o de Pernambuco e Paraíba, necessitando assim de certas adaptações técnicas nas fábricas de fiação da França, que, conforme revelou um cônsul, em 1844: “O espírito de rotina que predominava bastante na França os havia impedido de realizar e o que os franceses não quiseram fazer, as fábricas inglesas fizeram havia muito tempo.⁵¹”

Assim sendo, a Inglaterra e a França, à época, mantinham rivalidade comercial em relação ao Brasil, e que a Inglaterra detinha supremacia sobre a rival francesa. Um fator adicional é que a França, apesar de ter assinado uma convenção com o Brasil, ainda em 1843, a respeito do estabelecimento de uma linha de paquetes a vapor, cujo objetivo era os serviços de transporte de passageiros e de correspondência, a primeira linha regular transatlântica a vapor francesa para o Brasil só veio a ser estabelecida no ano de 1860, cujo nome era Compagnie des Services Maritimes des Messageries Impériales. Enquanto isso, a Inglaterra, já em 1851, havia inaugurado sua primeira linha a vapor de serviço postal, a Royal Mail Steam Packet Line.

Edouard Gallés,⁵² em sua obra, de 1861, “*Considerations générales sur le commerce de la France avec l’Empire du Brésil, les États de la Plata et la*

⁵⁰ Takeya, op.cit., p. 70.

⁵¹ Takeya, op.cit., pp. 70-71.

⁵² Conforme citação em Takeya, op.cit., p. 62.

République d'Haiti” afirma que “...a Inglaterra envia ao Brasil anualmente 420 navios e a França somente 85. Mas se essa comparação tem qualquer coisa que enfraquece nossa fibra nacional, conservemos a esperança de que a instalação recente de nossos transatlânticos modificará, e em breve, nossa triste e lamentável inferioridade. Porém, já é possível constatar que a companhia concessionária é obrigada a recusar, a cada partida de Bordeaux, 200 a 300 toneladas de mercadorias, apesar da carestia do frete, e a anomalia abusiva da percepção desse frete, pagável adiantadamente na França. Nós acreditamos, pois, que, o Congresso francês fará algo sábio, inteligente e patriótico assinalando a insuficiência do serviço de transatlânticos emitindo junto ao governo imperial o ponto de vista de que é necessário elevar seu número para oito navios a vapor, para poder praticar um serviço bimensal único capaz hoje de satisfazer as necessidades atuais da França.” Era evidente a rivalidade anglo-francesa em relação ao Brasil, e a superioridade da Inglaterra era motivo de preocupação para a França.

O capital francês ajudou a internacionalizar o Ceará. As trocas de mercadorias com portos franceses eram quase inexistentes ao término dos anos 1840 e a presença de navios da França em portos da província cearense era esporádica. No entanto, a partir de 1850, tal situação muda, com a chegada de mercadorias da França ao Ceará e a exportação de produtos cearenses para a França. No início, eram, principalmente, os navios ingleses que garantiam o intercâmbio comercial franco-brasileiro. Entretanto, a partir da década de 1850, passam a atracar de quatro a cinco navios franceses, anualmente, no porto de Fortaleza, capital da província.

Mas qual foi a razão para o aumento da atividade comercial no porto de Fortaleza, nos anos 1850, além da regularidade maior de navios franceses ? Takeya afirma que a expansão agroexportadora foi fator determinante, consolidado por causa da interrupção das exportações provenientes dos Estados

Unidos da América para a França, em decorrência da Guerra de Secessão (1861-1865).

Percebendo o potencial comercial do Ceará, algumas casas comerciais francesas abriram filiais naquela província, com destaque para a Casa Boris Frères, a respeito da qual trataremos mais adiante, que teve papel importante na internacionalização do Ceará. A matéria-prima dirigida para a exportação chegava a Casa Boris através de comerciantes que negociavam na importação, vindas de fornecedores do interior. Um produto bastante importante foi o algodão, escasso nos mercados internacionais devido a Guerra Civil americana. Assim, o algodão tornou-se o principal produto comercializado pela Casa. Os tecidos tinham grande importância na pauta de importações, e ocorria intercâmbio comercial feito com a matéria-prima que era exportada. Houve comerciantes cearenses cuja relação com a Casa Boris Frères estava baseada na venda do algodão e da contrapartida, que era a compra dos tecidos que eram feitos com o uso daquele produto. Assim, a Casa Boris Frères ajudou a internacionalizar o Ceará, unindo-o ao mercado externo.

Ainda que a França tenha tido dificuldades para efetuar sua expansão comercial para o Brasil e ainda que jamais tenha conseguido chegar ao primeiro lugar no comércio exterior brasileiro, a expansão foi uma realidade.

- **O exemplo da Casa Boris Frères**

Casas de comércio tiveram papel importante na história econômica do Ceará e dos estados vizinhos. Por causa do significativo laço comercial que manteve com sua matriz na França, a Casa Boris Frères realizou transações comerciais de exportação e importação em locais importantes do Ceará.

A criação da Casa Boris Frères foi resultado da estratégia da família Boris de expandir seus negócios para as Américas. Tal decisão resultou na elaboração de uma empresa que estava em sintonia com a matriz em Paris. A matriz francesa

centralizava os negócios e era também a responsável pela coordenação das duas empresas mercantis. As atividades das duas empresas eram tratadas de modo integrado, objetivando o domínio dos dois maiores mercados de atuação da família, que eram o francês e o brasileiro. A filial brasileira efetuava exportações para portos nacionais e estrangeiros, enquanto que importava, principalmente, produtos manufaturados franceses.

A Casa Boris Frères foi fundada em Paris em 1872, por três irmãos, decididos em criar uma subsidiária em Fortaleza, na época o porto do norte brasileiro mais fácil de acessar, assim como era a cidade-capital de uma região rica e sub povoada. Em Fortaleza, os irmãos Boris atuaram no primeiro momento como comissários de mercadorias. Depois, passaram a atuar como agentes de companhias de seguro e de navegação, e mais tarde, tornaram-se cônsules da França naquela região.

Tabela 3 - Estrutura Societária da Casa Boris, em 1930.

Empreendimento	Atividade
Boris Frères & Cia. Ltda.	<ul style="list-style-type: none"> • Proprietária de imóveis urbanos • Agente de companhias de seguros marítimos e terrestres (Companhia de Seguros Marítimos e Terrestre Confiança; Esperança Companhia de Seguros; e Companhia de Seguros Riachuelo) • Agente de avarias (Comitê Central des Assureurs Maritimes) • Representante do Bureau Veritas • Exportação de couros e peles
Boris Navegação Ltda.	<ul style="list-style-type: none"> • Representante de diversas companhias de navegação (Frota Nacional de Petroleiros, Companhia de Navegação Marítima Netumar, Empresa de Navegação Aliança S.A., Navegação Mercantil S.A., Moore McCormack Lines Inc; Serviços d´Affretement Atlantique Sud- S.E.A.S; Wilson Sons & Co. Ltd. Londres; Esso International Corp; Johnson Line; Royal Interocan Line)
Fazenda Serra Verde Ltda.	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de algodão, cana-de-açúcar e gêneros alimentícios
Fazenda Agropecuária Serra Verde S.A.	<ul style="list-style-type: none"> • Criação e engorda de bois e porcos
Comercial de Produtos Agroindustriais Ltda. (Copral)	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuidora de produtos químicos para uso doméstico

Os irmãos implantaram uma indústria beneficiadora de produtos de exportação, procedentes de um setor agropecuário em vias de desenvolvimento e de diversificação, e compreendendo gêneros como açúcar, algodão, café e artigos de couro. Os irmãos Boris acabaram por conquistar posição privilegiada perante

seus competidores. Isto ocorreu por eles se terem tornado banqueiros de uma economia bastante necessitada de capitais, e por terem criado uma imagem de credibilidade e mantido laços fortes com a população local e com os comerciantes rurais. A Tabela 3 mostra a Estrutura Societária da Casa Boris, em 1930.⁵³

Ao fim da década de 1850, um jovem francês de aproximadamente 17 anos, Théodore Boris, partiu da França com destino ao Brasil, e daria origem a uma casa comercial importadora-exportadora, com matriz na França e filial no Brasil, que permaneceria nas mãos da mesma família por décadas.⁵⁴ Mas que motivos teriam levado o jovem Théodore a essa viagem para uma terra desconhecida na distante América do Sul? E como foram obtidos tal importância e tal poder?

A origem histórica da família Boris está ligada à cidade de Chambrey, na região da Alsácia-Lorena, na fronteira com a atual Alemanha, onde vivia Moyse Abraham. No contexto da Revolução Francesa, quando direitos de cidadania foram estendidos aos judeus-franceses, a família adotou o sobrenome Boris. Dos cinco filhos de Moyse, Joseph Boris parece ter originado a prole mais numerosa, na qual estavam aqueles que emigraram para o Brasil. Os dois filhos mais velhos dele foram os primeiros que se estabeleceram no Brasil como negociantes: Alphonse, então com 22 anos, desembarcou em Fortaleza em 1865, seguido, dois anos mais tarde, por Théodore, seu irmão mais velho e o primogênito da família.

Os Boris não foram os primeiros, ou únicos franceses que, após a abertura dos portos em 1808, chegaram ao Ceará. Nessa província, como em muitas outras, atuaram trabalhadores “especializados”, como carpinteiros, pedreiros e marceneiros, e “técnicos”, como engenheiros-arquitetos, eventualmente contratados pelo Governo Provincial para a realização de obras públicas.

⁵³ [3] file:///C:/Documents%20and%20Settings/carlos/Meus%20documentos/Downloads/Cosenza_Rocchi_Ribeiro_2014_Presenca-francesa-no-Brasil-no_32274.pdf

⁵⁴ Mattos Monteiro, Denise. Franceses no Brasil: Séculos XIX-XX. Laurent Vidal e Tania Regina de Luca. (Orgs.). Editora UNESP. 2009.

O encarregado no Ministère des Affaires Étrangères das missões comerciais no Brasil, Charles Wiener, em um relatório datado de 11 de março de 1896, no qual analisava a situação do grupo de imigrantes franceses no estado de São Paulo, subdividia esses imigrantes em quatro subgrupos, de acordo com sua origem. Um deles era aquele constituído “...pelos emigrados da Alsácia-Lorena, os quais dominavam o alto comércio francês no estado.⁵⁵” Para Wiener, os outros subgrupos seriam: os estabelecidos há longos anos no Brasil (artesãos, capitalistas e proprietários que se tornaram brasileiros, por assim dizer); os novos imigrantes que tentavam fazer fortuna como artesãos, empregados e engenheiros que “...constituíam quase a metade da população francesa existente⁵⁶” e, finalmente, os marginalizados de outras colônias francesas da América do Sul.

A região da Alsácia-Lorena constitui, a partir dos decênios de 1860 e 1870, um dos pólos do crescimento industrial francês, Pode-se supor que aqueles que lá se dedicavam ao comércio, tendo assim acumulado algum capital, foram os mesmos que optaram pela emigração e vieram estabelecer casas comerciais no Novo Mundo, ligadas a matrizes francesas.

Diz Monteiro : “A disponibilidade de um capital para esse tipo de empreendimento e a experiência comercial devem ter constituído pelo menos uma das origens do estabelecimento das casas comerciais francesas que atuaram no Brasil como atacadistas, nos negócios da importação-exportação”⁵⁷.

A expansão da agricultura de exportação em uma província brasileira do norte do Império, por volta de meados do século XIX, como o Ceará, abria a possibilidade de progredir comercialmente e multiplicar um capital inicial. Esse tipo de imigrante francês no Brasil, quando comparado aos “técnicos” que vieram viver e trabalhar no Brasil, apresentaria uma vantagem em relação a estes:

⁵⁵ Monteiro, op.cit., p. 254.

⁵⁶ Monteiro, op.cit., p. 254.

⁵⁷ Monteiro, op.cit., pp. 255-256.

considerável formação intelectual aliada a um pecúlio (trata-se de capital acumulado por economia ou trabalho) pessoal e familiar.

Acredita a autora que os Boris tiveram acesso a algum tipo de informação a respeito das possibilidades que o Brasil oferecia como mercado para os produtos franceses. Estas informações eram produzidas pelo corpo consular e divulgadas na França por canais, como o *Annuaire-Almanach Didot-Bottin*, que era uma publicação de referência para os negociantes em geral. Nesse almanaque, a província do Ceará apareceu pela primeira vez em 1851, com uma breve notícia. Relatórios consulares, por seu turno, apontavam para as possibilidades que se abriam para quem estabelecesse uma casa comercial nessa província.

Para a autora, a viagem de Théodore e Alphonse Boris a Fortaleza, teve como objetivo não o estabelecimento de uma casa comercial, mas sim o estudo das possibilidades que ofertava para o comércio.

Em Paris, os irmãos Théodore, Alphonse e Isaie elaboraram a ata de fundação de uma *société au nom collectif* que se formava para a criação de uma casa comercial. Esse documento foi feito *sous seing-privé*, o que significa que foi feito entre os irmãos e sem a presença de um notário. Diz Monteiro (2009) que o registro final do Tribunal de Commerce data de 21 de fevereiro do mesmo ano, tendo Isaie Boris assinado o registro em nome dos três irmãos. A *société au nom collectif* reunia um pequeno número de sócios, geralmente membros de uma mesma família. Tanto Théodore como Alphonse se apresentaram nessa ata como *negociantes* ou *representantes do comércio*- atividade à qual a família se dedicava há algumas gerações na França- e residentes em Paris.

Passaram então os irmãos Boris a atuar no *comércio de importação-exportação*, quando foi estabelecida a casa comercial na capital francesa.

Takeya (1995) cita o autor Y. Guyot, em sua obra “Le commerce et les commerçants”, a respeito da figura do “comissário” nas atividades comerciais francesas. Vê-se que tal figura poderia ser especificamente caracterizada como

comissário em mercadorias. Vemos que, tratando-se da Boris Frères, no artigo 1º de sua ata de fundação, é mencionado um comércio de comissão exportação-importação, enquanto que, no artigo 2º, há a observação de que os três sócios (Théodore, Boris e Isaie) poderiam, ocasionalmente, realizar comércio de qualquer outra espécie.

“No Annuaire-Almanach Didot-Bottin, anúncios da casa comercial apareceram pela primeira vez em 1873. Nestes, os Boris Frères foram caracterizados como comissários em mercadorias, caracterização essa que se manteria nessa obra até a década de 1940. Já em documentação existente nos Archives Nationales de Paris, os citados irmãos foram identificados como comissários em artigos de Paris.⁵⁸”

A ata de fundação da sociedade revela algumas curiosidades a respeito de Théodore e Alphonse na sociedade comercial criada. São estas as referidas particularidades: assim que empreenderam a primeira viagem ao Brasil, lançando as bases para um comércio, coube o fornecimento do capital inicial para o empreendimento, em partes iguais para os dois irmãos.

Quando a casa matriz da Casa Boris foi fundada em Paris, em 1872, Théodore voltou para Fortaleza, mas, desta vez, acompanhado de seu irmão caçula e de Adrien, o mais novo dos sete filhos homens de Joseph Boris. Sete meses depois, foram seguidos por Achille, o sexto na linha de sucessão masculina, estabelecendo então, definitivamente, na capital do estado (ou província) do Ceará, a casa filial daquela matriz francesa.

Cabe a pergunta: Por que eles escolheram essa província, contrariando a tendência existente entre os comerciantes franceses de se estabelecerem no Rio de Janeiro, em Recife ou em Salvador? Diz a autora: *“Ora, na província do Ceará, entre 1860 e 1870, ocorria uma expansão agroexportadora apoiada*

⁵⁸ Monteiro, op.cit., p. 257.

principalmente na produção algodoeira, que integrava o mercado cearense às correntes do comércio internacional. Tal expansão significava para os interesses comerciais franceses, representados pela Casa Boris, a possibilidade de atuarem não apenas no ramo da exportação de matérias-primas para a Europa, mas também no de importação de manufaturados. Com efeito, como decorrência do processo de integração da economia cearense à nova divisão internacional do trabalho, ainda que restrita, como mercado consumidor dos artigos franceses, sobretudo aqueles de “luxo”, que tão especialmente os caracterizavam”⁵⁹.

Outro fator importante que deve ser considerado na análise da escolha dos irmãos Boris por uma província de menor importância no conjunto do Império, como era o caso do Ceará, foi o número reduzido de comerciantes estrangeiros, e, deste modo, as possibilidades de sucesso e lucro comercial eram maiores.

A Boris Frères de Fortaleza começou a atuar como convencional casa comercial importadora-exportadora, atuando no ramo atacadista pertencente a *comissários de mercadorias* na França. Teve importância fundamental no processo da expansão comercial da França.

Outras empresas de comércio se instalaram no Brasil. Havia também a Gradwohl Frères, a Levy Frères, a Weill & Cia. E a Habisreutinger & Cia., todas pertencentes a comerciantes franceses vindos da região da Alsácia-Lorena. Só três se mantiveram como casas importadoras-exportadoras estrangeiras de importância, no contexto da economia cearense, quando a década de 1880 começou: a Boris Frères, a Gradwohl Frères e a Levy Frères. Foram as únicas sobreviventes, quando o crescimento do negócio do algodão, nos anos 1860 e 1870, atraiu para o Ceará muitos comerciantes estrangeiros. Cinquenta anos depois, em 1930, Gradwohl seria descrito como *banqueiro-negociante e negociante-exportado*, Lévy, como *negociante-importador*, e Théodore Boris,

⁵⁹ Monteiro, op.cit., p. 257.

como um negociante que reunia as três atividades, o que demonstra não apenas a consolidação, mas também a importância de sua casa comercial⁶⁰.

A atuação no grande comércio atacadista foi o que distinguiu essas casas comerciais das demais que haviam se estabelecido na província do Ceará, garantindo sua sobrevivência durante décadas. Apoiados na estrutura matriz-filial, essas casas comerciais tinham as vantagens de atuarem, ao mesmo tempo, em dois mercados-pólos: o de Paris e o de Fortaleza. A existência dessa estrutura garantia uma posição privilegiada, perante não apenas os outros comerciantes franceses, mas, acima de tudo, dos nacionais, uma vez que possibilitava o conhecimento de um mercado externo bipolar- consumo, preços e transporte-, conhecimento que era trocado entre a casa-matriz e a casa-filial.

A Casa Boris, particularmente, soube fazer bom uso dessa posição privilegiada, o que lhe fez ter uma expansão contínua. A partir de 1872, estabeleceu uma cadeia de distribuição de mercadorias que tinha, em uma de suas extremidades, a matriz em Paris, e, na outra, o pequeno comerciante do interior da província do Ceará. Essa cadeia atuava tanto na venda de manufaturas como na compra de matérias-primas.

As mercadorias importadas pela Casa Boris eram, por ordem de importância: tecidos, peças de vestuário, perfumaria, objetos de decoração, vinhos, conservas, manteiga, farinha de trigo, drogas, artigos de armarinho e papelaria⁶¹. Essas mercadorias seguiram o padrão das exportações francesas para o Brasil na segunda metade do século XIX. No entanto, a Boris Frères diversificou nesse aspecto, provendo-se de mercadorias europeias não francesas, de mercadorias de fabricação brasileira e também de produção local, como velas de cera de carnaúba, charque e aguardente, que eram enviados de uma área à outra

⁶⁰ Monteiro, op.cit. p. 261.

⁶¹ Monteiro, op.cit. p. 262.

dentro da própria província. Tal diversificação foi importante, haja vista que riscos de insucessos eram reduzidos.

Os alicerces da atividade mercantil da Casa Boris foram produtos típicos na pauta de exportações do Ceará. O algodão era o principal gênero comercializado. À medida que os tecidos foram se tornando as mercadorias de maior peso nas importações, passou a acontecer um intercâmbio comercial no qual se importava manufatura feita com a matéria-prima que se exportava. “*A Boris filial comercializou, na exportação, gêneros que seguiam a pauta das exportações brasileiras para a França, na segunda metade do século XIX, como o algodão e os couros, e que, portanto, não faziam concorrência aos produtos coloniais franceses, sendo, em alguns casos, gêneros particulares e até mesmo considerados “exóticos”, pois eram típicos da região, como as penas de ema, a cera de carnaúba e a borracha da maniçoba e da mangabeira*”⁶².

A Boris Frères - que possuía capital financeiro, credibilidade e contatos - passou a exercer também atividade de casa comercial com função bancária. Isso, de acordo com Monteiro (2009), provavelmente foi uma das formas de absorção de matérias-primas produzidas na província, posto que muitos empréstimos de capital eram sob a forma de compra antecipada da produção agrícola. Mas essa não foi a única forma: as estratégias comerciais adotadas, na venda para os comerciantes nativos das diversas mercadorias importadas, implicaram uma dependência e um endividamento crescente desses comerciantes junto à Casa Boris, sendo que muitos passaram a pagar suas dívidas com matérias-primas, o que beneficiava a Casa Boris, que passava a dispor de ainda mais produtos necessários para a execução de suas atividades.

Essas dívidas tenderam a crescer à medida que os preços do algodão começaram a cair, ainda na década de 1870. Muitos comerciantes passaram a entrar com processos de concordata e falência, processos esses nos quais a Boris

⁶² Monteiro, op.cit., p. 262.

Frères era credora. A chegada da grande seca de 1877-1879 somou-se a esse quadro, piorando ainda a situação financeira de vários comerciantes nativos.

Era esperado que a chegada da crise causaria prejuízos a casas comerciais estrangeiras, como a Boris Frères. Contudo, além de ser credora naqueles processos durante a grande seca, a Casa Boris participou de um ativo comércio de importação de gêneros de primeira necessidade, como o arroz, o feijão, o milho, o café e a farinha. Para socorrer as relações da Casa Boris com clientes falidos, surgiu o próprio Governo Provincial. O Governo Provincial, confrontado com a fome na província, passou a comprar gêneros de primeira necessidade, a serem distribuídos à população, através dos grandes comerciantes atacadistas, que tiveram como prática frequente a estocagem de gêneros alimentícios, visando a uma subida forçada dos preços no mercado, algo que era eficiente e ia ao encontro dos interesses dos comerciantes, ainda que não da população faminta.

Diz Monteiro (2009) que esse mercado carente e faminto foi disputado de modo acirrado entre as Casas Boris Frères e Levy Frères, e que, nessa contenda, as amizades pessoais com membros das chamadas “Comissões de Socorros Públicos” foram importantes no objetivo da conquista de um patamar privilegiado.

Dessa forma, a Casa Boris não apenas sobreviveu à crise dos anos 1870, como com ela cresceu. Quando raiou a década de 1880, estenderia suas relações comerciais a outras províncias das regiões Norte e Nordeste do país.

- **Expansão e declínio**

No Ceará, a partir dos anos 1880, a Casa Boris diversificou suas atividades. Passou a atuar como agente de companhias de seguros e de navegação (a francesa Chargeurs Réunis e a alemã Hamburgo Suedeameriaknische) e a representar os

interesses consulares franceses na província. A primeira dessas atividades fortaleceu os laços com o mercado internacional, enquanto que a segunda colocou os Boris em situação privilegiada dentre os comerciantes da província/estado. O motivo para tanto foi que passaram a constituir o canal oficial por onde corriam tanto as informações chegadas aos Ministérios franceses sobre a província, quanto as informações que provinham dos Ministérios da França. Atualmente, poderíamos chamar isso de *insider information*, ou, em tradução livre, de informações privilegiadas. Isto beneficiou a Casa Boris, ao incrementar seus conhecimentos.

A proximidade dos Boris com a elite política do Ceará foi reforçada através das alianças que estabeleceram na província/estado. Essas alianças fortaleceram o poder econômico e abriram espaço para o exercício da influência política. A união de interesses entre essa elite política, que era formada, especialmente, por grandes proprietários de terra, e as casas comerciais estrangeiras, como a Casa Boris, vinha do fato de que os grandes proprietários, simultaneamente, os produtores rurais das mercadorias exportadas e os consumidores dos artigos franceses importados, além de beneficiários de medidas que visassem ao incremento do cultivo e beneficiamento da produção, o que trazia acréscimos aos seus rendimentos.

“A importância cada vez maior da Boris Frères na economia cearense e o aprofundamento da imbricação de seus interesses com a elite política local tiveram sua expressão mais acabada na sua atuação como credora do próprio Governo Provincial/Estadual, tornando viável a execução de diferentes serviços públicos. Além disso, essa casa comercial atuou no campo dos empréstimos externos de capital, agenciando um empréstimo que o Governo do Ceará contraiu em 1910, na França, emitido pelo Banque Louis Dreyfus et Compagnie, tendo por garantia as rendas do estado e os impostos sobre a exportação, e visando à execução do serviço de águas e esgotos de Fortaleza. Em contrapartida

*a essas suas atividades, a Casa Boris beneficiou-se de uma política fiscal a favorável àqueles que atuavam no comércio exportador-importador”*⁶³.

Deste modo, não deve causar espanto a informação de que a Casa Boris Frères tenha se envolvido nas disputas oligárquicas no Ceará, tendo, é claro, o cuidado de ficar sempre ao lado daqueles que favoreciam seus interesses no estado. Foi dessa forma, menciona a autora, que os Boris mantiveram estreitas relações com a oligarquia da família Accioly, que governou o Ceará entre 1896 e 1912.

Contudo, as atividades comerciais da Casa Boris sofreram o efeito de conjunturas externas, relativas ao mercado internacional. Em 1910, encerrou o comércio de importação como parte de seus negócios no Ceará, acompanhando a perda gradativa da França de sua posição no mercado mundial. No ano de 1930, seria a vez do término das exportações, após a Grande Depressão de 1929. A partir de então, as atividades da Boris Frères, no Ceará, se restringiriam ao ramo de navegação e seguros.

A existência de uma casa comercial constituída de uma matriz francesa e uma filial no Brasil, sempre nas mãos de uma mesma família estabelecida nos dois lados do Atlântico, acabou em 1927. Não é possível saber se tal fim deve ser atribuído às condições do mercado internacional ou a questões ligadas à linha de sucessão na direção dos negócios. A autora declara que os efeitos do processo de acirramento das rivalidades inter-imperialistas pela conquista de mercados seriam responsáveis por grande golpe na expansão comercial francesa, atingindo, indiretamente, as atividades da Casa Boris no Ceará. Além disso, houve a eliminação física da Boris Frères na França, devido ao anti-semitismo dos nazistas. A empresa, em Paris, desapareceu com o seqüestro dos bens dos judeus na segunda guerra mundial, e, com ela, todo seu arquivo.

⁶³ Monteiro, op.cit. pp. 266-267.

Enfim, ao longo do século XIX, particularmente de 1850 até o final do referido século, a França teve posição privilegiada nas relações comerciais externas do Brasil. Foi, de acordo com Takeya, o segundo país no que tange a exportação e importação de mercadorias, perdendo apenas para a Inglaterra.

Quando observamos a evolução de tais relações franco-brasileiras, algo que chama a atenção é a expansão da economia da França, particularmente no assim chamado “2º Império”, quando aconteceu impulso da industrialização. Este impulso foi seminal para a França, pois permitiu que ingressasse na contenda internacional pela conquista de mercados.

Ocorreu o estabelecimento de redes de informações a respeito do potencial de países em processo de industrialização, algo cuja pedra fundamental foi a representação consular. Esta rede tinha como destinatários finais das informações, industriais, comerciantes e negociantes franceses.

Assim, produziu-se vasta gama de conhecimento a respeito da nação brasileira, em sentido mercadológico, conhecimento que foi aprofundado ao longo do século XIX. Algumas características de tais informações eram as potencialidades e limites para o comércio francês, o mercado brasileiro e a competição interimperialista.

Estabeleceram-se (um exemplo é a Casa Boris Frères) casas comerciais que viabilizaram a expansão comercial da França. Atuaram no comércio atacadista, que era responsável pela exportação de matérias-primas e pela importação de produtos manufaturados. Estavam apoiadas por estrutura que consistia de matriz na França e uma filial no Brasil.

A província do Ceará é importante para mostrar a atuação do capital mercantil estrangeiro em províncias brasileiras no século XIX. Diz Takeya (1995) que os franceses tiveram papel importante na integração do mercado cearense ao comércio internacional. Exemplo dado é a supracitada Casa Boris Frères. O processo de fundação e estabelecimento desta casa comercial, tanto em Paris quanto em Fortaleza, foi correspondente ao processo de articulação de dois

mercados. No mercado francês, que, baseado na industrialização, expandiu a expansão comercial. No mercado cearense, que, alicerçado na agro-exportação, se integrou ao mercado mundial, não apenas como fornecedor de matérias-primas, mas também como consumidor de produtos manufaturados provenientes da França. Assim sendo, na década de 1870, negócios de importação e exportação estiveram articulados, sendo que a expressão máxima disso é percebida no intercâmbio entre algodão e tecidos.

A Casa Boris Frères foi típica representante de casa comercial que viabilizou a expansão comercial da França para o Brasil. Teve posição privilegiada no mercado do Ceará, perante comerciantes franceses e nacionais. A Casa estabeleceu vasta rede de relações, granjeando espaço no mercado. Um fator importante para a preponderância da Casa Boris Frères foi sua atuação, em uma economia carente de capitais, como casa comercial com função bancária.

Longe de abalar a Casa Boris Frères, a seca de 1877-1879 (um problema recorrente na região). Isto aconteceu porque a Casa estava em posição de poder especular com mercadorias e estabelecer preços, criando assim bases seguras da sua presença comercial na província cearense.

Ao longo dos decênios que se seguiram, a Casa consolidou-se e expandiu-se, com atividades que a fortaleceram, acima de tudo, como casa exportadora. Isto é espelho das tentativas da França de manter posição privilegiada em mercado mundial disputado por potências industrializadas. Um fator para a sobrevivência e fortalecimento da Casa Boris Frères foi sua capacidade de adaptação.

O poder econômico da Casa no Ceará foi acrescido com a complementaridade dos seus interesses com as oligarquias rurais. Assim sendo, a Casa pôde ter influência política, tomando parte em decisões fulcrais que, por sua vez, solidificariam sua pujante presença comercial no Ceará. “ ... A atuação da casa comercial Boris Frères indica, pois, que ela, ao materializar a expansão comercial francesa para uma província específica do Brasil, desempenhou um

*papel fundamental no processo de integração do mercado dessa província à Divisão Internacional do Trabalho. Nesse processo, a construção de um mercado livre no Ceará, no Século XIX – após o fim do sistema colonial -, se revelou como a construção de um mercado conquistado.*⁶⁴”

- **O ambiente econômico no Império**

A última metade do século XIX marcou o momento de maior transformação econômica na história brasileira. Como afirma Prado Junior, “... a abolição do tráfico africano... terá por efeito imediato desencadear as forças renovadoras em gestação.”⁶⁵ O Brasil passava por tempos de grande prosperidade econômica. Incipiente capitalismo começava a caminhar na nação, e o princípio de processo de concentração de capitais atuava como força propulsora para a expansão das forças produtivas do país. Surgem grandes empreendimentos, como estradas de ferro e empresas de navegação a vapor, No entanto, o crescimento da produção do Brasil pode ser mais bem observado na agricultura. A lavoura do café vai ser apoiada por base financeira e creditícia, assim como aparelhamento no sentido comercial.

Os dez anos representados por 1870 até 1880 marcam uma era de franca prosperidade nacional. Alguns fatores incluídos para o advento de tal prosperidade são a gama de empreendimentos agrícolas, comerciais e industriais; a substituição de escravos por trabalhadores livres faz com que grandes lavradores já não mais tenham necessidade de investir uma parcela dos seus recursos em escravos, e, assim sendo, há a disponibilidade de fazer uso de capital em outras funções além do pagamento do trabalho agrícola.

Neste período, surge a formalização da vida financeira brasileira. “A multiplicação dos bancos, das empresas financeiras em geral, das companhias

⁶⁴ Takeya, op.cit., p. 177.

⁶⁵ Júnior, Caio Prado. História Econômica do Brasil. São Paulo. Editora Brasiliense. 41ª Edição. 1994. (A edição original é de 1945). Página 197.

de seguros, dos negócios de bolsa, permitem captar e mobilizar em escala, que se vai fazendo significativa, as fontes da acumulação capitalista. Aparecerá no Brasil uma réplica, modesta embora e muito afastada de seus modelos, das grandes praças financeiras da Europa e dos Estados Unidos, com uma atividade e ritmo de vida que procuram aproximar-se delas.⁶⁶

Há remodelação material do Brasil. O intercâmbio comercial do país é de cerca de 500.000 contos (equivalente a aproximadamente 50 milhões de libras esterlinas-ouro), enquanto que a renda pública nacional subiu para 150.000 contos, ou cerca de 15 milhões de libras esterlinas-ouro.

Houve grande desenvolvimento do aparelhamento técnico. Prado Júnior menciona a navegação a vapor, que articulava o litoral brasileiro desde o Pará até o Rio Grande do Sul. O uso da navegação a vapor facilita a navegação marítima de tal modo que comunicações terrestres que começavam a ser estabelecidas e desenvolvidas serão largamente abandonadas.

Há também progresso em relação às indústrias, como na questão de manufaturas têxteis, e Prado Júnior aponta que havia cerca de 100 manufaturas na época. Dois critérios norteiam a localização dos centros têxteis: densidade demográfica (por causa da existência de mão de obra e mercados próximos) e proximidade de fontes de produção da matéria-prima (quase que exclusivamente algodão, de acordo com o autor). A indústria têxtil concentrava-se no Rio de Janeiro (capital e cidades próximas), Minas Gerais (Juiz de Fora em particular), centros do Nordeste (especialmente Bahia e Pernambuco).

A questão da mão de obra foi facilmente resolvida e a baixo custo. Isto ocorreu porque a população livre, mas de poucos recursos econômicos, estava desajustado na sociedade, não sendo escravo e nem senhor. A indústria nascente encontra nesta parcela da população, mão de obra vasta e barata. Assim, este foi um fator progressista da industrialização brasileira que então começava, posto

⁶⁶ Júnior, op.cit. p. 197

que permitia que fosse introduzida ao trabalho, uma categoria importante da população que, até aquele momento, estava a margem dele. Deste modo, estava criada a classe operária.

IV – A consolidação da parceria

- **Os investimentos diretos**

Capital, pode ser entendido como tudo aquilo capaz de gerar um fluxo de renda ou de serviço. Há basicamente dois tipos de capital: o físico e o humano. Note que o capital financeiro assim como o capital natureza (ecossistemas, florestas, rios, lagos, depósitos de minérios, solo, etc.) por não poderem ser classificados como capital humano pertencem à categoria capital físico. Embora o conceito de capital humano tenha sido concebido concomitantemente com o conceito de capital físico, a acumulação deste último tipo de capital ocupou, até meados do século XX, papel de destaque nos modelos de desenvolvimento econômico. Isso ocorreu, em parte por uma questão ética como sugeriu Alfred Marshall no seu *Principles*, primeiro livro texto de economia largamente utilizado nas universidades; em parte por preconceito, embora em 1875 Von Thünen já tenha deixado claro que o conceito de capital aplicado ao homem não o denigrem nem reduz sua liberdade. O mercado de trabalho, quando operando sem distorções e sob um conjunto de regras que garantam os contratos, é uma prova incontestante da validade do conceito de capital humano. Isso porque o mercado de trabalho atribui valores monetários às habilidades e às qualidades da pessoa humana que oferece seus serviços nesse mercado. Entretanto, o conceito de capital humano só passou a ser considerado nos estudos de crescimento e desenvolvimento econômicos após um longo esforço teórico iniciado por Irving Fisher em 1906, consolidado e consubstanciado empiricamente por T. W. Schultz no período 1956-1960, para ser rotineiramente incorporado aos estudos econômicos a partir de 1964 com os trabalhos de Gary S. Becker.

A acumulação de capital é primordial na promoção do desenvolvimento econômico de um país. Entretanto, capital físico tem sido privilegiado pelas políticas públicas se comparado ao capital humano. Além do preconceito em relação à concepção de que, sem perder sua condição humana, a pessoa é capaz

de gerar um fluxo de renda ou de serviço, há pelo menos duas outras razões para que, ainda hoje, privilégios sejam concedidos ao capital físico. A primeira está associada ao tempo de maturação do investimento: o capital físico tem, na grande maioria dos casos, um tempo de maturação inferior ao do capital humano que requer anos de escola formal, de formação universitária e de treinamento. Por isso mesmo, as políticas públicas são direcionadas, de um modo geral, para a promoção de investimentos em obras em detrimento dos investimentos em educação. Desconsiderar o capital humano no processo educacional, retira, deste, grande parte de sua eficácia. Por outro lado, o desprezo do capital humano no processo de desenvolvimento econômico-social, criou, por muitos anos, a crença de que era possível, a um país, promover seu desenvolvimento econômico direcionando recursos, primordialmente, a investimentos em capital físico. A segunda razão está associada às barreiras impostas pelos países em relação à mobilidade internacional do capital: fluxos financeiros e investimento estrangeiro direto (IDE) estão sujeitos a menores restrições que aquelas impostas à mobilidade do capital humano.

O interesse está concentrado nos investimentos diretos feitos no Brasil por não residentes (IDE) e, nesse particular, a ênfase é nos IDEs originários da França. Investimentos estrangeiros ocorrem em qualquer país pelas oportunidades de ganho dos investidores. Embora os IDEs venham, continuamente, produzindo importantes contribuições ao desenvolvimento econômico-social do Brasil, eles também têm sido vítimas de fortes resistências lastreadas em pouca racionalidade, mas eivadas de preconceitos ideológicos e de nacionalismo econômico. Os IDEs não só expandem as oportunidades domésticas de investimento, amplificando dessa forma sua contribuição para o desenvolvimento do país hospedeiro, mas trazem em seu bojo inovações tecnológicas capazes de transformar os métodos produtivos até então adotados localmente. Além do benefício tecnológico, os IDEs pressionam os mercados de trabalho locais no sentido de que sejam feitos investimentos em capital humano

para que as exigências de recursos humanos de seus projetos possam ser localmente atendidas. Os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) conduzida regularmente pelo IBGE indicam claramente que no Brasil, a qualificação e conseqüentemente os salários dos empregados em empresas cujo capital seja predominantemente de propriedade de não residentes (transnacionais) são, em média, superiores aos das demais empresas (nacionais).

A Tabela 4 resume a posição ordinal dos dez países mais importantes para o Brasil em termos de origem dos investimentos estrangeiros diretos, conforme registros do Banco Central. É possível que os valores dos IDEs registrados para alguns países não reflitam corretamente os recursos deles originários. Isso decorre do fato de que, por vezes, os investidores estrangeiros internalizam capitais oriundos de paraísos fiscais onde mantêm negócios. Esses podem ser os casos de Luxemburgo, das Ilhas Virgens e das Ilhas Cayman, ou mesmo do Panamá.

Somente duas origens fazem parte da lista Top10 durante todos os períodos considerados: Estados Unidos da América, ocupando sempre a primeira posição e a França que vem ampliando sua importância relativa, passando da nona posição no período até 1985 para consolidar entre quarta e a sexta posição nos anos 2000. A maior importância dos investimentos originários da França vem ocorrendo em um contexto de maior diversificação na origem dos investimentos externos. Até 1950 os Top10 investiam 98% do total dos IDEs; até 1960 seus investimentos compreendiam 95% e entre 1970 e 1985 sua participação variou entre 89% e 85%, para se estabilizar em torno de 78% a partir de 1995.

Tabela 4 - Brasil IDE Top 10: Posição Relativa do País de Origem dos Recursos (Total dos IDEs até o ano referência)

	1950	1960	1970	1980	1985	1995	2000	2009	2010	2011	2012	2013
Estados Unidos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Canadá	2	3	4	6	6	7		9		10		
Panamá	3	5	5	7	7							
Reino Unido	4	6	6	5	5	6			5	4	3	4
Suíça	5	2	3	3	4	3						
Itália	6		10	9	8	9	9		9	9	10	10
Holanda	7		9		10	8	3	2			8	8
Bélgica	8	9							3	3	2	2
França	9	7	8	8	9	5	4	4	6	5	5	5
Luxemburgo	10	10						7				
Alemanha Ocidental		4	2	2	2	2	6	6	7	8	7	7
Japão		8	7	4	3	4	10	8	8	7	6	6
Libéria				10								
Ilhas Virgem (Britânicas)						10	8					
Espanha							2	3	2	2	4	3
Ilhas Cayman							5	5				
Portugal							7	10				
Brasil									4	6	9	9
México									10			

Fonte: Banco Central do Brasil – Diretoria de Fiscalização (Difis). Dados de 1950 a 1995: <http://www.bcb.gov.br/?INVED>; Dados referentes 1995, 2000 e 2010 provêm dos Censos de Capitais Estrangeiros. Os de 2009 e 2011 proveem dos Censos de Capitais a cada cinco anos. Os dados de 2012 e 2013 são disponíveis no site do Banco Central.

Os Censos de Capitais Estrangeiros, nas versões (quinquenais e anuais), apresentam os IDEs por país de origem dos recursos, por atividade econômica associada ao investimento e por estado da federação. Além dessas estatísticas, o censo quinquenal, iniciado em 1996 com informações sobre o ano anterior, fornece, apenas para os anos de 2000 e 2005 informações sobre o balanço patrimonial consolidado das empresas estrangeiras que investem no Brasil, por país de origem do capital. Há duas formas de identificar o país de origem dos investimentos: pelo investidor imediato, isto é, a empresa que recebe o capital investido, mas não controla, necessariamente, o grupo econômico ao qual pertence, ou pela holding do grupo. Nesse trabalho, o critério utilizado foi o de associar a origem do IDE à holding do grupo. Infelizmente, os dados dos censos não mantêm a mesma sistemática e a mesma apresentação das informações ao longo do tempo.

A Tabela 5 apresenta a distribuição dos estoques dos IDEs franceses por atividade econômica segundo as grandes categorias do CNAE (seções), única apresentação possível para todos os censos disponíveis. Na Tabela 6 são apresentadas as importâncias relativas dos estoques dos IDEs no total dos estoques de investimentos estrangeiros no Brasil, segundo as grandes categorias de atividade econômica. Conforme a Tabela 5, em 1995 a maior parte dos investimentos franceses se concentrava na indústria de transformação, receptora de 73,28% dos investimentos. A partir de então, os censos revelam uma maior diversificação nas atividades objeto de investimentos franceses. Entretanto, três seções de atividades econômicas, (C) indústria de transformação, (G) comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e (K) atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, correspondiam, em 2010, a cerca de 80% do estoque total de investimentos franceses. Infelizmente, o grau de agregação desses dados os torna pouco reveladores.

Tabela 5 - Distribuição do Estoque de IDE de Origem Francesa por Atividade Econômica, %

Atividades - CNAE	1995	2000	2005	2010	2011	2012	2013
A - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aqüicultura	0,13	0,08	0,08	1,54	1,53	1,80	1,77
B - Indústrias Extrativas	0,04	2,12	1,39	2,72	2,97	2,92	3,14
C - Indústrias de Transformação	73,28	47,70	49,70	40,89	34,69	32,57	35,48
D - Eletricidade e Gás	0,00	3,74	1,59	2,71	9,16	12,59	11,71
F - Construção	0,66	0,48	0,17	0,14	0,41	0,40	0,29
G - Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	1,70	21,07	10,83	20,07	17,24	15,93	7,67
H - Transporte, Armazenagem e Correio	0,43	0,32	22,14	0,13	0,11	0,04	0,81
I - Alojamento e Alimentação	0,50	0,04	0,21	0,30	0,68	1,81	1,79
J - Informação e Comunicação	0,18	0,29	0,36	5,39	12,39	11,68	10,39
K - Atividades Financeiras, Seguros e Serviços Relacionados	11,59	14,45	3,53	19,13	13,79	12,82	13,09
L - Atividades Imobiliárias	0,80	0,25	0,23	0,08	0,07	0,09	0,09
Outras Atividades	10,69	9,46	9,78	6,90	6,97	7,34	13,78
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Banco Central do Brasil, Censos de Capitais Estrangeiros e informações no site. Distribuição por Países da Holding e Atividade Econômica Principal

Tabela 6 - Participação do Estoque de IDE de Origem Francesa no Total dos IDEs por Atividade Econômica, %

Atividades - CNAE	1995	2000	2005	2010	2011	2012	2013
A - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aqüicultura	1,51	1,46	1,08	8,96	8,47	8,71	7,54
B - Indústrias Extrativas	0,15	7,44	3,31	0,98	1,36	1,70	2,01
C - Indústrias de Transformação	7,47	9,70	11,04	5,35	5,32	4,59	5,54
D - Eletricidade e Gás	0,00	3,71	2,58	3,59	11,45	16,47	16,16
F - Construção	9,20	8,07	1,43	0,47	1,86	1,75	1,67
G - Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	1,68	14,53	7,35	22,29	21,37	17,18	9,99
H - Transporte, Armazenagem e Correio	2,05	0,12	7,24	0,65	0,55	0,25	4,27
I - Alojamento e Alimentação	3,93	0,93	5,75	5,54	11,00	20,91	22,43
J - Informação e Comunicação	4,48	0,79	2,74	3,63	7,58	7,70	7,48
K - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	16,25	8,39	2,88	5,42	5,07	4,55	5,32
L - Atividades Imobiliárias	2,06	2,19	1,61	0,22	0,19	0,20	0,19
Outras Atividades	5,47	5,12	5,32	8,88	15,81	13,40	22,27
Total	6,82	6,86	7,34	5,27	6,21	6,05	6,64

Fonte: Banco Central do Brasil, Censos de Capitais Estrangeiros e informações no site. Distribuição por países da Holding e Atividade Econômica Principal

A importância do estoque total de investimentos franceses no total do estoque dos IDEs recebidos pelo Brasil nos anos dos censos está registrada na última linha da Tabela 6. A participação dos investimentos franceses no total dos IDEs cresceu, consistentemente; entre os censos de 1995 (6,82%) e de 2005 (7,34%), mas no censo de 2010 os IDEs franceses tiveram sua participação relativa reduzida em pouco mais de dois pontos percentuais em relação a 2005, e volta a crescer em 2013. Em termos das atividades econômicas objeto dos IDEs de origem francesa, a (C) indústria de transformação é a única a registrar participações superiores a 5% no período considerado. Nos anos de 2000 e 2005 a participação desses estoques de investimentos flutuou em torno de 10%, isto é, nesses anos, dez por cento do estoque de investimentos estrangeiros na indústria de transformação brasileira eram de origem francesa.

Os investimentos franceses vêm perdendo sua importância relativa em duas atividades: (F) construção, cuja importância relativa dos estoques de investimentos franceses vem declinando de 9,20% em 1995 para menos de meio por cento (0,3 %) em 2013 e (K) atividades financeiras que em 1995 recebiam investimentos franceses correspondentes a 16,25% dos investimentos totais e em 2005 recebiam apenas 2,88% do total, embora em 2010 essa participação tenha quase dobrado (5,42%). Situação inversa é registrada para a atividade (G) comércio, reparação de veículos automotores – inclui todo tipo de comércio – com destaque para os anos de 2000 (14,53%) e 2010 (22,29%). É importante destacar que em 2010 a segunda atividade econômica em importância relativa foi (A) agricultura que até então havia registrado importâncias relativas inferiores a 2%. Essa atividade ainda representa uma pequena parcela dos investimentos franceses, embora sua participação no total francês (Tabela 2) tenha praticamente atingido vinte vezes a participação registrada em 2005.

Os resultados dos Censos disponibilizados pelo Banco Central apresentam a distribuição dos IDEs de forma mais desagregada. Uma análise desses dados

pode permitir uma melhor compreensão dos interesses dos investidores franceses em relação às atividades econômicas privilegiadas com seus recursos, assim como esses interesses têm variado ao longo do tempo. As Tabelas 7 e 8 apresentam respectivamente, para o setor Indústria, a distribuição dos estoques dos investimentos de origem francesa e suas participações nos estoques totais dos investimentos estrangeiros.

Em 1995, quatro grupos de atividade industrial detinham cerca de 80% do estoque de investimentos franceses no Brasil, na grande categoria indústria: fabricação de produtos alimentícios e bebidas (14,74%), fabricação de produtos químicos (26,45%), fabricação de artigos de borracha e plástico (21,42%) e fabricação de produtos de minerais não metálicos (17,60). Entretanto, a importância relativa desses quatro grupos vem diminuindo, indicando uma maior diversificação nas atividades contempladas com investimentos franceses. Assim, em 2000 os quatro grupos eram contemplados com 65,85% dos investimentos franceses e em 2005 com 42,34%. A redução na importância relativa ocorreu para três desses quatro grupos sendo que o grupo produção química foi o que apresentou menor perda de representatividade, mantendo sua participação em torno de 20%. O setor de fabricação de produtos alimentícios e bebidas teve sua participação relativa mantida em 14,74% nos anos de 1995 e 2005, mas apresentou, em 2000, uma elevação considerável (23,87%).

Tabela 7 - Distribuição Porcentual dos Estoques de IDEs de Origem Francesa na Indústria, 1995, 2000 e 2005

Atividade Econômica	1995	2000	2005 ^a
C- Indústria	100,00	100,00	100,00
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	14,74	23,87	14,74
Fabricação de produtos do fumo	0,00	0,04	0,00
Fabricação de produtos têxteis	0,81	0,38	0,45
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0,00	0,09	0,01
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem, calçados	0,00	0,00	0,00
Fabricação de produtos de madeira	0,00	0,00	0,00
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,00	0,00	0,72
Edição, impressão e reprodução de gravações	0,00	0,01	0,12
Fabricação de coque, petróleo, combustíveis nucleares, álcool	-	0,00	0,33
Fabricação de produtos químicos	26,45	23,23	20,10
Fabricação de artigos de borracha e plástico	21,42	7,29	0,82
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	17,60	11,46	6,64
Metalurgia básica	3,51	10,44	6,34
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	1,19	0,15	0,20
Fabricação de máquinas e equipamentos	2,81	4,73	1,57
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,00	0,00	0,00
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,65	3,35	2,42
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	5,61	2,48	10,52
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, óticos, automação e relógios	0,21	0,15	0,58
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,40	9,94	32,60
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,07	1,70	0,56
Fabricação de móveis e indústrias diversas	3,53	0,63	1,06
Reciclagem	0,00	0,06	0,23

Fonte: Banco Central do Brasil, Censo de Capitais Estrangeiros (1996, 2001 e 2006), Distribuição por países da holding e atividade econômica principal. A ausência de IDE no grupo é representada por (-) enquanto que 0,00 significa que o montante do IDE é muito pequeno em relação à unidade de valor (mil ou milhões) utilizada. ^a Última informação disponível (em agosto de 2015).

A aparente diversificação dos investimentos franceses é apenas aparente uma vez que a redução da participação dos quatro grupos referidos anteriormente se deveu principalmente pelo aumento da participação do grupo fabricação e montagem de veículos automotores, de 0,40%, para 9,94% e daí para 32,60% em 2005. Assim, os dois grupos, fabricação de produtos químicos e fabricação e montagem de veículos correspondiam, em 2005, a 52,74% do estoque de investimentos franceses.

A participação do estoque de investimentos franceses no estoque total dos IDEs passou de 7,47% em 1995 para cerca de 11% em 2005. Em 1995, seis eram os grupos nos quais os investimentos franceses eram superiores a 10% do total dos IDEs no correspondente grupo. Esse número se elevou para nove em 2000, mas em 2005 somente oito grupos tinham uma participação superior a 11%, a participação do total dos estoques de investimentos franceses no total dos IDEs na indústria. O grupo fabricação de produtos de minerais não metálicos aparece nos três anos com uma participação superior a 30%, no total dos investimentos estrangeiros no grupo. Dos vinte e três grupos considerados na seção indústria, três não apresentaram variação na participação que pudesse ser registrada (0,00) e apenas cinco apresentaram uma participação em 2000, inferior à registrada em 1995. Destes últimos grupos, apenas o de fabricação de artigos de borracha e plástico apresentou uma clara tendência de redução na sua participação ao longo dos anos considerados. Contrariamente, cinco grupos apresentaram uma clara tendência de aumento na sua participação no total dos investimentos estrangeiros no grupo.

Tabela 8 – Indústria: Participação Porcentual dos Estoques de IDEs de Origem Francesa no Total dos Estoques de IDEs, 1995, 2000 e 2005

Atividade Econômica	1995	2000	2005 ^a
C- Indústria	7,47	9,70	11,04
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	10,87	17,41	12,74
Fabricação de produtos do fumo	0,00	0,19	0,00
Fabricação de produtos têxteis	3,17	1,91	3,39
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0,01	2,01	0,71
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem, calçados	0,00	0,00	0,00
Fabricação de produtos de madeira	0,00	0,00	0,00
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,00	0,00	1,88
Edição, impressão e reprodução de gravações	0,00	0,19	1,30
Fabricação de coque, petróleo, combustíveis nucleares, álcool	-	0,00	58,60
Fabricação de produtos químicos	10,35	12,95	9,84
Fabricação de artigos de borracha e plástico	29,03	13,78	2,07
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	42,98	32,98	38,09
Metalurgia básica	2,43	13,99	23,35
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	4,33	0,83	1,67
Fabricação de máquinas e equipamentos	2,50	4,79	2,15
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,00	0,02	0,04
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3,13	11,39	6,67
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	14,88	3,86	13,83
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, óticos, automação e relógios	2,58	0,69	8,75
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,17	5,27	17,21
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,66	16,12	2,94
Fabricação de móveis e indústrias diversas	25,00	11,70	27,25
Reciclagem	0,00	16,70	26,78

Fonte: Banco Central do Brasil, Censo de Capitais Estrangeiros (1996, 2001 e 2006), Distribuição por países da holding e atividade econômica principal. A ausência de IDE no grupo é representada por (-) enquanto que 0,00 significa que o montante do IDE é muito pequeno em relação à unidade de valor (mil ou milhões) utilizada. ^a Última informação disponível (em agosto de 2015).

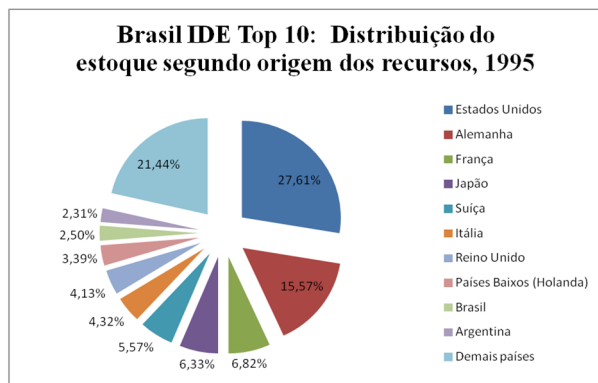
O grupo edição, impressão e reprodução de gravações que em 1995 registrava investimentos franceses irrelevantes, relativamente ao total dos investimentos estrangeiros no grupo, registrou em 2005 investimentos de 1,30% do total do grupo; fabricação de coque, petróleo, combustíveis nucleares, álcool com investimentos franceses inexistentes em 1995, em 2005 estes investimentos correspondiam a 58,60% do total dos investimentos estrangeiros no grupo; metalurgia básica praticamente teve, entre 1995 e 2005, multiplicada por dez a participação dos investimentos franceses no total dos investimentos estrangeiros no grupo; fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias teve nesse mesmo período a participação dos investimentos franceses multiplicada por dez; e reciclagem que em 1995 registrou uma participação francesa inexpressiva atingiu 16,70% em 2000 para em 2005 corresponder a 26,78% do total dos investimentos estrangeiros no grupo. A importância desses investimentos no grupo reciclagem no total dos investimentos franceses em 2005 era inferior a 0,3 %.

Tabela 9 - Agricultura, Pecuária e Extrativa mineral: Distribuição Porcentual dos Estoques de IDEs de Origem Francesa, 1995, 2000 e 2005

Atividade Econômica	Participação dos estoques de IDEs franceses por grupo					
	No total dos IDEs franceses na seção			No total dos IDEs do grupo		
	1995	2000	2005 ^a	1995	2000	2005 ^a
A- Agricultura, pecuária e extrativa mineral	100,0	100,0	100,0	0,5	6,5	3,0
1- Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades	78,5	3,6	5,4	1,8	1,9	1,4
2- Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
3- Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4- Extração de petróleo e serviços correlatos	21,5	16,7	12,59	1,4	2,5	0,7
5- Extração de minerais metálicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6- Extração de minerais não metálicos	0,0	79,7	82,1	0,0	32,3	39,8

Fonte: Banco Central do Brasil, Censo de Capitais Estrangeiros (1996, 2001 e 2006), Distribuição por países da holding e atividade econômica principal. A ausência de IDE no grupo é representada por (-) enquanto que 0,00 significa que o montante do IDE é muito pequeno em relação à unidade de valor (mil ou milhões) utilizada. ^a Última informação disponível (em agosto de 2015).

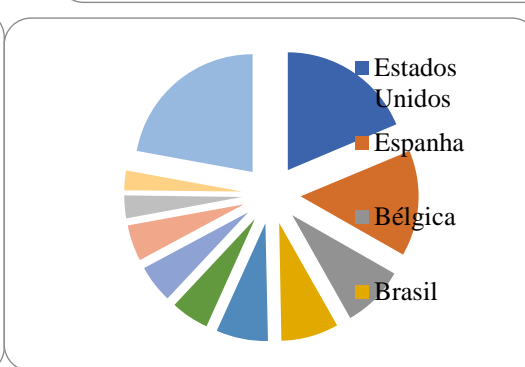
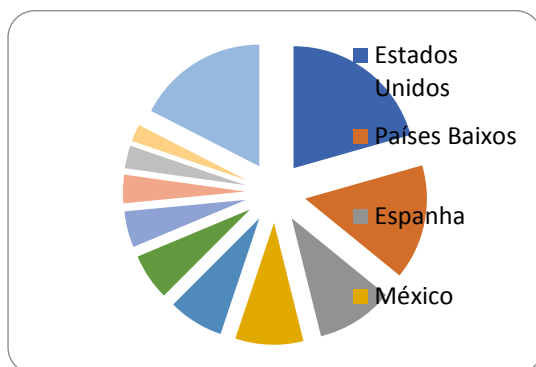
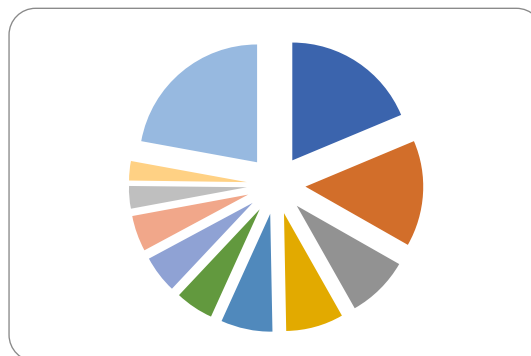
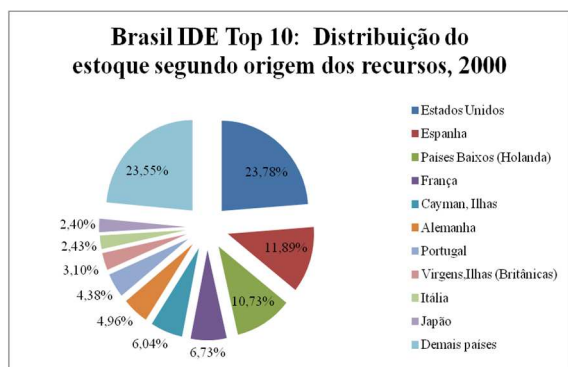
A Tabela 9 apresenta a distribuição porcentual dos estoques de IDEs de origem francesa na Agricultura, pecuária e extrativa mineral, em relação ao total dos IDEs franceses na seção (A), assim como sua importância relativa ao total dos IDEs, na seção e nos seus grupos. A participação dos estoques de IDEs de origem francesa no total dos estoques dos investimentos estrangeiros na seção (A) Agricultura, pecuária e extrativa mineral que era de 0,51% em 1995, aumentou para 6,48% em 2000 para, em 2005, corresponder a 2,98%. O aumento



da participação francesa nos investimentos na seção (A) Agricultura, decorre dos investimentos no grupo (6) Extração de minerais não metálicos.

Em 1995 dois grupos concentravam todos os estoques dos IDEs franceses: (1) Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades (78,5%) e (4) Extração de petróleo e serviços correlatos (21,5 %). Nos anos de 2000 e 2005 o grupo (6) Extração de minerais não metálicos passa a ocupar a posição de destaque relativamente aos investimentos franceses na seção, representando, respectivamente, 79,7% e 82,1

% do total dos IDEs franceses na seção (A) Agricultura.



A importância relativa dos estoques de IDEs franceses no total dos estoques de investimentos estrangeiros, no agregado Serviços, foi razoavelmente estável, em torno de 5,6% nos anos considerados, conforme as Tabelas 10.A e 10.B. Em 1995, dois grupos englobavam 77,25% dos IDEs franceses no agregado Serviços: intermediação financeira (37%) e serviços prestados principalmente às empresas (40,25%). Entretanto, a importância relativa dos investimentos nesses grupos em relação ao total dos estoques de IDEs franceses apresenta uma redução contínua para os dois outros anos considerados. Em 2000, os investimentos franceses nesses dois grupos eram responsáveis por 42,35% do estoque de IDEs de origem francesa no agregado serviços, e somente dois outros grupos apresentam uma importância relativa no total de investimentos franceses superior a 10%: comércio por atacado e intermediários do comércio (28,4%) e comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos (13,2%). Esses quatro grupos concentravam 84% dos estoques de IDEs franceses no agregado serviços. Em 2005 os investimentos franceses estiveram concentrados no grupo atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagens (43,4%). Dois outros grupos receberam investimentos, cujas participações no total dos investimentos franceses no agregado serviços foram superiores a 10%: comércio varejista (18,3%) que apresenta uma tendência de participação crescente no total ao longo do período considerado; e serviços prestados às empresas (12,8%) que, contrariamente, apresenta uma tendência de redução na sua importância relativa.

Quando se consideram os estoques de IDEs franceses em relação ao total dos estoques de IDEs por grupo do agregado serviços, é possível se identificar que:

- a) a partir de 2000, uma parcela significativa dos investimentos estrangeiros em captação, tratamento e distribuição de água é de origem francesa: 37,4% em 2000 e 53,1% em 2005;

- b) em 2005, praticamente, a totalidade dos estoques de IDE no grupo comércio varejista era de origem francesa;
- c) embora o transporte aquaviário represente apenas 0,24% do total do IDE francês no agregado serviços, relativamente ao total do IDE no grupo esses investimentos franceses corresponderam a 11,7%;
- d) para o grupo atividades anexas e auxiliares de transporte a participação dos investimentos franceses em relação ao total dos estoques de IDEs (77,1%) foi significativamente maior que a participação desses investimentos franceses no total dos investimentos franceses no agregado serviços (43,35%);
- e) embora com baixa representatividade nos investimentos franceses no agregado serviços nos anos de 2000 e 2005, os investimentos franceses em limpeza urbana e esgoto e atividades conexas como porcentagem do total dos estoques de IDEs foram, respectivamente 84,4% e 89,2%.

Tabela 10.A – Serviços: Distribuição Porcentual dos Estoques de IDEs de Origem Francesa, 1995, 2000 e 2005

Atividade Econômica	Participação dos estoques de IDEs franceses por grupo					
	No total dos IDEs franceses na seção			No total dos IDEs do grupo		
	1995	2000	2005 ^a	1995	2000	2005 ^a
Serviços	100,00	100,00	100,00	5,87	5,37	5,67
Eletricidade, gás e água quente	0,00	7,46	3,25	0,00	3,71	2,58
Captação, tratamento e distribuição de água	0,00	1,54	2,85	0,00	37,37	53,09
Construção	2,47	0,95	0,34	9,20	8,07	1,43
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	0,04	0,46	0,00	0,32	3,78	0,04
Comércio por atacado e intermediários do comércio	6,28	28,39	3,89	2,23	16,97	1,99
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	0,09	13,22	18,28	0,10	12,01	18,27
Alojamento e alimentação	1,90	0,08	0,42	3,93	0,93	5,75
Transporte terrestre	0,00	0,20	0,17	0,00	3,25	3,28
Transporte aquaviário	0,11	0,01	0,24	0,93	0,26	11,66
Transporte aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	1,50	0,41	43,35	15,82	7,28	77,15
Correio e telecomunicações	0,00	0,03	1,58	0,00	0,01	0,28

Fonte: Banco Central do Brasil, Censo de Capitais Estrangeiros (1996, 2001 e 2006), Distribuição por países da holding e atividade econômica principal. A ausência de IDE no grupo é representada por (-) enquanto que 0,00 significa que o montante do IDE é muito pequeno em relação à unidade de valor (mil ou milhões) utilizada. ^a Última informação disponível (em agosto de 2015).

Tabela 10.B – Serviços: Distribuição Porcentual dos Estoques de IDEs de Origem Francesa, 1995, 2000 e 2005

Atividade Econômica	Participação dos estoques de IDEs franceses por grupo					
	No total dos IDEs franceses na seção			No total dos IDEs do grupo		
	1995	2000	2005 ^a	1995	2000	2005 ^a
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	37,00	28,34	6,90	17,06	9,40	3,12
Seguros e previdência privada	0,00	0,40	1,86	0,00	2,84	7,86
Atividades auxiliares da intermediação financeira	6,65	0,51	0,34	12,86	1,22	1,14
Atividades imobiliárias	3,02	0,49	0,46	2,06	2,19	1,61
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores	0,00	0,00	0,40	0,00	0,00	5,21
Atividades de informática e conexas	0,68	0,57	0,75	4,48	0,79	2,74
Pesquisa e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços prestados principalmente às empresas	40,25	14,01	12,79	6,14	4,50	4,76
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde e serviços sociais	0,00	0,01	0,31	0,13	0,30	13,73
Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas	0,00	2,92	1,81	0,00	84,44	89,25
Atividades associativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atividades recreativas, culturais e desportivas	0,02	0,00	0,00	0,76	0,01	0,01
Serviços pessoais	0,00	0,01	0,00	0,11	4,46	0,12

Fonte: Banco Central do Brasil, Censo de Capitais Estrangeiros (1996, 2001 e 2006), Distribuição por países da holding e atividade econômica principal. A ausência de IDE no grupo é representada por (-) enquanto que 0,00 significa que o montante do IDE é muito pequeno em relação à unidade de valor (mil ou milhões) utilizada. ^a Última informação disponível (em agosto de 2015).

- **Os investimentos nas duas últimas décadas**

Após o Plano Real, com a maior estabilidade dos preços e a implantação de medidas de política econômica mais moderna para o regime cambial, abertura do comércio externo, e regras fiscais, ocorre novo impulso na presença de empresas francesas no Brasil. Citamos alguns dos casos mais relevantes.⁶⁷

- Em 13 de outubro de 2006, foi anunciado que a empresa Tractebel Energia/GDF Suez, que pertence ao ramo de Eletricidade e Distribuição de Gás) investiria a quantia de US\$ 600 milhões em projetos de geração de energia elétrica - com a construção da usina hidrelétrica de Estreito, entre Tocantins e Maranhão (no rio Tocantins) - e de gás natural liquefeito (GNL).
- Em 21 de março de 2007, foi anunciado que a empresa supracitada investiria US\$ 850 milhões na construção de uma usina termelétrica com capacidade de gerar 340 megawatts de energia elétrica.
- Em 29 de março de 2007, foi anunciado que a empresa Vallourec/Sumitomo Tubos do Brasil, do ramo de Metalurgia, investiria US\$ 808 milhões na construção de uma usina com produção anual de um milhão de toneladas de aço em forma de barras e para laminação de 600 mil toneladas de tubos de aço sem costura.
- Em 7 de dezembro de 2007, foi anunciado que a empresa Carrefour, que é do ramo do Comércio Varejista, investiria US\$ 1,7 bilhão na abertura de novas unidades (70 lojas, sendo 20 unidades com as bandeiras Carrefour ou Atacadão e 50 com a marca Dia).
- Em 19 de março de 2008, foi anunciado que a empresa Louis Dreyfus Commodities (LDC), do ramo de Alimentos, Bebidas e Agronegócio, investiria US\$ 750 milhões para iniciar a produção de fertilizantes, com

⁶⁷ Extraído de “Relatório de anúncios de projetos de investimentos franceses no Brasil : relatório de 2004 a 2011 – 1º semestre” e “Anúncios de projetos de investimentos : 1º semestre de 2014”, Banco Central do Brasil

previsão de produção de um milhão de toneladas; a construção de uma nova usina de álcool e açúcar, em Rio Brilhante (MS); a ampliação de pomares de laranjas em São Paulo; e a ampliação de silo para escoamento de soja e milho, em Paranaguá (PR).

- Em 23 de outubro de 2009, foi anunciado que a empresa GVT (Vivendi), do ramo de Telecomunicações, investiria US\$ 1,1 bilhão na ampliação da cobertura das 95 cidades onde a empresa atua e na oferta de TV via satélite e por internet.

- Em 21 de janeiro de 2010, foi anunciado que a empresa Carrefour investiria US\$ 1,4 bilhão na abertura de novas lojas, centros de distribuição e também para a operação de comércio eletrônico.

- Em 26 de março de 2010, foi anunciado que a empresa PSA Peugeot Citroen, do ramo Automotivo, investiria US\$ 725 milhões para aumentar em 50% a capacidade fabril da unidade, com o desenvolvimento de novos produtos para o mercado brasileiro.

- Em 27 de outubro de 2010, foi anunciado que a empresa GVT (Vivendi) investiria US\$ 786 milhões, focando na expansão da sua rede.

- No setor de Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal, divisão de Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados Com Essas Atividades, a empresa Louis Dreyfus Commodities (LDC) tem plano de expansão. Investimento, entre outros projetos, na expansão da infraestrutura para escoamento de grãos, com a ampliação da exportação via portos do Norte do País. O investimento está previsto em US\$ 2 bilhões e o término do projeto para 2018.

- No setor de Indústrias de Transformação, na divisão de Fabricação de Equipamentos de Instrumentos Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial,

Cronométricos e Relógios, a empresa Essilor tem plano de Expansão e Modernização. Será Investimento para fabricação de lentes (com tratamento em policarbonato) e lentes (com tratamento multicamadas). O montante do investimento está previsto em US\$ 35,3 milhões e o ano previsto para a conclusão do projeto é 2016, em Manaus-AM.

- No setor de Indústrias de Transformação, na divisão de Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas, a empresa BIC do Brasil tem plano de Expansão. Será Investimento para fabricação de pedra para isqueiro e isqueiro de plástico não recarregável. Está previsto investimento de US\$ 14,256 milhão. O ano previsto para a conclusão do projeto é 2016, em Manaus-AM.

- No setor de Indústrias de Transformação, na divisão de Fabricação de outros Equipamentos de Transporte, a empresa Alstom tem plano de Expansão. Será um investimento para abrir uma linha de produção dedicada a veículos leves sobre trilhos, popularmente conhecidos como VLTs. Está previsto investimento de US\$ 20,37 milhões..O ano previsto para a conclusão do projeto é 2016 e será efetuado em Taubaté-SP.

- No setor de Indústrias de Transformação, na divisão de Fabricação de outros Equipamentos de Transporte, a empresa Price Induction tem plano de Implantação. Pretende investir para a implantação de uma nova fábrica de motores de turbina a gás, com propósito de serem usados em aviões leves. Está previsto investimento de US\$ 68,7 milhões. O projeto será realizado em Uberaba-MG.

- No setor de Indústrias de Transformação, na divisão de Fabricação de Produtos Químicos, a empresa Total Lubrificantes tem plano de Expansão. Planeja investir na ampliação da fábrica em Pindamonhangaba (SP), almejando dobrar a capacidade de processamento de lubrificantes. O projeto está previsto para ser concluído antes do final do ano de 2014 e está previsto

investimento de US\$ 6,38 milhões. O projeto será executado em Pindamonhangaba-SP.

- No setor de Indústrias de Transformação, na divisão de Reciclagem, as empresas Reciclaplast e Pellenc Selective Technologies (com capital brasileiro e francês) tem plano de Implantação. Planejam investir para a implantação de uma unidade de reciclagem de materiais plásticos de polietileno de alta densidade e polipropileno, com capacidade de produção de 800 toneladas por mês. Um investimento de US\$ 1,49 bilhões está previsto e o projeto será realizado em Queimados-RJ.

- No setor de Indústrias de Transformação, na divisão de Extração de Minerais Metálicos, as empresas Petrobras, Shell, Total, CNPC e CNOOC (com capital brasileiro, francês, estadunidense, holandês e inglês) tem plano de Expansão. Planejam investir na área de Libra, com a perfuração de dois poços, além de um reprocessamento sísmico de toda a área do bloco na Bacia de Santos; estudos com a aquisição sísmica usando tecnologia de ponta; e realização do Teste de Longa Duração. Um investimento de US\$ 400 milhões está previsto e o ano previsto para a conclusão do projeto é 2016. De acordo com Relatório Renai - 1º semestre/2014, a Total S.A. anunciou investimento de US\$ 2 bilhões para atuar na área de óleo e gás até 2020, sendo inicialmente investidos US\$ 300 milhões em 2014.

- **A contribuição tecnológica e as inovações**

O aumento da presença de empresas francesas no Brasil não se deu apenas pelo ingresso de investimentos. Não menos importante, embora menos visível as vezes, foram os investimentos em inovações e adoção de novas práticas de gestão.

A análise da contribuição francesa para o desenvolvimento tecnológico brasileiro pode ser feita por meio das informações coletadas junto ao INPI – Instituto

Nacional de Propriedade Industrial e que se encontram resumidas na Tabela 11, com a participação média relativa dos dez países mais importantes para o Brasil, em termos de cessão de tecnologia, no período 2000 a 2012. É importante ressaltar que os registros e concessões considerados na tabela não esgotam as modalidades protegidas pelas legislações brasileira e internacional. A coluna E (Concessões de Patentes do Tipo Modelo de Utilidade por País) da tabela ilustra a predominância do Brasil nesse tipo de concessão. Casos como esses não foram destacados (IG – indicação geográfica, programa de computador, patente tipo CA – certificado de adição de inovação), uma vez que o interesse aqui é a contribuição estrangeira ao desenvolvimento tecnológico no Brasil, particularmente a da França.

Os registros ou averbações de contratos (A) por país cedente são o indicador geral da contribuição tecnológica de cada país. Sob esse agregado estão registrados no INPI todos os contratos de cessão, de licenciamento e de transferência de tecnologia referentes à exploração de patentes e de desenho industrial, ao uso de marcas, a franquias, ao fornecimento de tecnologia e serviços de assistência técnica. Dos 81 países, além do Brasil, listados como cedentes de contratos, a França emerge como o quarto país mais importante em número de contratos registrados, com uma participação relativa média ao longo do período 2000 – 2012 de 6,47%. Essa mesma posição relativa é ocupada pela França na concessão de patentes de invenção (D) participando com cerca de 7% do total de registros nessa modalidade.

Tabela 11 - Brasil: Contribuição Tecnológica - Top 10 de Países cedentes
Média do período 2000 - 2012 da participação porcentual por tipo de
contribuição tecnológica

País cedente	A	B	C	D	E
Estados Unidos	25,36	11,60	8,57	33,38	0,95
Alemanha	15,52	2,04	2,54	14,29	*
Japão	7,84	3,24	1,21	5,46	*
Brasil	6,39	69,92	74,63	10,57	94,38
França	6,47	1,99	2,16	7,04	0,21
Itália	4,84	1,59	1,17	3,58	*
Reino Unido	5,23	0,95	1,06	3,25	*
Suíça	2,56	1,03	1,70	4,20	*
Canadá	3,33	*	*	*	*
Holanda	2,06	1,84	0,80	3,89	*
Espanha	3,09	*	0,89	*	0,48
Demais países	17,30	5,79	5,29	14,33	3,98

Fonte: INPI, Assessoria de Assuntos Econômicos, BADEPI v2.0, dados extraídos em dezembro/2013.

A - Registros de Contratos por País do Cedente

B - Concessões de Registros de DI (desenho industrial) por País

C - Registros de Marcas por País

D - Concessões de Patentes do Tipo PI (patente de invenção) por País

E - Concessões de Patentes do Tipo MU (modelo de utilidade) por País

* Nesse caso, não faz parte da lista Top 10

Como esperado, o Brasil predomina nas concessões de registro de desenho industrial (B) com quase 70% dos registros e os de marcas (C) com 75%. A França, com pouco menos de 2% dos registros de DI, ocupa a quinta posição em termos de importância relativa e a quarta posição no registro de marcas com pouco mais de 2% do total desses registros. Com relação às patentes de invenções (D), a França ocupa a quarta posição contribuindo com cerca de 7% do total das concessões das patentes do tipo PI.

Outra fonte de informações são as estatísticas do IBGE relativas às inovações implantadas pelas empresas e estão reunidas no sistema PINTEC -

Pesquisa de Inovação. O PINTEC tem o objetivo a construção de indicadores setoriais das atividades de inovação das empresas instaladas no Brasil, comparáveis com as informações similares de outros países. Para o presente relatório, o IBGE organizou, por encomenda, informações estatísticas específicas das empresas sob controle de capital francês, instaladas no Brasil.

A síntese das estatísticas para cinco períodos está reproduzida nas Tabelas 12.A e 12.B. As estatísticas compreendem as empresas nas atividades da Indústria e da extrativa mineral, com pelo menos 10 funcionários. Alguns pontos de destaque:

- A amostra de empresas francesas no total Brasil é relativamente pequena, mas significativa para inferir conclusões.
- As amostras tanto de empresas francesas quanto total crescem ao longo do tempo, por exemplo, iniciando com 63 empresas francesas e 22,7 mil no total em 1998-2000 até 133 e 128,7 mil em 2009-11, respectivamente.
- O mesmo acontece com a amostra de empresas que declararam haver implantado inovações
- A pesquisa separa as inovações em dois grupos: de produtos e de processos, aberto inclusive por destino. A nossa análise concentrou atenção nas inovações voltadas para o mercado nacional.
- As empresas francesas se destacam da média das empresas da amostra da PINTEC por, nos períodos após 2003, apresentarem maior percentual com implantação de inovações. No período 2003-05, por exemplo, as empresas francesas mostram 76 % de empresas com inovações, contra quase 63 % do total de empresas; em 2006-08, 69 % contra 57 %; e em 2009-11, 64 % contra 36 %, respectivamente. Neste último período – pós-crise internacional-, a superioridade das empresas francesas na implantação de inovações no Brasil é inconteste.

- Existe clara predominância dentro das empresas francesas de inovações em produtos, em comparação com a média das empresas como um todo.
- Dentre as inovações implantadas pelas empresas francesas - tanto de produtos quanto de processos – predominam aquelas destinadas ao mercado nacional, num percentual maior do que na media agregada.
- No tocante as inovações voltadas para redução do impacto ambiental – tema atualmente importante inclusive para qualificar a governança corporativa – as empresas francesas demonstram maior percentual de inovações em quase todos os períodos, exclusive e por pequena margem, em 2009-11.

As Figuras 5 a 10 ilustram visualmente os principais resultados no tocante a implantação de inovações por empresas francesas em comparação com a média PINTEC.

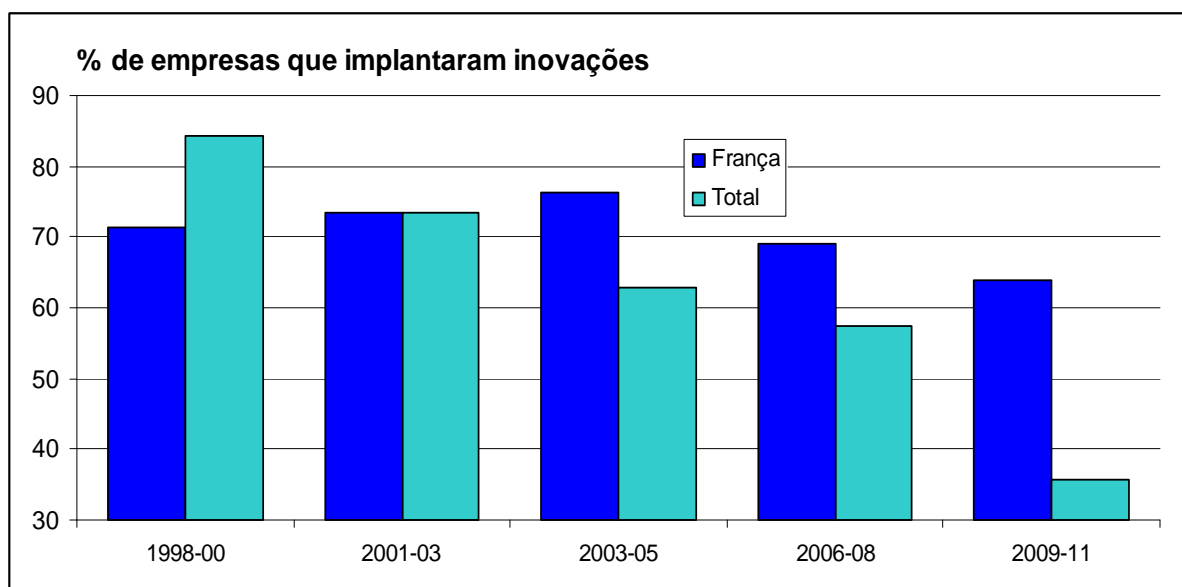


Figura 5 – Comparação no percentual de empresas que implantaram inovações.

Tabela 12.A - Estatísticas da implantação de inovações

	1998-2000		2001-03		2003-05	
	Francesas	Total	Francesas	Total	Francesas	Total
Total de empresas (amostra)	63	22.698	83	28.036	101	32.796
Receita líquida de vendas, R\$ milhões	10.973	582.406	24.595	953.705	30.287	953.705
Investimentos totais em inovações, R\$ milhões	643	22.344	712	23.419	858	23.419
Número de profissionais envolvidos em inovações	300	41.467	506	38.523	1.577	83.944
Empresas que implantaram inovações	45	19.165	61	20.599	77	30.339
De produto	37	12.658	47	17.146	63	19.670
Novo no mercado nacional	19	2.975	22	2.297	36	3.388
De processo	35	18.160	49	18.020	59	26.277
Novo no mercado nacional	15	2.000	17	1.023	20	1.740
Responsável pela inovação :						
A empresa e/ou outra do mesmo grupo						
Produto	31	9.519	23	15.752	54	17.733
Processo	15	2.141	5	1.568	21	3.090
Efeitos significantes (altos) das inovações :						
Número de empresas						
Na qualidade dos produtos	23	12.787	30	13.270	30	16.766
Aumento no número de produtos	24	6.044	25	5.567	25	8.470
Abertura de novos mercados	16	5.120	16	2.593	16	5.593
Aumento da capacidade de produção	23	9.701	26	9.810	26	13.000
Redução do impacto ambiental	13	5.466	19	6.370	19	6.395

Fonte : PINTEC/IBGE. Elaboração : SILCON

Tabela 12.B - Estatísticas da implantação de inovações

	2006-08		2009-11	
	Francesas	Total	Francesas	Total
Total de empresas (amostra)	142	71.785	133	128.699
Receita líquida de vendas, R\$ milhões	48.310	1.896.134	59.992	2.535.017
Investimentos totais em inovações, R\$ milhões	761	54.104	1.670	64.864
Número de profissionais envolvidos em inovações	1.303	73.265	2.455	103.290
Empresas que implantaram inovações	98	41.262	85	45.950
De produto	81	25.395	56	23.282
Novo no mercado nacional	40	4.728	33	5.299
De processo	82	34.255	75	40.802
Novo no mercado nacional	19	2.538	26	3.136
Responsável pela inovação :				
A empresa e/ou outra do mesmo grupo				
Produto	69	21.849	50	19.172
Processo	38	4.779	33	7.926
Efeitos significantes (altos) das inovações :				
Número de empresas				
Na qualidade dos produtos	81	22.731	44	27.605
Aumento no número de produtos	80	15.755	27	18.668
Abertura de novos mercados	46	14.887	32	16.876
Aumento da capacidade de produção	40	17.546	42	23.880
Redução do impacto ambiental	39	14.350	32	18.080

Fonte : PINTEC/IBGE. Elaboração : SILCON Estudos Econômicos

Tabela 13 - Indicadores da adoção e investimento em inovações

	1998-2000		2001-03		2003-05	
	Francesas	Total	Francesas	Total	Francesas	Total
Receita média por empresa, R\$ milhões correntes	174,17	25,66	296,33	34,02	299,87	29,08
R\$ milhões de 2011	430,69	63,45	476,37	54,69	415,84	40,33
Investimentos por empresa, R\$ milhões correntes	14,29	1,17	11,67	1,14	11,14	1,14
R\$ milhões de 2011	35,34	2,88	18,76	1,83	15,45	1,58
Investimentos/receita, %	8,21	4,54	3,94	3,34	3,72	3,91
% de empresas que implantaram inovações	71,4	84,4	73,5	73,5	76,2	62,8
% de empresas que implantaram inovações em produtos	82,2	66,0	77,0	83,2	81,8	95,5
% destinados ao mercado nacional	51,4	23,5	46,8	13,4	57,1	17,2
% empresas que implantaram inovações em processos	77,8	94,8	80,3	87,5	76,6	86,4
% destinados ao mercado nacional	42,9	11,0	34,7	4,5	33,9	6,6
	2006-08		2009-11			
	Francesas	Total	Francesas	Total		
Receita média por empresa, R\$ milhões correntes	340,21	26,41	451,07	19,70		
R\$ milhões de 2011	396,78	30,81	451,07	19,70		
Investimentos por empresa, R\$ milhões correntes	7,76	1,31	19,64	1,41		
R\$ milhões de 2011	9,05	1,53	19,64	1,41		
Investimentos/receita, %	2,28	4,96	4,35	7,17		
% de empresas que implantaram inovações	69,0	57,5	63,9	35,7		
% empresas que implantaram inovações em produtos	82,7	61,5	65,9	50,7		
% destinados ao mercado nacional	49,4	18,6	58,9	22,8		
% empresas que implantaram inovações em processos	83,7	83,0	88,2	88,8		
% destinados ao mercado nacional	23,2	7,4	34,7	7,7		

Fonte dos dados básicos : Tabelas 12.A e 12.B

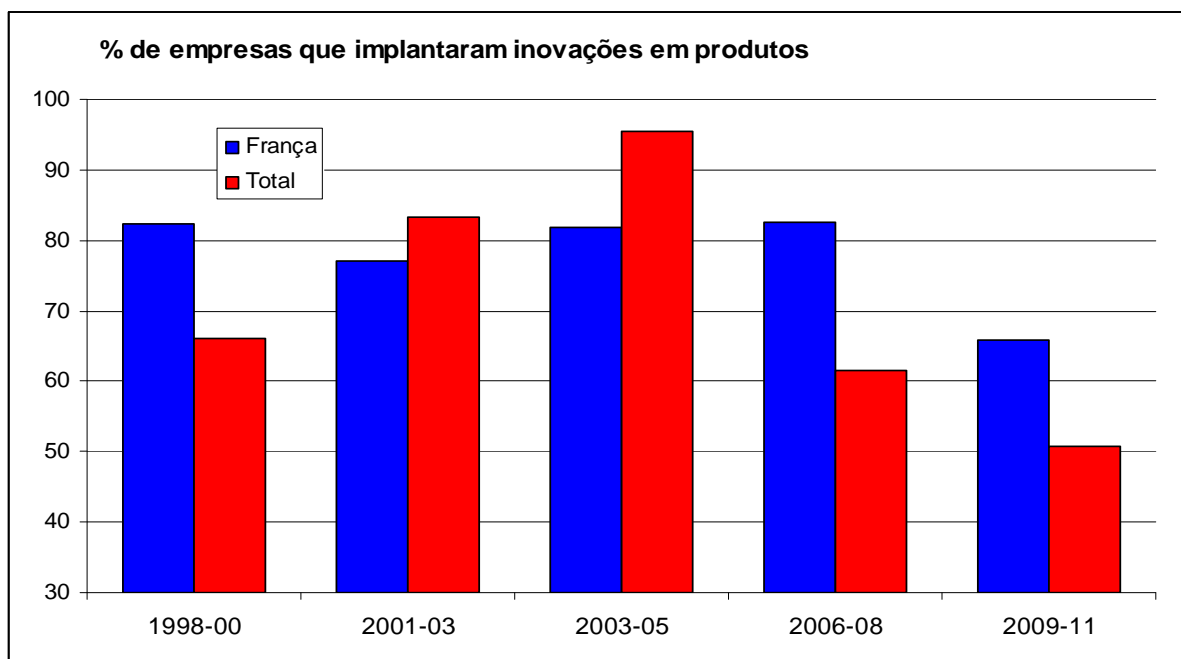


Figura 6 – Comparação no % de empresas que implantaram inovações em produtos.

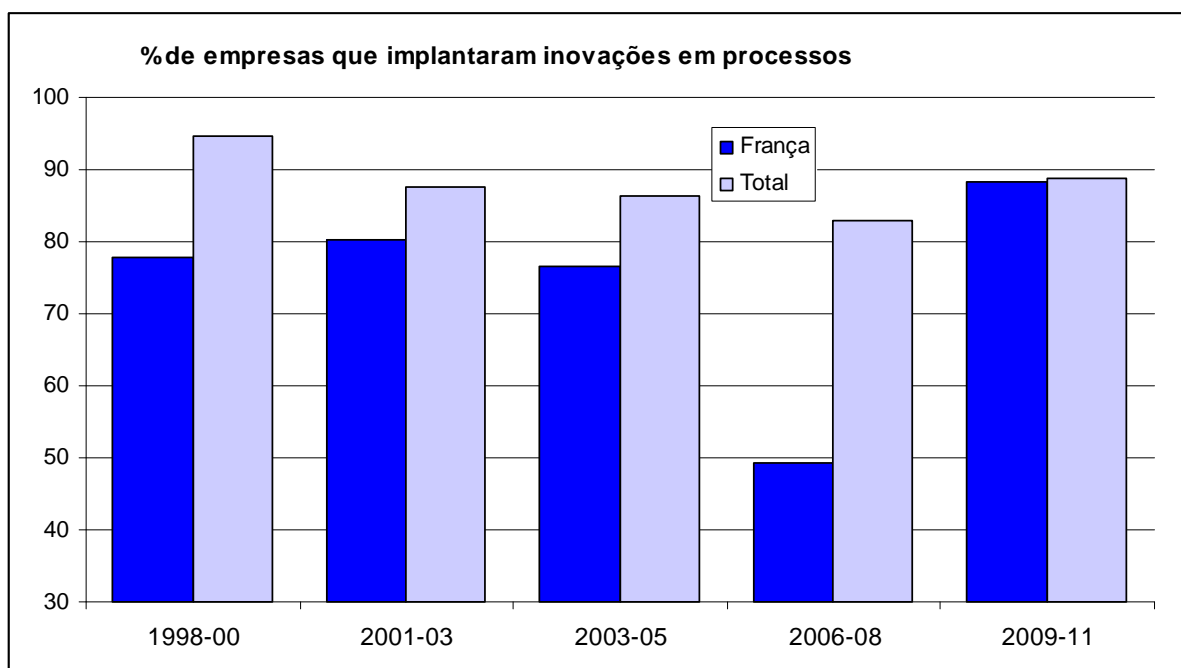


Figura 7 – Comparação no % de empresas que implantaram inovações em processos

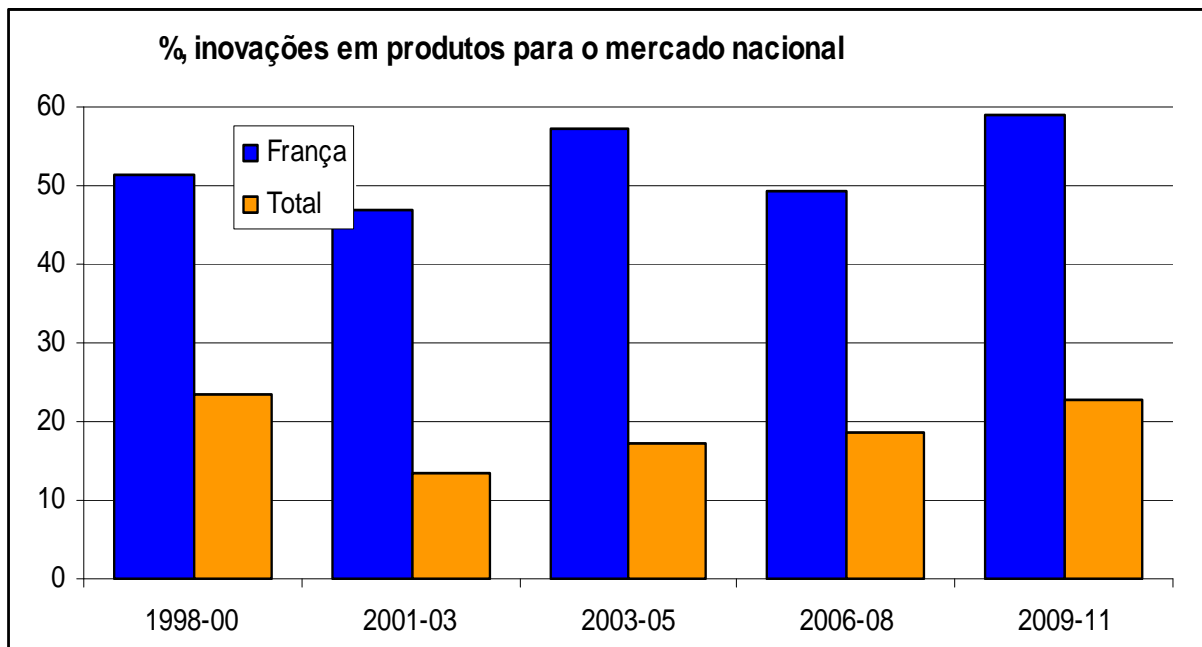


Figura 8 – Inovações em produtos para o mercado nacional

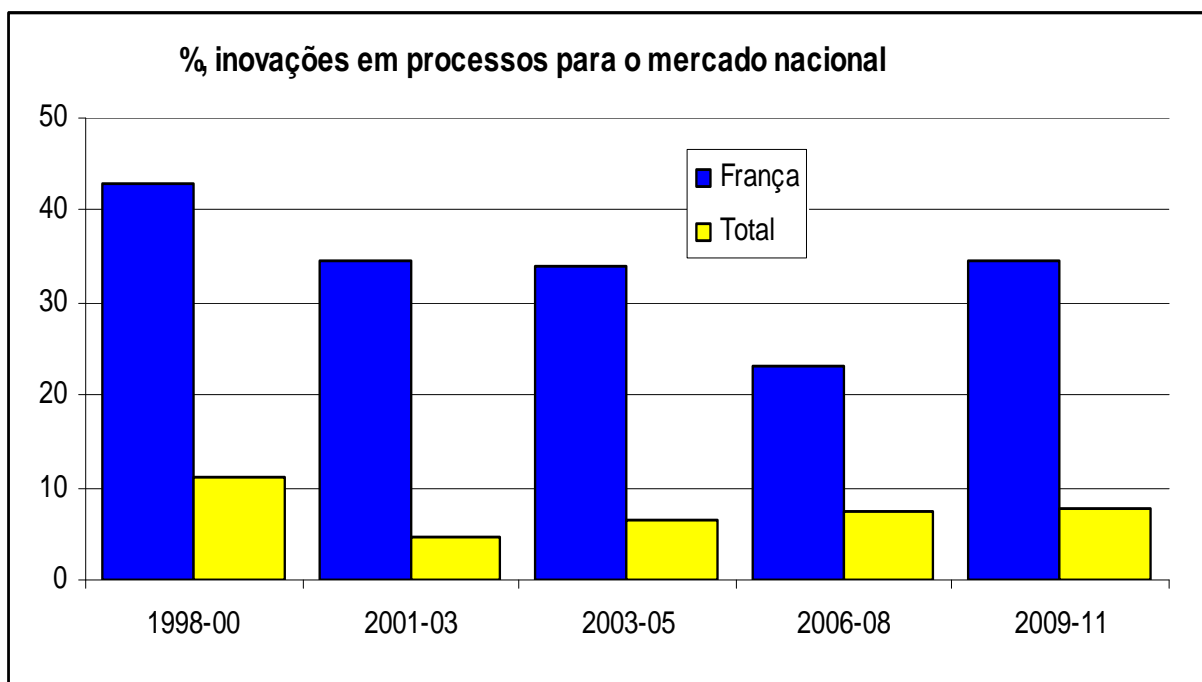


Figura 9 – Inovações em processos para o mercado nacional

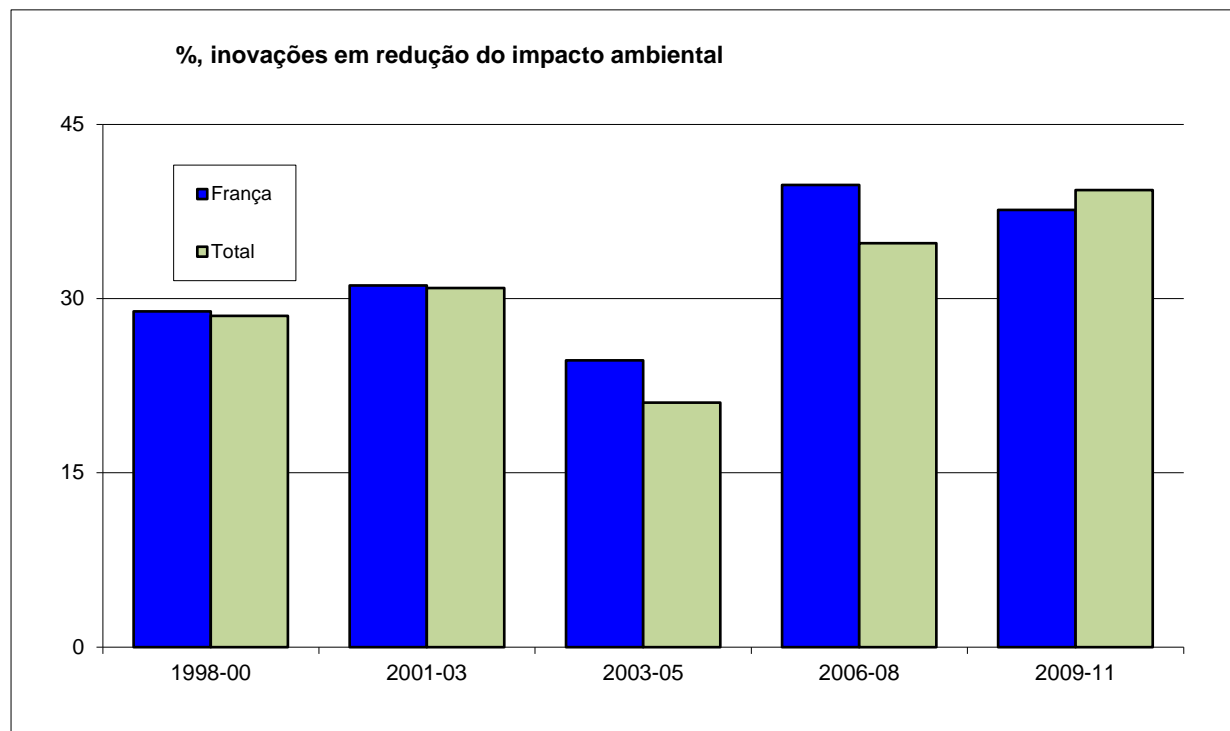


Figura 10 – Inovações para redução do impacto ambiental

- **A rentabilidade comparada das empresas francesas**

Pela análise anterior, as empresas francesas se destacam nos quesitos de inovação e de aporte de investimentos. Têm contribuído, portanto, para a modernização da economia brasileira, geração de emprego e de renda. Mas a questão deve ser vista pelo lado das empresas em especial a rentabilidade dos seus negócios no Brasil.

Este aspecto será esclarecido, em parte, com as informações das demonstrações de resultado (DRE) e balanços, disponíveis nas publicações da revista Exame e do jornal Valor. Apenas as maiores empresas com informações contábeis completas são examinadas, e assim, os resultados da análise são restritos as amostras de empresas de grande porte, excluindo, portanto o grande número de médios empreendimentos.

A Tabela 14 reproduz a taxa média de retorno sobre o patrimônio líquido das empresas, no total, das empresas de capital nacional, das estrangeiras em geral

e das francesas em particular.⁶⁸ A qualificação de nacional e estrangeira é baseada no percentual acima de 50 % de controle do capital. A Figura 11 ilustra a evolução do retorno a partir de 1993, aberta por grupo de capital. Como notação, a linha cheia representa a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido das empresas francesas e as tracejadas, a média geral e a do grupo de empresas estrangeiras.

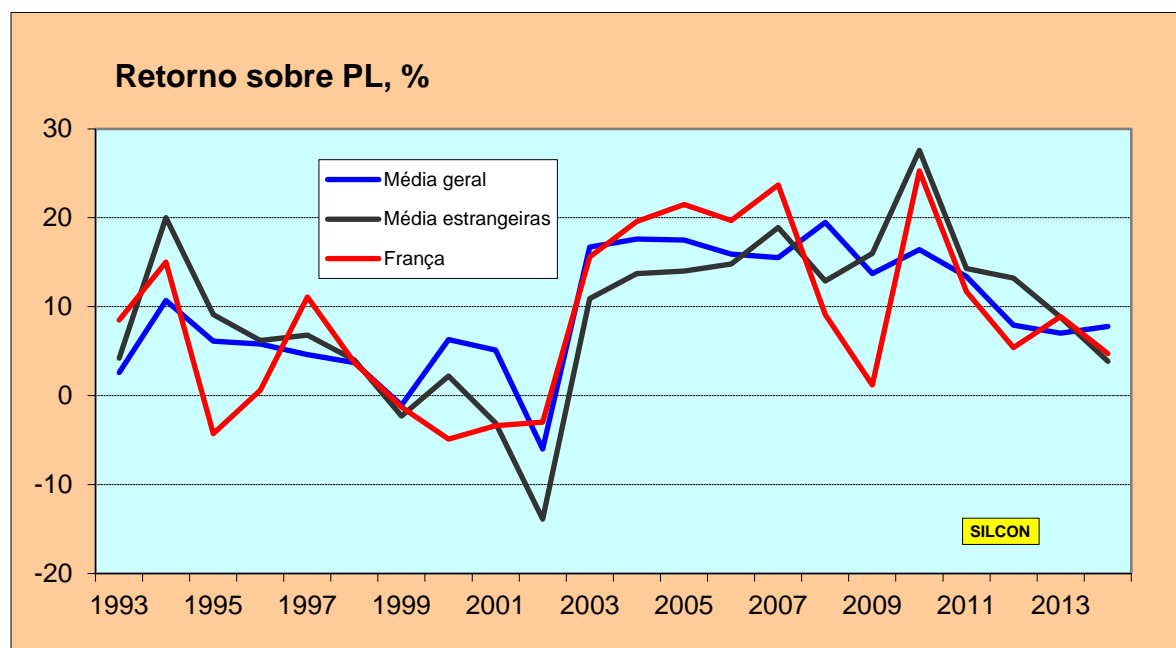


Figura 11 – Evolução do retorno sobre patrimônio líquido das empresas

Em vários anos, o retorno das maiores empresas francesas supera as médias das estrangeiras e a média geral, mas no geral, a rentabilidade oscila no intervalo da média geral e das empresas estrangeiras.

⁶⁸ Ver Anexo D com a lista de grupos/empresas francesas que participam da amostra de maiores empresas.

Tabela 14.A

Retorno sobre patrimônio líquido, %
 Por controle do capital (totalidade ou majoritário)

	Média geral	Empresas brasileiras	Empresas estrangeiras	
			Média geral	Francesas
1975	19,8	ND	ND	ND
1976	21,7	22,0	21,4	27,3
1977	21,1	21,4	20,5	29,0
1978	13,8	15,0	11,7	19,0
1979	8,0	10,2	3,7	10,3
1980	13,4	13,9	12,1	17,3
1981	8,2	9,1	6,4	6,3
1982	8,4	8,2	8,8	16,3
1983	7,6	7,4	8,0	8,8
1984	12,8	13,0	12,4	16,4
1985	13,3	13,8	12,0	16,2
1986	13,4	12,2	16,8	21,3
1987	6,6	6,2	7,9	14,8
1988	10,2	7,8	16,9	20,8
1989	10,5	7,7	22,1	33,4
1990	1,7	1,3	2,9	-1,2
1991	-3,3	-3,4	-2,8	1,5
1992	0,6	-0,6	5,3	13,5
1993	2,6	2,0	4,2	8,5
1994	10,7	8,2	20,0	15,0
1995	6,1	5,4	9,1	-4,3
1996	5,8	5,7	6,2	0,6
1997	4,6	4,0	6,8	11,1
1998	3,7	3,7	4,0	3,7
1999	-1,1	-0,3	-2,3	-1,3

(continua)

Tabela 14.B

Retorno sobre patrimônio líquido, %
Por controle do capital (totalidade ou majoritário)

	Média geral	Empresas brasileiras	Empresas estrangeiras	
			Média geral	Francesas
2000	6,3	7,4	2,2	-4,9
2001	5,1	7,3	-3,1	-3,4
2002	-6,0	-3,8	-13,9	-3,0
2003	16,7	18,3	10,9	15,6
2004	17,6	19,5	13,7	19,6
2005	17,5	18,7	14,0	21,5
2006	15,9	16,2	14,8	19,7
2007	15,5	14,5	18,9	23,7
2008	19,5	22,1	12,9	9,1
2009	13,7	13,2	16,0	1,2
2010	16,4	14,8	27,6	25,3
2011	13,4	13,2	14,3	11,7
2012	7,9	6,6	13,2	5,4
2013	7,0	6,5	8,8	8,9
2014	7,8	2,7	3,8	4,7
Média do período	9,4	9,5	9,2	8,6
Desvio-padrão	6,9	7,1	9,0	9,6

Fontes : até 1999, Exame, Maiores e Melhores; após 1999, Valor

Elaboração : SILCON Estudos Econômicos. Os dados constam do banco de dados SILCONDdata.

- **A geração de empregos**

Em síntese, os investimentos franceses no Brasil têm gerado diversos benefícios, tanto como contribuição para o crescimento econômico, e na transferência de tecnologia e de inovações, como no aspecto cultural. No tocante a geração de emprego pelas empresas de capital francês, as estimativas são precárias, mas podem ser inferidas por cálculos indiretos com duas metodologias.

A primeira metodologia utiliza as informações contábeis das maiores empresas. Segundo os registros do Censo de 2010, disponível no site do Banco Central,

existem 596 empresas com capital francês no Brasil, num total de 14.272 empresas estrangeiras. Das 596 empresas francesas cerca de 30 estão no grupo das maiores empresas no Brasil, variando entre 28 e 31 empresas dependendo do ano. Com informações extraídas dos balanços e das demonstrações de resultados das 500 maiores empresas⁶⁹, de 2011 a 2013, a relação receita de vendas/número de empregados diretos é de R\$ 980,00 para as empresas francesas, em comparação com a média geral de R\$ 1.120,00 e de R\$ 1.020,00 para as empresas brasileiras, em média. Ou seja, cada empregado numa empresa francesa gera em média uma receita pouco menor do que a média geral das maiores empresas no Brasil. Esta relação receita/empregado direto é relativamente estável no período 2011-2013.

Em 2013, a receita total das 28 empresas francesas no grupo das mil maiores (publicação Valor) foi de R\$ 156 bilhões, que deve ter gerado aproximadamente 160 mil empregos diretos e outros 290 mil indiretos⁷⁰, num total de 450 mil empregos. Para o total de empresas francesas, considerando as de menor porte, os cálculos envolvem risco de medida, mas podemos supor outros 120 mil empregos diretos e indiretos. Portanto, com esta metodologia, as empresas francesas devem estar gerando aproximadamente 570 mil empregos diretos e indiretos.

A segunda metodologia é baseada numa pesquisa realizada pela própria Câmara Francesa com questionário enviado ao seu cadastro de empresas com capital francês. Foram enviados questionários para 840 empresas (número maior do que os registros do Banco Central) e 245 empresas responderam. Apesar da qualidade das respostas em alguns casos, a pesquisa apontou que as empresas francesas empregam (empregos diretos) pouco mais de 402 mil pessoas, num total de 40,56 milhões de todas as empresas ativas no Brasil. O número não

⁶⁹ Maiores e Melhores, Exame.

⁷⁰ Considerando a relação média da Indústria de 1,8 empregos indiretos para cada emprego direto.

conflita estatisticamente com as estimativas de emprego direto da metodologia anterior, considerando o viés de subestimativa da pesquisa da Câmara Francesa.

Tabela 15
Informações sobre número de empregados diretos (CLT), 2014

Ramo de Atividade^a	Brasil, total, CLT	Empresas francesas	Participação, %
Indústria Metalúrgica e Siderúrgica	770.894	9.774	1,27
Indústria Mecânica	633.030	179	0,03
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	297.160	7.455	2,51
Indústria Química	375.150	1.538	0,41
Indústria Farmacêutica, perfumaria, sabões etc.	219.953	8.681	3,95
Indústria de Produtos de Matérias Plásticas, Borracha	355.795	5.409	1,52
Indústria de Produtos Alimentares	1.785.188	19.190	1,07
Indústrias diversas (Óticas)	136.660	3.986	2,92
Construção Civil	2.807.840	29.736	1,06
Comércio total :	9.727.950	235.157	10,40
- Comércio Varejista	8.087.272	80.973	1,00
- Comércio Atacadista	1.640.678	154.184	9,40
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	860.847	5.771	0,67
Transporte (Aviação)	2.398.290	1.166	0,05
Serviços de Alojamento e Alimentação	1.664.347	1.846	0,11
Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão (Turismo)	134.396	11.634	8,66
Serviços Técnico-Profissionais (Informática)	2.207.859	11.394	0,52
Outros		121.121	
Total	40.562.383	402.037	0,99

Fontes : RAIS, MTE IBGE ^a Classificação de setores segundo IBGE.

A Tabela 15 reproduz a classificação do IBGE e a classificação realizada com os dados da Câmara Francesa. No total dos respondentes, a geração de emprego das empresas francesas é de apenas 1 %. Entretanto deve ser ressaltado

a forte presença das empresas francesas na geração de emprego direto formalizado em alguns setores como em Comércio, serviços de Turismo, Material Elétrico e de Comunicações, e na Indústria Farmacêutica e de Cosméticos.

/

V – Olhos para o futuro

As relações França-Brasil nem sempre foram cordiais. Nos primeiros séculos, após o descobrimento, a França contesta o domínio português no Brasil e mantém uma presença constante e variada sob a forma de comerciantes, aventureiros, corsários e invasores. Por falta do apoio da Coroa Francesa, as tentativas fracassam. A influência da França na história do Brasil teve seu grande momento e efeito indireto com as invasões de Napoleão na Europa, que provoca a fuga da família real para o Brasil, e em consequência gera a semente da nossa independência. A partir do Primeiro Império, após a queda de Napoleão, a França ingressa então numa fase de relacionamento comercial com o Brasil, com efeitos modernizadores na sociedade, nos costumes e nas práticas dos negócios. Esta influência é marcante até o início da Segunda Guerra Mundial, e depois perde espaço para outros países. Mas o legado de modernidade e civilidade incutido pela França foi fundamental para o Brasil atual. Infelizmente nem sempre esta boa herança é lembrada hoje.

As empresas e os investimentos franceses no Brasil foram e ainda são fundamentais no nosso processo de globalização, sem contar com os efeitos no mercado de trabalho e geração de emprego, e na formação de capital. Este relatório discutiu o papel dos investimentos diretos franceses em comparação com outros países, e ficou comprovada a presença sistemática da França como um dos principais investidores no Brasil. E na geração de emprego, estimamos que as empresas francesas são responsáveis por aproximadamente 570 mil empregos diretos e indiretos.

As empresas francesas têm também papel importante na implantação de inovações, com impactos variados na criação de novos produtos, na melhoria da qualidade de produtos, na abertura de novos mercados, e em respeito ao meio ambiente e compromisso com a sustentabilidade, para citar alguns dos efeitos verificados na nossa pesquisa.

O retorno médio sobre o patrimônio líquido das maiores empresas francesas oscila num intervalo similar ao das demais empresas instaladas no Brasil, de capital nacional ou estrangeiro, como revelou a análise exaustiva dos dados contábeis disponíveis desde 1975, um período suficientemente amplo para suportar estas conclusões.

Sem dúvida, os prospectos da parceria França–Brasil são favoráveis e podem avançar muito considerando o porte das duas economias, os seus valores culturais, o compromisso com a democracia, e principalmente a complementaridade econômica. Uma análise empírica mostrou ainda que os ciclos de atividade dos dois países têm cronologia oposta em muitos períodos, o que reforça os benefícios da parceria.

Sob o ponto de vista de uma agenda de trabalho, existe um campo amplo de atividades a serem desenvolvidas pelas próprias empresas e suas federações, e em particular pelas representações diplomáticas.

Para alimentar o conhecimento sobre as perspectivas e áreas de deficiências é recomendada a montagem de uma sondagem de pesquisa de opinião das empresas francesas no Brasil. Esta seria uma atividade pioneira, pois até onde temos conhecimento inexistia tal pesquisa envolvendo as empresas de outros países. Os resultados das sondagens seriam então cotejados com as sondagens conjunturais existentes para a economia como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CIPOLLA, Carlo M., Between Two Cultures: An Introduction to Economic History. New York: W. W. Norton & Company, 1988.
- CONTADOR, Claudio e Claudio L. Haddad, *Produto real, moeda e preços: a experiência brasileira no período 1861-1970*, Revista Brasileira de Estatística, vol.36, no.143, julho-setembro de 1975, PP.407-440
- CONTADOR, Claudio e Clarisse Bohrer Ferraz, Crescimento econômico e inflação: uma quantificação da história brasileira, Relatório COPPEAD 136, 196, COPPEAD/UFRJ
- GOLDSMITH, Raymond W., Brasil 1850-1984 : desenvolvimento financeiro sob um século de inflação, (São Paulo, Ed. Harper & Row do Brasil, 1986)
- MADDISON, Angus, Brazilian development experience from 1500 to 1929, OECD, Paris, unpublished, 1991
- MADDISON, Angus, Two crises : Latin America and Asia, 1929-38 and 1973-83, OECD, Paris, 1985
- MADDISON, Angus, The World economy: a millennial perspective, vol2, Historical statistics, OECD, Development Centre Studies, 2006
- MARIZ, Vasco e Lucien Provençal, Os franceses na Guanabara : Villegagnon e a França Antártica, (Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2015), Cap. 1
- MAURO, Frédéric, La Préindustrialisation du Brésil: essais sur une économie en transition, 1830/50-1930/50. Paris: CNRS - Centre nacional de la recherche scientifique, 1984.
- _____, *As Empresas Francesas e o Financiamento da Industrialização do Brasil*. Revista de Economia Política, v. 19 (Jul-Set, 1999): 82 – 91.

- NUNES, Francivaldo Alves, A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará 1870 – 1889). Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA / Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, 2008. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4273/1/Dissertacao_SementeColonizacaoEstudo.pdf
- SAES, Flávio A. M. de, *Os Investimentos Franceses no Brasil: o caso da Brazil Railway Company (1900-1930)*. Revista de História, n. 119, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) (1988): 23 – 42.
- TAKEYA, Denise Monteiro. *O capital mercantil estrangeiro no Brasil do século XIX: a atuação da Casa Boris Frères no Ceará*. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 15, (n. 1, 1994): 111-145. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/4630>
- VIDAL, Laurent e Tania Regina de LUCA (org.), Franceses no Brasil: Séculos XIX – XX. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- VILLELA, André. Política tarifária no II Reinado: evolução e impactos, 1850-1889, Disponível em <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/novaeconomia/article/view/444/441>

ANEXO A

ESTATÍSTICAS DO PRODUTO INTERNO BRUTO, POPULAÇÃO E RENDA PER CAPITA DA FRANÇA E BRASIL

As fontes básicas dos dados são :

1 - Brasil

Fundação IBGE, para as Contas Nacionais e população

Banco Central do Brasil, para PIB em US\$

Estatísticas históricas das Contas Nacionais : IPEADATA; Contador, Claudio e Claudio L. Haddad, *Produto real, moeda e preços: a experiência brasileira no período 1861-1970*, Revista Brasileira de Estatística, vol.36, no.143, julho-setembro de 1975, pp.407-440; Contador, Claudio e Clarisse Bohrer Ferraz, Crescimento econômico e inflação : uma quantificação da história brasileira, Relatório COPPEAD 136, 196, COPPEAD/UFRJ; e Goldsmith, Raymond W., Brasil 1850-1984 : desenvolvimento financeiro sob um século de inflação, (São Paulo, Ed. Harper & Row do Brasil, 1986).
Estatísticas consolidadas e disponíveis em SILCONDData

2 - França

International Financial Statistics, IMF

Estatísticas históricas do Produto Interno Bruto e população : Maddison, Angus, Brazilian development experience from 1500 to 1929, OECD, Paris, unpublished, 1991; Maddison, Angus, Two crises : Latin America and Asia, 1929-38 and 1973-83, OECD, Paris, 1985; Maddison, Angus, The World economy: a millennial perspective, vol2, Historical statistics, OECD, Development Centre Studies, 2006

Tabela A.1 – Estatísticas macroeconômicas da França e Brasil

	Produto Interno Bruto, 2005 = 100		Produto Interno Bruto, US\$ bilhões de 2010		População, em milhões		Renda per capita, US\$ mil de 2010	
	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil
1820	5,385	ND	132,493	ND	31,886	4,717	4,155	ND
1821	5,747	ND	141,409	ND	32,049	4,777	4,412	ND
1822	5,346	ND	131,534	ND	32,212	4,838	4,083	ND
1823	5,345	ND	131,503	ND	32,376	4,899	4,062	ND
1824	5,237	ND	128,866	ND	32,539	4,962	3,960	ND
1825	5,290	ND	130,153	ND	32,702	5,025	3,980	ND
1826	5,471	ND	134,609	ND	32,865	5,089	4,096	ND
1827	5,524	ND	135,910	ND	33,029	5,154	4,115	ND
1828	5,200	ND	127,938	ND	33,202	5,220	3,853	ND
1829	5,509	ND	135,543	ND	33,365	5,287	4,062	ND
1830	5,425	ND	133,488	ND	33,539	5,354	3,980	ND
1831	5,402	ND	132,922	ND	33,702	5,436	3,944	ND
1832	5,815	ND	143,068	ND	33,876	5,519	4,223	ND
1833	5,829	ND	143,419	ND	34,049	5,604	4,212	ND
1834	5,775	ND	142,100	ND	34,212	5,690	4,153	ND
1835	6,097	ND	150,010	ND	34,386	5,777	4,363	ND
1836	6,232	ND	153,346	ND	34,559	5,866	4,437	ND
1837	6,330	ND	155,742	ND	34,743	5,956	4,483	ND
1838	6,486	ND	159,581	ND	34,916	6,047	4,570	ND
1839	6,404	ND	157,571	ND	35,090	6,139	4,490	ND
1840	6,914	ND	170,109	ND	35,263	6,233	4,824	ND

	Produto Interno Bruto, 2005 = 100		Produto Interno Bruto, US\$ bilhões de 2010		População, em milhões		Renda per capita, US\$ mil de 2010	
	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil
1841	6,741	ND	165,852	ND	35,447	6,328	4,679	ND
1842	6,630	ND	163,125	ND	35,620	6,425	4,580	ND
1843	6,902	ND	169,816	ND	35,804	6,524	4,743	ND
1844	7,130	ND	175,439	ND	35,988	6,624	4,875	ND
1845	7,410	ND	182,330	ND	36,171	6,725	5,041	ND
1846	7,901	ND	194,404	ND	36,345	6,804	5,349	ND
1847	8,641	ND	212,603	ND	36,529	6,883	5,820	ND
1848	6,766	ND	166,488	ND	36,722	6,964	4,534	ND
1849	6,772	ND	166,629	ND	36,906	7,046	4,515	ND
1850	7,135	0,619	175,561	10,659	37,090	7,128	4,733	1,495
1851	8,712	0,680	214,360	11,724	37,192	7,236	5,764	1,620
1852	9,176	0,709	225,769	12,216	37,294	7,345	6,054	1,663
1853	8,645	0,684	212,711	11,784	37,406	7,463	5,687	1,579
1854	9,109	0,658	224,139	11,347	37,508	7,571	5,976	1,499
1855	8,999	0,640	221,423	11,021	37,610	7,689	5,887	1,433
1856	9,419	0,623	231,764	10,729	37,712	7,767	6,146	1,381
1857	10,193	0,623	250,799	10,728	37,824	7,915	6,631	1,355
1858	10,724	0,671	263,857	11,559	37,926	8,033	6,957	1,439
1859	9,906	0,647	243,736	11,157	38,039	8,161	6,408	1,367
1860	10,414	0,672	256,250	11,582	38,141	8,279	6,719	1,399
1861	10,038	0,701	246,996	12,076	38,253	8,404	6,457	1,437
1862	10,679	0,651	262,770	11,215	38,355	8,532	6,851	1,314
1863	11,210	0,658	275,828	11,331	38,467	8,662	7,170	1,308
1864	11,122	0,619	273,655	10,672	38,569	8,790	7,095	1,214

	Produto Interno Bruto, 2005 = 100		Produto Interno Bruto, US\$ bilhões de 2010		População, em milhões		Renda per capita, US\$ mil de 2010	
	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil
1865	11,453	0,646	281,804	11,131	38,681	8,928	7,285	1,247
1866	11,475	0,615	282,347	10,604	38,784	9,754	7,280	1,087
1867	10,702	0,670	263,313	11,538	38,896	9,203	6,770	1,254
1868	12,028	0,670	295,949	11,541	39,008	9,341	7,587	1,235
1869	12,536	0,720	308,463	12,409	39,110	9,488	7,887	1,308
1870	10,922	0,667	268,746	11,496	39,222	9,636	6,852	1,193
1871	11,321	0,647	278,544	11,155	36,926	9,783	7,543	1,140
1872	12,183	0,689	299,771	11,878	36,875	9,930	8,129	1,196
1873	11,431	0,657	281,261	11,330	37,080	10,179	7,585	1,113
1874	12,935	0,657	318,262	11,325	37,233	10,427	8,548	1,086
1875	13,487	0,695	331,863	11,983	37,406	10,675	8,872	1,122
1876	12,957	0,687	318,805	11,845	37,580	10,923	8,483	1,084
1877	13,245	0,639	325,886	11,011	37,753	11,171	8,632	0,986
1878	12,979	0,664	319,348	11,441	37,937	11,418	8,418	1,002
1879	12,581	0,702	309,550	12,092	38,079	11,665	8,129	1,037
1880	13,333	0,666	328,060	11,476	38,212	11,912	8,585	0,963
1881	13,730	0,656	337,839	11,298	38,355	12,158	8,808	0,929
1882	14,239	0,690	350,354	11,895	38,498	12,403	9,101	0,959
1883	13,952	0,628	343,291	10,820	38,630	12,647	8,887	0,855
1884	13,620	0,724	335,123	12,483	38,784	12,891	8,641	0,968
1885	13,730	0,650	337,839	11,194	38,886	13,134	8,688	0,852
1886	13,908	0,718	342,204	12,381	39,008	13,376	8,773	0,926
1887	13,952	0,700	343,291	12,057	39,039	13,617	8,794	0,885
1888	13,864	0,667	341,118	11,502	39,069	13,857	8,731	0,830

	Produto Interno Bruto, 2005 = 100		Produto Interno Bruto, US\$ bilhões de 2010		População, em milhões		Renda per capita, US\$ mil de 2010	
	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil
1889	14,084	0,647	346,551	11,150	39,151	14,096	8,852	0,791
1890	14,483	0,601	356,349	10,353	39,161	14,334	9,100	0,722
1891	14,748	0,773	362,868	13,312	39,130	14,571	9,273	0,914
1892	15,168	0,788	373,210	13,582	39,141	14,812	9,535	0,917
1893	14,792	0,672	363,955	11,585	39,161	15,061	9,294	0,769
1894	15,853	0,566	390,071	9,758	39,202	15,323	9,950	0,637
1895	15,522	0,743	381,921	12,807	39,243	15,603	9,732	0,821
1896	16,008	0,682	393,893	11,754	39,335	15,906	10,014	0,739
1897	15,721	0,657	386,811	11,322	39,488	16,236	9,796	0,697
1898	16,583	0,686	408,037	11,830	39,610	16,598	10,301	0,713
1899	17,445	0,699	429,245	12,039	39,681	16,997	10,817	0,708
1900	17,755	0,690	436,870	11,890	39,732	17,438	10,995	0,682
1901	17,158	0,789	422,182	13,598	39,773	17,924	10,615	0,759
1902	17,158	0,785	422,182	13,533	39,845	18,453	10,596	0,733
1903	17,755	0,801	436,870	13,795	39,916	19,020	10,945	0,725
1904	18,617	0,812	458,077	13,993	39,988	19,621	11,455	0,713
1905	18,330	0,839	451,014	14,452	40,018	20,253	11,270	0,714
1906	18,617	0,945	458,077	16,292	40,069	20,911	11,432	0,779
1907	18,905	0,953	465,159	16,423	40,069	21,592	11,609	0,761
1908	19,192	0,923	472,222	15,898	40,171	22,291	11,755	0,713
1909	19,502	1,018	479,846	17,540	40,232	23,004	11,927	0,762
1910	19,502	1,045	479,846	18,000	40,345	23,727	11,894	0,759
1911	20,364	1,106	501,054	19,051	40,426	24,456	12,394	0,779
1912	22,110	1,182	544,031	20,365	40,477	25,188	13,440	0,809

	Produto Interno Bruto, 2005 = 100		Produto Interno Bruto, US\$ bilhões de 2010		População, em milhões		Renda per capita, US\$ mil de 2010	
	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil
1913	22,110	1,216	544,031	20,956	40,579	25,918	13,407	0,809
1914	20,872	1,201	513,569	20,693	40,592	26,642	12,652	0,777
1915	19,214	1,205	472,765	20,759	39,618	27,356	11,933	0,759
1916	18,396	1,216	452,644	20,956	39,034	28,056	11,596	0,747
1917	17,843	1,330	439,043	22,927	38,450	28,738	11,419	0,798
1918	16,892	1,304	415,643	22,467	37,720	29,398	11,019	0,764
1919	16,628	1,407	409,124	24,241	39,488	30,032	10,361	0,807
1920	18,086	1,582	445,019	27,262	39,794	30,636	11,183	0,890
1921	17,799	1,612	437,956	27,780	40,039	31,207	10,938	0,890
1922	20,585	1,738	506,506	29,947	40,222	31,748	12,593	0,943
1923	21,691	1,887	533,708	32,523	40,692	32,264	13,116	1,008
1924	23,924	1,914	588,656	32,978	41,130	32,758	14,312	1,007
1925	24,189	1,914	595,176	32,978	41,436	33,235	14,364	0,992
1926	24,477	2,013	602,258	34,693	41,702	33,700	14,442	1,029
1927	24,189	2,231	595,176	38,440	41,773	34,156	14,248	1,125
1928	25,582	2,487	629,460	42,860	41,885	34,607	15,028	1,238
1929	27,816	2,515	684,408	43,332	42,069	35,059	16,269	1,236
1930	26,975	2,522	663,726	43,455	42,457	35,514	15,633	1,224
1931	25,869	2,439	636,523	42,023	42,712	35,978	14,903	1,168
1932	24,764	2,543	609,321	43,819	42,712	36,455	14,266	1,202
1933	25,869	2,769	636,523	47,723	42,742	36,949	14,892	1,292
1934	25,869	3,024	636,523	52,118	42,804	37,464	14,871	1,391
1935	25,030	3,115	615,859	53,676	42,793	38,004	14,391	1,412
1936	25,317	3,492	622,922	60,179	42,763	38,574	14,567	1,560

	Produto Interno Bruto, 2005 = 100		Produto Interno Bruto, US\$ bilhões de 2010		População, em milhões		Renda per capita, US\$ mil de 2010	
	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil
1937	26,710	3,652	657,206	62,941	42,783	39,178	15,361	1,607
1938	26,710	3,817	657,206	65,778	42,814	39,820	15,350	1,652
1939	27,816	3,913	684,408	67,424	42,753	40,505	16,009	1,665
1940	22,951	3,873	564,714	66,746	41,834	41,236	13,499	1,619
1941	18,197	4,063	447,736	70,010	40,406	42,019	11,081	1,666
1942	16,273	3,953	400,412	68,126	40,202	42,856	9,960	1,590
1943	15,433	4,289	379,729	73,914	39,794	43,751	9,542	1,689
1944	13,487	4,615	331,863	79,528	39,692	44,707	8,361	1,779
1945	14,637	4,763	360,152	82,076	40,508	45,729	8,891	1,795
1946	15,520	5,315	381,865	91,593	41,110	46,820	9,289	1,956
1947	15,916	5,443	391,626	93,803	41,508	47,984	9,435	1,955
1948	16,387	5,971	403,204	102,902	41,875	49,223	9,629	2,091
1949	17,180	6,431	422,706	110,825	42,243	50,542	10,007	2,193
1950	14,637	6,868	360,152	118,361	42,680	51,944	8,438	2,279
1951	15,520	7,205	381,865	124,161	42,889	53,432	8,904	2,324
1952	15,916	7,731	391,626	133,225	43,186	55,003	9,068	2,422
1953	16,387	8,094	403,204	139,486	43,536	56,652	9,261	2,462
1954	17,180	8,726	422,706	150,366	43,916	58,376	9,625	2,576
1955	18,143	9,494	446,405	163,598	44,312	60,171	10,074	2,719
1956	19,035	9,769	468,362	168,343	44,717	62,033	10,474	2,714
1957	20,178	10,521	496,483	181,305	45,137	63,958	11,000	2,835
1958	20,697	11,657	509,265	200,886	45,582	65,942	11,173	3,046
1959	22,456	12,800	552,544	220,573	46,069	67,981	11,994	3,245
1960	24,060	14,003	592,012	241,307	46,614	70,070	12,700	3,444

	Produto Interno Bruto, 2005 = 100		Produto Interno Bruto, US\$ bilhões de 2010		População, em milhões		Renda per capita, US\$ mil de 2010	
	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil
1961	25,216	15,207	620,458	262,059	47,230	72,207	13,137	3,629
1962	26,949	16,211	663,096	279,355	47,892	74,389	13,846	3,755
1963	28,620	16,308	704,209	281,031	48,567	76,612	14,500	3,668
1964	30,460	16,863	749,466	290,586	49,212	78,874	15,229	3,684
1965	31,924	17,267	785,503	297,560	49,797	81,174	15,774	3,666
1966	33,588	18,424	826,436	317,497	50,306	83,508	16,428	3,802
1967	35,232	19,198	866,902	330,831	50,747	85,873	17,083	3,853
1968	36,800	21,080	905,481	363,253	51,143	88,268	17,705	4,115
1969	39,418	23,082	969,897	397,762	51,526	90,689	18,823	4,386
1970	41,862	25,483	1030,035	439,129	51,919	93,135	19,839	4,715
1971	44,094	28,372	1084,947	488,926	52,332	95,603	20,732	5,114
1972	46,095	31,760	1134,183	547,304	52,753	98,094	21,500	5,579
1973	49,142	36,197	1209,159	623,763	53,168	100,609	22,742	6,200
1974	51,448	39,147	1265,886	674,599	53,553	103,150	23,638	6,540
1975	50,870	41,171	1251,662	709,476	53,891	105,718	23,226	6,711
1976	53,101	45,395	1306,562	782,268	54,177	108,314	24,116	7,222
1977	54,998	47,633	1353,242	820,834	54,422	110,941	24,866	7,399
1978	57,141	50,000	1405,958	861,630	54,643	113,598	25,730	7,585
1979	59,112	53,380	1454,454	919,876	54,866	116,288	26,509	7,910
1980	60,079	58,307	1478,260	1004,780	55,111	119,011	26,823	8,443
1981	60,667	55,829	1492,733	962,077	55,383	121,766	26,953	7,901
1982	62,134	56,293	1528,819	970,062	55,676	124,536	27,459	7,789
1983	62,899	54,643	1547,653	941,640	55,987	127,301	27,643	7,397
1984	63,839	57,594	1570,784	992,488	56,305	130,041	27,898	7,632

	Produto Interno Bruto, 2005 = 100		Produto Interno Bruto, US\$ bilhões de 2010		População, em milhões		Renda per capita, US\$ mil de 2010	
	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil
1985	64,867	62,115	1596,078	1070,389	56,624	132,736	28,187	8,064
1986	66,331	66,767	1632,085	1150,561	56,945	135,365	28,661	8,500
1987	67,915	69,124	1671,066	1191,175	57,267	137,909	29,180	8,637
1988	71,085	69,082	1749,066	1190,461	57,586	140,347	30,373	8,482
1989	74,062	71,265	1822,313	1228,079	57,893	142,659	31,477	8,609
1990	76,003	68,165	1870,061	1174,658	58,183	144,825	32,141	8,111
1991	76,793	68,867	1889,498	1186,757	58,455	146,825	32,324	8,083
1992	77,927	68,546	1917,424	1181,216	58,711	148,667	32,659	7,945
1993	77,407	71,744	1904,628	1236,321	58,956	150,468	32,306	8,217
1994	79,147	75,571	1947,433	1302,271	59,195	152,372	32,899	8,547
1995	80,767	78,908	1987,303	1359,790	59,433	154,524	33,437	8,800
1996	81,630	80,605	2008,519	1389,026	59,671	157,070	33,660	8,843
1997	83,412	83,327	2052,382	1435,938	59,909	160,087	34,258	8,970
1998	86,230	83,355	2121,717	1436,414	60,161	163,386	35,267	8,792
1999	89,069	83,568	2191,563	1440,086	60,352	166,709	36,313	8,638
2000	92,347	87,166	2272,215	1502,092	60,762	169,799	37,395	8,846
2001	94,042	88,312	2313,926	1521,843	61,202	172,460	37,808	8,824
2002	94,915	90,660	2335,419	1562,295	61,644	174,737	37,886	8,941
2003	95,769	91,697	2356,426	1580,176	62,078	176,732	37,959	8,941
2004	98,206	96,936	2416,389	1670,442	62,533	178,550	38,642	9,356
2005	100,000	100,000	2460,524	1723,249	63,001	180,296	39,055	9,558
2006	102,500	104,000	2522,038	1792,179	63,437	182,074	39,756	9,843
2007	105,063	110,240	2585,088	1899,710	63,826	183,987	40,502	10,325
2008	107,479	115,752	2644,545	1994,696	64,188	186,110	41,200	10,718

	Produto Interno Bruto, 2005 = 100		Produto Interno Bruto, US\$ bilhões de 2010		População, em milhões		Renda per capita, US\$ mil de 2010	
	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil	França	Brasil
2009	107,371	115,520	2641,901	1990,706	64,543	188,393	40,933	10,567
2010	104,043	124,300	2560,002	2142,000	64,877	190,756	39,460	11,229
2011	105,812	129,148	2603,522	2225,538	65,212	192,900	39,924	11,537
2012	107,610	131,472	2647,782	2265,598	65,550	195,092	40,394	11,613
2013	107,610	135,022	2647,782	2326,769	65,889	197,309	40,186	11,793
2014	107,933	135,157	2655,725	2329,096	66,230	199,551	40,099	11,672

Fontes : Ver referências. Elaboração : SILCON Estudos Econômicos

ANEXO B

**NEGOCIANTES-COMISSÁRIOS FRANCESES EM OPERAÇÃO
NO BRASIL, 1905**

A tabela a seguir lista os oitenta e seis negociantes-comissários franceses que tinham atividade no Brasil, no ano de 1905, com os detalhes do ano de fundação da casa em Paris; cidade de localização da casa no Brasil; e ramo do comércio. A não disponibilidade de dados é indicada por ND. Caso a data de fundação em Paris estiver indisponível, será substituída (caso disponível) pela data de fundação no Brasil. Caso ambas as datas estejam disponíveis, ambas serão elencadas. A lista está ordenada segundo o ano de fundação em Paris, da mais antiga até a mais recente.

Fontes:

Takeya, Denise Monteiro. Europa, França e Ceará: Origens do Capital Estrangeiro no Brasil. São Paulo – Natal. Editora Hucitec – Editora UFRN. 1995. Páginas 197-201).

A fonte básica dos dados compilados por Takeya AN (Archives Nationales), serie F12, carton 7427. Laurent-Roux, L'Office Commercial, Adresses des principaux négociants-commissionnaires. Paris, Oberthur, 1905.

,

	Razão Social Original	Ano de fundação em Paris	Localização no Brasil	Ramo de negócios
1	Brun (Lucien) Fils	1784	---	Artigos de Paris
2	Aillaud Et Cie.	1815	---	Livraria
3	Labrousse (Lionel)	1840	---	Tecidos, artigos de Paris
4	Cretenier (Paul) Et Cie.	1846	---	Todos os artigos
5	Fauconnier Frères	1850	---	Tecidos, artigos de Paris
6	Allain, Maurice	1851	---	Tecidos, etc.
7	Vaillant, Nast Et Cie.	Anterior a 1852	---	Todos os artigos
8	Dujardin (E.)	1853	---	Ferramentas e metais para bijuterias
9	Moré De Porto (Louis)	1854	---	Tecidos, artigos Paris, drogaria
10	Frégeac (Ed.)	1855	---	Todos os artigos
11	Gruintgens (P.)	1855	---	Tecidos, artigos de Paris
12	Luckhaus (Hermann)	1855	---	Artigos de Paris, artigos de escritório
13	Alvarado Et Cie.	Anterior a 1856	---	Diamantes e outros artigos
14	Didot Fils Et Ferreira	1856	---	Tecidos, novidades, artigos de armarinho
15	Aaron, Em. Et. Ed.	1857	Porto Alegre	Relojoaria
	Razão Social Original	Ano de fundação em Paris	Localização no Brasil	Ramo de negócios

16	Azémard Et Léonard	Anterior a 1858	---	Tecidos, artigos de Paris, chapelaria, sapatos, bijuteria
17	Delaunay (Paul) Et Frères	1858	---	Tecidos, artigos de Paris
18	Dieckmann (O.) Et Cie.	1858	---	Artigos de Paris, tecidos, peles e couros
19	Breissan (J.B.), Viúva	1859	---	Couros e material para sapatos
20	Aron, Paul Et Cie.	Rio de Janeiro, 1860	Rio de Janeiro	Tecidos e artigos de Paris
21	Desvernine (Clément)	1860	Rio de Janeiro	Bijuteria, ouro
22	Parodi (Louis-Philippe)	1860	---	Todos os artigos
23	Tillemont Et Cie.	Anterior a 1860	---	Tecidos, modas, lingerie, decoração
24	Blad, Arthur.	Anterior a 1865	---	Artigos de Paris, tecidos
25	Lambert (C.)	1865	---	Bijuteria, artigos de Paris
26	Lehmann Frères	1865	---	Bijuteria, joalheria, diamantes
27	Martin (E.), Augendre Et Cie.	1867	---	Tecidos, artigos de Paris
28	Rey Et Braga-Cross	1867	---	Todos os artigos
	Razão Social Original	Ano de fundação em Paris	Localização no Brasil	Ramo de negócios

29	Gillette (G.) Et Cie.	1868	---	Todos os artigos
30	Gradwohl Frères	1868	Ceará	Tecidos, artigos de armarinho, etc.
31	Bonniard Et Cie.	1869 (fundada no Rio de Janeiro em 1865)	Rio de Janeiro	Tecidos, artigos de Paris
32	Dos Santos Et Cie.	1871	---	Tecidos, lingerie, sapatos, perfumes, artigos de Paris
33	Mirapeix (J.) Et Cie.	1871	---	Produtos alimentícios
34	Perkins, Van Bergen Et Cie.	1871	---	Todos os artigos
35	Boris Frères	1872 (fundada em Fortaleza em 1869)	Fortaleza	Artigos de Paris, sapatos, gêneros alimentícios
36	Carette (Armand)	1872	---	Bijuteria, ouro
37	Hermann (Ernest)	1872	---	Tecidos, artigos de Paris, couros, gêneros alimentícios
38	Duhart Frères	1874	---	Todos os artigos
39	Dussieux (Tony)	1874	---	Todos os artigos
	Razão Social Original	Ano de fundação em Paris	Localização no Brasil	Ramo de negócios

40	Noé, Revel Et Cie.	1874 (fundada no Rio de Janeiro em 1869)	Rio de Janeiro	Todos os artigos
41	Wolffenbuttel (L.)	1874	---	Bijuteria
42	Favre (J.)	1875	---	Todos os artigos
43	Lévy, Weill Et Cie.	1875	Campinas	Artigos de Paris, bijuteria, móveis
44	Jablonsky, Vogt Et Cie.	1876	São Paulo	Livraria, artigos de escritório, artigos de Paris
45	Noiriel Et Cie.	1876	---	Artigos de Paris
46	Bazin (Ch.) Et Cie.	1877 (fundada no Rio de Janeiro em 1857)	Rio de Janeiro	Perfumes, artigos de Paris
47	Weill (Félix)	1877	---	Todos os artigos
48	Nogueira (Raoul Da Silva)	1878	---	Tecidos
49	Grumbacher (H.)	1879	---	Todos os artigos
50	Deutsch (Myrtil)	1880	São Paulo	Bijuteria, joalheria
51	Kahn Et Polack	1880	Manaus	Artigos de Paris, bijuteria, gêneros alimentícios
	Razão Social Original	Ano de fundação em Paris	Localização no Brasil	Ramo de negócios

52	Keller (C.-F.) Et Cie.	1880 (fundada na Bahia em 1820)	Bahia	Artigos de Paris, tecidos, gêneros alimentícios
53	Dannecker, Caroli Et Cie.	1881	---	Tecidos, sapatos, material para sapatos
54	Lévy (Jules-Michel) Et Friedmann	1881	---	Todos os artigos
55	Ulmann (Ch. Et J.)	1881	---	Todos os artigos
56	Avenir, A. Et Cie.	1882	Rio de Janeiro	Gêneros alimentícios
57	Schill Et Kahn	1882	Manaus	Todos os artigos
58	Lévy (B.) Et Baumann	1883	Bahia	Tecidos e modas
59	Yansouni (J.)	1883	---	Artigos de Paris, bijuterias, tecidos
60	Cahen Et Guillerme	1884	---	Todos os artigos
61	Urruella (F.) Et Cie.	1884	---	Tecidos, confeções
62	Lèvy (Irmãos) Et Cie.	1885	---	Bijuteria e pedras preciosas
63	Lévy (Alphonse)	1885	Pará	Tecidos, bijuterias, artigos de Paris
64	Waller (Paul) Wt Cie	1885	---	Tecidos, bijuterias
65	Lévy (M.Et V.) Frères Et Cie.	1887	---	Tecidos, artigos de Paris
	Razão Social Original	Ano de fundação em Paris	Localização no Brasil	Ramo de negócios

66	Dutrain, Villan Et Falque	1888	---	Tecidos, vestuário, perfumes, artigos de Paris
67	Henner (Jules)	1888	---	Chapelaria, tecidos e decoração
68	Anezin, E.	1889	---	Relojoaria, bijuteria
69	Dauvergne (J.) Et Cie.	1889	---	Móveis
70	Galindez (Viúva)	1889	---	Todos os artigos
71	Goetschel (Eugène)	1889 (fundada em Pernambuco em 1874)	Pernambuco	Bijuteria, relojoaria, ótica, ornamentos de igreja, etc.
72	Cresté (Léon)	1890	---	Tecidos, artigos de Paris
73	Marius Et Lévy	1890	Pará, Manaus	Todos os artigos
74	Néviere (A.)	1892	---	Todos os artigos
75	Preu (William)	1892	---	Todos os artigos
76	Ulmann (M.) Et Cie.	1892 (fundada na Bahia em 1879)	Bahia	Todos os artigos
77	Ruas (K.)	1894	---	Todos os artigos
78	Ferrini (F.-B.)	1895	Rio de Janeiro	Todos os artigos
	Razão Social Original	Ano de fundação em Paris	Localização no Brasil	Ramo de negócios

79	Gerson (Armand) Et Cie.	1896	Rio de Janeiro	Relojoaria, bijuteria e ouriversaria
80	Lavalette (Jules)	1897	---	Todos os artigos
81	Maibaum Et Jarasse	1898	---	Todos os artigos
82	Dreyfus (Joseph) Et Cie.	1899 (fundada em São Paulo em 1885)	São Paulo	Gêneros alimentícios
83	Wellisch Et Cie.	1900	Casa principal no Rio de Janeiro, com filiais em São Paulo e Vitória	Todos os artigos
84	Bloch (J. Et F.)	1902	---	Artigos para homens
85	Chahadi (D.) Et Cie.	1902	Fundada anteriormente em São Paulo	Artigos de armarinho e artigos de Paris
86	Albanel, Paul	---	---	Artigos de Paris, tecidos, etc.

ANEXO C
ESTATÍSTICAS SOBRE IMPLANTACAO DE INOVACOES POR
EMPRESAS FRANCESAS NO BRASIL

Tabela C.1 - Amostra PINTEC: Total das empresas e empresas de origem francesa que implementaram inovações e/ou com projetos (%) - período 2009-2011

	PINTEC*	Francesas
Porcentual das empresas da amostra que implementaram inovações	35,67	63,91
Porcentual das empresas inovadoras com inovação de produto	50,67	50,64
Porcentual de inovações de produto novo no mercado nacional	22,67	58,93
Porcentual das empresas inovadoras com inovação de processo	88,80	88,80
Porcentual de inovações de processo novo no mercado nacional	7,64	34,67

* Total das empresas na amostra excluídas as empresas de origem francesa

Tabela C.2 - Amostra PINTEC: Principal responsável pelo desenvolvimento de produto e/ou processo nas empresas que implementaram inovações, - período 2009-2011

Principais responsáveis pelo desenvolvimento do produto e/ou processo na empresa inovadora	PINTEC*	Francesas
Produto		
A empresa	82,61	76,79
Outra empresa do grupo	2,05	12,50
A empresa em cooperação com outras empresas ou institutos	7,09	10,71
Outras empresas ou institutos	8,25	0,00
Processo		
A empresa	18,42	33,33
Outra empresa do grupo	0,96	10,67
A empresa em cooperação com outras empresas ou institutos	6,68	17,33
Outras empresas ou institutos	73,95	38,67

* Total das empresas na amostra excluídas as empresas de origem francesa

Tabela C.3 - Empresas que implementaram inovações, por grau de importância das atividades inovativas desenvolvidas (%) - período 2009-2011

Grau de importância por atividade inovadora	PINTEC*	Francesas
Atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento		
Alta	11,16	51,76
Média	6,56	10,59
Baixa ou não realizou	82,27	37,65
Aquisição externa de Pesquisa e Desenvolvimento		
Alta	4,70	16,47
Média	2,30	8,24
Baixa ou não realizou	93,00	75,29
Aquisição de outros conhecimentos externos		
Alta	8,51	5,88
Média	6,42	7,06
Baixa ou não realizou	85,07	87,06
Aquisição de software		
Alta	23,80	20,00
Média	9,39	15,29
Baixa ou não realizou	66,81	64,71
Aquisição de máquinas e equipamentos		
Alta	55,44	40,00
Média	18,04	22,35
Baixa ou não realizou	26,52	37,65
Treinamento		
Alta	42,13	48,24
Média	17,39	10,59
Baixa ou não realizou	40,48	41,18
Introdução das inovações tecnológicas no mercado		
Alta	19,46	27,06
Média	10,12	10,59
Baixa ou não realizou	70,42	62,35
Projeto industrial e outras preparações técnicas		
Alta	18,62	22,35
Média	10,89	9,41
Baixa ou não realizou	70,50	68,24

* Total das empresas na amostra excluídas as empresas de origem francesa

Tabela C.4 - Empresas com dispêndios relacionados às atividades inovativas desenvolvidas -2011

	Valores por empresa em R\$ 1.000			Porcentual de empresas	
	PINTEC*	Francesas	<u>Francesas</u> <u>PINTEC*</u>	PINTEC*	Francesas
Receita líquida de vendas por empresa da amostra	19.697,26	451.068,83	22,90	97,63	2,37
Dispêndios realizados nas atividades inovativas					
Total	177.680,1	2.196.833,2	12,36	28,34	57,14
Atividades internas de pesquisa e desenvolvimento	2.679,71	27.651,01	10,32	20,31	63,16
Aquisição externa de pesquisa e desenvolvimento	1.779,98	2.866,66	1,61	6,57	21,05
Aquisição de outros conhecimentos	487,79	4.322,92	8,86	13,49	10,53
Aquisição de <i>software</i>	219,73	881,02	4,01	33,17	35,53
Aquisição de máquinas e equipamentos	962,60	3.843,70	3,99	78,30	57,89
Treinamento	75,18	595,38	7,92	30,80	36,84
Introdução das inovações tecnológicas no mercado	329,56	1.546,08	4,69	25,85	27,63
Projeto industrial e outras preparações técnicas	427,17	1.167,41	2,73	26,31	22,37

Fonte : PINTEC/IBGE * Total das empresas na amostra excluídas as empresas de origem francesa

Tabela C.5 - Distribuição porcentual das fontes de financiamento das atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento – 2011

	Total da amostra	Francesas
Das atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento		
Próprias	87,04	95,99
Total de terceiros	12,96	4,01
Outras empresas brasileiras	0,41	0,24
Público	10,88	3,50
Exterior	1,68	0,27
Das demais atividades (inclusive aquisição externa de P&D)		
Próprias	78,48	89,57
Total de terceiros	21,52	10,43
Privado	4,57	2,22
Público	16,95	8,21

Fonte : PINTEC/IBGE

Tabela C.6 - Valor dos dispêndios realizados nas atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento das empresas que implementaram inovações, com indicação do caráter das atividades - 2011

	Total		Caráter das atividades internas			
			Contínuas		Ocasionais	
	Número de empresas	Valor (1 000 R\$)	Número de empresas	Valor (1 000 R\$)	Número de empresas	Valor (1 000 R\$)
Amostra Total	7 447	19 954 695	5 633	19 514 226	1 814	440 469
Empresas Francesas no Brasil	48	1 327 248	44	1 266 701	4	60 547

Valores em porcentagem dos correspondentes totais

Amostra Total	4,38		75,64	97,79	24,36	2,21
Empresas Francesas no Brasil	33,08		91,67	95,44	8,33	4,56

Fonte : PINTEC/IBGE. * Total das empresas na amostra excluídas as empresas de origem francesa

Tabela C.7 - Empresas, total e as que realizaram dispêndios nas atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento, com indicação do número de pessoas ocupadas, - Brasil - 2011

	Total	Francesas
Total de empresas na amostra	128.699	133
Número total de pessoas ocupadas em 31-12	8.763.624	102 303
Número empresas que realizaram dispêndios em P&D	7.447	48
Número de pessoas ocupadas em P&D		
Total	103.290	2 455
Com dedicação exclusiva	88.415	1 696
Com dedicação parcial	45.523	1 515
Número de pessoas ocupadas em P&D por empresa		
Total	13,87	51,14
Com dedicação exclusiva	11,87	35,33
Com dedicação parcial	6,11	31,56
Pessoas em P&D como % do total de pessoas ocupadas	1,18	2,40
Número de empresas que realizaram dispêndios em P&D como % do total	5,79	36,09

Fonte : PINTEC/IBGE * Total das empresas na amostra excluídas as empresas de origem francesa

Tabela C.8 - Pessoas ocupadas nas atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento das empresas que implementaram inovações - Brasil - 2011

	PINTEC*	Francesas	Total da Amostra
Total de pessoas em P & D	100.835	2 455	103.290
Empresas que inovaram	45.865	85	45.950
Pessoas em P & D por empresa		28,88	2,25
<i>Pesquisadores</i>			
Pós-graduados	10,90	2,43	10,69
Graduados	43,21	50,09	43,38
Nível médio ou fundamental	11,41	2,98	11,21
<i>Técnicos</i>			
Graduados	14,98	21,04	15,13
Nível médio ou fundamental	11,11	15,86	11,23
<i>Auxiliares</i>	8,39	7,59	8,37 ¹

Fonte : PINTEC/IBGE Total das empresas na amostra excluídas as empresas de origem francesa

Tabela C.9 - Distribuição porcentual das empresas que implementaram inovações, por grau de importância do impacto causado - Brasil - 2009-2011

Impacto causado e grau de importância	Amostra total	PINTEC*	Francesas
Melhoria da qualidade dos produtos			
Alta	60,08	60,09	51,76
Média	21,87	21,87	22,35
Baixa ou não relevante	18,05	18,04	25,88
Ampliação da gama de produtos ofertados			
Alta	40,63	40,64	31,76
Média	26,17	26,15	37,65
Baixa ou não relevante	33,20	33,20	30,59
Manutenção da participação da empresa no mercado			
Alta	52,69	52,67	63,53
Média	30,07	30,09	18,82
Baixa ou não relevante	17,24	17,23	17,65
Ampliação da participação da empresa no mercado			
Alta	43,10	43,10	44,71
Média	28,84	28,83	30,59
Baixa ou não relevante	28,06	28,07	24,71
Abertura de novos mercados			
Alta	36,73	36,72	37,65
Média	24,82	24,82	24,71
Baixa ou não relevante	38,45	38,46	37,65
Aumento da capacidade produtiva			
Alta	51,97	51,97	49,41
Média	23,84	23,84	24,71
Baixa ou não relevante	24,19	24,19	25,88
Aumento da flexibilidade da produção			
Alta	41,52	41,54	32,94
Média	31,67	31,67	31,76
Baixa ou não relevante	26,81	26,79	35,29

(Continua)

Tabela C.10 - Distribuição porcentual das empresas que implementaram inovações, por grau de importância do impacto causado - Brasil - 2009-2011

Impacto causado e grau de importância	Amostra total	PINTEC*	Francesas
Redução dos custos de produção			
Alta	25,23	25,23	25,88
Média	30,86	30,85	34,12
Baixa ou não relevante	43,91	43,92	40,00
Redução dos custos do trabalho			
Alta	22,38	22,37	25,88
Média	30,47	30,49	22,35
Baixa ou não relevante	47,15	47,14	51,76
Redução do consumo de matéria-prima			
Alta	12,36	12,36	10,59
Média	16,17	16,17	17,65
Baixa ou não relevante	61,72	61,72	63,53
Redução do consumo de energia			
Alta	10,19	10,18	20,00
Média	17,36	17,36	21,18
Baixa ou não relevante	72,44	72,47	58,82
Redução do consumo de água			
Alta	5,22	5,20	14,12
Média	8,52	8,50	15,29
Baixa ou não relevante	76,51	76,54	62,35
Redução do impacto ambiental e/ou em aspectos ligados à saúde e segurança			
Alta	39,35	39,35	40,00
Média	27,23	27,21	36,47
Baixa ou não relevante	67,45	67,46	61,18
Redução do impacto ambiental			
Alta	22,64	22,63	27,06
Média	14,94	14,93	22,35
Baixa ou não relevante	62,42	62,44	50,59
Ampliação do controle de aspectos ligados à saúde e segurança			
Alta	33,32	33,32	31,76
Média	19,89	19,88	23,53
Baixa ou não relevante	46,79	46,80	44,71
Enquadramento em regulações e normas padrão			
Alta	25,55	25,52	37,65
Média	23,40	23,40	22,35
Baixa ou não relevante	51,05	51,07	40,00

Fonte : PINTEC/IBGE * Total das empresas na amostra excluídas as empresas de origem francesa

Tabela C.11 - Empresas que implementaram produtos, por faixas de participação percentual dos produtos novos ou substancialmente aprimorados no total das vendas internas - Brasil - 2011

	Total de empresas na amostra	Empresas que implementaram produto			
		Total	Porcentagem das empresas segundo importância dos produtos novos nas vendas		
			Menos de 10%	De 10% a 40%	Mais de 40%
Total	128.699	23.282	28,77	41,97	29,26
PINTEC*	128.566	23.226	28,74	41,98	29,28
Francesas	133	56	39,29	37,50	23,21

* Total das empresas na amostra excluídas as empresas de origem francesa

ANEXO D
Grupos/empresas sob controle majoritário francês que participam da amostra das maiores empresas para o cálculo da rentabilidade do patrimônio líquido

Accor Hotels	Louis Dreyfus
Alcatel-Lucent	LPC - Inds. Alimentícias
Arno - Panex	Mannesmann
Atacadão	Mecânica Pesada
Aventis	Michelin
Barbará	Nexans
Bic Amazônia	Nordon
Biosev	Norton
Brasilit	Paramount-Lansul
Carrefour	Placas do Paraná
Cebrace	Procosa
Cesbra	Renault
Cimento Mauá	Rhodia
Coinbra	Saint-Gobain
CST	Sanofi
Danone	Santa Marina
Doux	Schneider
Eldorado	Sendas
Eterbras-Tec (SP)	Socil
Ficap	Socil (SP)
Gefco Logística do Brasil	Sodexo Pass
GPA	Solvi
GR Serviços	Springer Carrier
Grupo Pão de Açúcar	Teleperformance
GVT	Tereos Internacional
Helibras	Ticket
Imerys RCC	Tractebel
Lafarge Brasil	UTE Norte Fluminense
LDC Brasil	V. S. do Brasil
Leroy Merlin	Vallourec
Light	Vega
L'Oréal	

Fontes : Exame, Valor. Elaboração : SILCON Estudos Econômicos

ANEXO E
Investimentos IDEs franceses e total, por atividade, US\$ milhões

Atividades - CNAE	França			Total geral		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Total	36.274	36.882	37.594	584.567	609.498	565.807
A - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aqüicultura	553	664	664	6.532	7.617	8.800
B - Indústrias Extrativas	1.078	1.078	1.179	79.174	63.537	58.580
C - Indústrias de Transformação	12.583	12.011	13.340	236.416	261.441	240.959
D - Eletricidade e Gás	3.321	4.644	4.403	28.999	28.200	27.246
F - Construção	147	148	109	7.908	8.428	6.528
G - Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	6.253	5.877	2.882	29.253	34.218	28.859
H - Transporte, Armazenagem e Correio	40	15	303	7.259	6.143	7.110
I - Alojamento e Alimentação	248	666	675	2.251	3.185	3.008
J - Informação e Comunicação	4.494	4.309	3.905	59.308	55.951	52.216
K - Atividades Financeiras, Seguros e Serviços Relacionados	5.003	4.730	4.920	98.723	103.942	92.395
L - Atividades Imobiliárias	24	34	32	12.744	16.636	16.940
Outras Atividades	2.529	2.707	5.182	15.999	20.199	23.267

Fonte: Banco Central do Brasil